



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

RELATÓRIO DA CONTA



**REGIÃO
AUTÓNOMA
DA
MADEIRA**

ANO ECONÓMICO DE 2008

VOLUME I

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2.1.	ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL EM 2008.....	3
2.2.	EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA.....	4
2.2.1.	POLÍTICA ORÇAMENTAL EM 2008.....	5
2.3.	SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA REGIONAL	7
3.	CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL.....	11
3.1.	ÓPTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA	11
3.2.	ÓPTICA DA CONTABILIDADE NACIONAL	16
4.	RESULTADO DA CONTA	19
5.	RECEITA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	21
5.1.	RECEITAS FISCAIS.....	24
5.1.1.	IMPOSTOS DIRECTOS.....	25
5.1.1.1.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS).....	27
5.1.1.2.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS (IRC).....	27
5.1.2.	IMPOSTOS INDIRECTOS.....	28
5.1.2.1.	IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP)	29
5.1.2.2.	IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	30
5.1.2.3.	IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (ISV)	30
5.1.2.4.	IMPOSTO SOBRE O ÁLCOOL E AS BEBIDAS ALCOÓLICAS (IABA)	30
5.1.2.5.	IMPOSTO DO SELO (IS)	31
5.1.2.6.	OUTROS IMPOSTOS INDIRECTOS.....	31
5.2.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	32
5.2.1.	TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO.....	32
5.2.2.	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA.....	33
5.2.3.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS.....	33
5.3.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL	34
5.4.	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	35
6.	DESPESA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	36
6.1.	DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA.....	41
6.1.1.	DESPESAS COM O PESSOAL	43
6.1.2.	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	44
6.1.3.	SUBSÍDIOS.....	46
6.1.4.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	47
6.1.4.1.	TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS.....	48
6.1.4.2.	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES.....	49
6.1.5.	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	50
6.1.6.	ACTIVOS FINANCEIROS	51
6.1.7.	SERVIÇO DA DÍVIDA	52
6.2.	DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	53
6.3.	DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	56
6.3.1.	FUNÇÕES SOCIAIS	58
6.3.2.	FUNÇÕES ECONÓMICAS.....	59

7.	INVESTIMENTOS DO PLANO	61
7.1.	<i>INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</i>	<i>64</i>
7.2.	<i>INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA</i>	<i>66</i>
7.3.	<i>INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL</i>	<i>67</i>
8.	ANÁLISE DOS SUBSECTORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	69
8.1.	<i>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA</i>	<i>70</i>
8.2.	<i>PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL</i>	<i>71</i>
8.3.	<i>VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL</i>	<i>72</i>
8.4.	<i>SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS</i>	<i>75</i>
8.5.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL</i>	<i>77</i>
8.6.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E TRANSPORTES</i>	<i>80</i>
8.7.	<i>SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA</i>	<i>82</i>
8.8.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS</i>	<i>85</i>
8.9.	<i>SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS</i>	<i>88</i>
8.10.	<i>SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS</i>	<i>91</i>
9.	OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS.....	93
10.	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	96
10.1.	<i>RECEITA</i>	<i>98</i>
10.2.	<i>DESPESA</i>	<i>104</i>
11.	DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA.....	108
11.1.	<i>DÍVIDA DIRECTA</i>	<i>108</i>
11.1.1.	<i>CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</i>	<i>108</i>
11.1.2.	<i>ENCARGOS COM A DÍVIDA</i>	<i>109</i>
11.1.3.	<i>TAXA DE JURO IMPLÍCITA DA DÍVIDA DIRECTA</i>	<i>110</i>
11.1.4.	<i>SALDO DA DÍVIDA DIRECTA.....</i>	<i>111</i>
11.2.	<i>DÍVIDA INDIRECTA</i>	<i>112</i>
12.	SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA REGIONAL	114
12.1.	<i>ACTIVIDADES PREVISTAS</i>	<i>114</i>
12.2.	<i>ACTIVIDADES REALIZADAS 2008.....</i>	<i>115</i>
12.3.	<i>ANÁLISE GLOBAL DAS DEFICIÊNCIAS IDENTIFICADAS.....</i>	<i>116</i>
12.4.	<i>OUTRAS ACTIVIDADES DE CONTROLO</i>	<i>118</i>
13.	FUNDOS COMUNITÁRIOS - RAM.....	120
13.1.	<i>EXECUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS.....</i>	<i>120</i>
13.2.	<i>CONTROLOS REALIZADOS EM 2008.....</i>	<i>123</i>
13.3.	<i>ACTIVIDADE DESENVOLVIDA NO ANO 2008 PELO CONTROLO DE 1.º NÍVEL, NO ÂMBITO DO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 438/2001, DA COMISSÃO, DE 2 DE MARÇO.....</i>	<i>127</i>
	LISTA DE ABREVIATURAS	129

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL (TAXA DE VARIÇÃO).....	3
QUADRO 2 - PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA (TAXA DE VARIÇÃO REAL).....	4
QUADRO 3 - REPORTE DO DÉFICE E DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	6
QUADRO 4 – COESÃO REGIONAL.....	7
QUADRO 5 – RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DA RAM.....	8
QUADRO 6 – TAXA DE INVESTIMENTO APARENTE (FBCF / VAB).....	9
QUADRO 7 – ESTATÍSTICAS DO EMPREGO DA RAM.....	9
QUADRO 8 – PREÇOS E SALÁRIOS.....	10
QUADRO 9 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2008.....	12
QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DA CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2007 – 2008).....	13
QUADRO 11 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2008.....	14
QUADRO 12 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, 2008.....	15
QUADRO 13 - CONTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL – 2008.....	16
QUADRO 14 - QUADROS 2 DA NOTIFICAÇÃO DO PDE DE MARÇO DE 2009.....	17
QUADRO 15 - RESULTADO DA CONTA DA RAM (2006-2008).....	19
QUADRO 16 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS (2006-2008).....	21
QUADRO 17 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS EM 2008.....	22
QUADRO 18 – RECEITAS DE 2008.....	22
QUADRO 19 – RECEITAS EFECTIVAS (2007 – 2008).....	23
QUADRO 20 – IMPOSTOS DIRECTOS (2006-2008).....	26
QUADRO 21 - IMPOSTOS INDIRECTOS (2006-2008).....	28
QUADRO 22 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL.....	32
QUADRO 23 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL DA U.E., POR FUNDOS COMUNITÁRIOS.....	33
QUADRO 24 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL.....	34
QUADRO 25 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS POR SECRETARIAS REGIONAIS (2006-2008) .	35
QUADRO 26 – ABERTURAS DE CRÉDITO ESPECIAIS EM 2008.....	38
QUADRO 27 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 2008.....	38
QUADRO 28 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EFECTUADAS (2006-2008).....	39
QUADRO 29 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2008, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA.....	41
QUADRO 30 - DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (2007-2008).....	42
QUADRO 31 – DESPESAS COM O PESSOAL (2007-2008) ...	44
QUADRO 32 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (2007-2008).....	45
QUADRO 33 – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, 2008.....	46
QUADRO 34 – TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS EFECTUADAS, 2008.....	47
QUADRO 35 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2008.....	49
QUADRO 36 - ACTIVOS FINANCEIROS (2008).....	51
QUADRO 37 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2008, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	53
QUADRO 38 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	54
QUADRO 39 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL.....	56
QUADRO 40 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2007-2008).....	57
QUADRO 41 - PIDDAR 2008 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL.....	61
QUADRO 42 - PIDDAR 2008 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR PROGRAMAS.....	62
QUADRO 43 - PIDDAR 2008 - DESPESA POR PROGRAMAS E DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL.....	63
QUADRO 44 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO (2003-2008).....	63
QUADRO 45 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA.....	64
QUADRO 46 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR DEPARTAMENTOS (2007-2008).....	66
QUADRO 47 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR FUNÇÕES.....	67
QUADRO 48 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - ALM.....	70
QUADRO 49 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - ALM.....	70
QUADRO 50 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - PGR.....	71
QUADRO 51 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - VP.....	72

QUADRO 52 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - VP	74	QUADRO 68 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SRA	90
QUADRO 53 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRRH.....	75	QUADRO 69 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRAS.....	91
QUADRO 54 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SRRH.....	76	QUADRO 70 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SRAS.....	92
QUADRO 55 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRES	77	QUADRO 71 - CONTA GERAL DOS FLUXOS DAS OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS DE 2008	93
QUADRO 56 – PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRES	78	QUADRO 72 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS EM 2008	94
QUADRO 57 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SRES	79	QUADRO 73 – RECEITA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2007-2008)	99
QUADRO 58 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRTT	80	QUADRO 74 – RECEITAS TOTAIS DOS SFA, DEDUZIDAS DAS TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO REGIONAL - 2008	102
QUADRO 59 - DESPESA ORÇAMENTAL 2008, POR CAPÍTULOS E NATUREZA - SRTT	81	QUADRO 75 - DESPESA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS EM 2008.....	104
QUADRO 60 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SREC.....	82	QUADRO 76 - AMORTIZAÇÕES, PAGAMENTOS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA DÍVIDA, POR ENTIDADES CREDORAS (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008)	109
QUADRO 61 - PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SREC	83	QUADRO 77 - VARIAÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA DIRECTA DA REGIÃO.....	110
QUADRO 62 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SREC.....	84	QUADRO 78 - DÍVIDA DA RAM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	111
QUADRO 63 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRPF	85	QUADRO 79 – EXECUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS 31- 12-2008	120
QUADRO 64 – PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRPF	86	QUADRO 80 - CONTROLOS DE OUTRAS ENTIDADES EM 2008	125
QUADRO 65 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SRPF	87	QUADRO 81 - ESFORÇO DE CONTROLO DE 1º NÍVEL (TOTAL DAS ACÇÕES DE CONTROLO REALIZADAS) 2000-2008.....	127
QUADRO 66 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRA	88	QUADRO 82 - - ESFORÇO DE CONTROLO DE 1º NÍVEL (TOTAL DAS ACÇÕES DE CONTROLO CONCLUÍDAS) 2000-2008.....	128
QUADRO 67 - PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRA.....	89		

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DO VAB, POR SECTORES	8
GRÁFICO 2 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2008	11
GRÁFICO 3 - RESULTADO DA CONTA DA RAM	20
GRÁFICO 4 – RECEITAS COBRADAS (2007 – 2008)	24
GRÁFICO 5 – ESTRUTURA DOS IMPOSTOS DIRECTOS (2006-2008)	26
GRÁFICO 6 - ESTRUTURA DOS IMPOSTOS INDIRECTOS (2006-2008)	28
GRÁFICO 7 – RECEITA DE ISP E QUANTIDADES INTRODUZIDAS AO CONSUMO E (2006-2008)	29
GRÁFICO 8 - EXECUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL	34
GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTAIS AUTORIZADAS E EFECTUADAS (2004-2008)	39
GRÁFICO 10 – DESPESAS POR GRANDES AGRUPAMENTOS ECONÓMICOS (2007-2008)	43
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2008	48
GRÁFICO 12 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, 2008	48
GRÁFICO 13 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2008	50
GRÁFICO 14 – SERVIÇO DA DÍVIDA, 2008	52
GRÁFICO 15 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2007-2008)	58
GRÁFICO 16 – DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES SOCIAIS, 2007-2008	59
GRÁFICO 17 - DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES ECONÓMICAS, 2007-2008	60
GRÁFICO 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO EM 2008, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	66
GRÁFICO 19 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2007/2008, POR DEPARTAMENTOS	69
GRÁFICO 20 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - VP	73
GRÁFICO 21 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRRH	75
GRÁFICO 22 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRES	77
GRÁFICO 23 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRTT	81
GRÁFICO 24 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SREC	83
GRÁFICO 25 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRPF	86
GRÁFICO 26 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRA	89
GRÁFICO 27 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRAS	91
GRÁFICO 28 - RECEITAS E DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2007-2008)	97
GRÁFICO 29 – RECEITAS CORRENTES DOS SFA EM 2008	100
GRÁFICO 30 – RECEITAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2008	101
GRÁFICO 31 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SFA EM 2008	102
GRÁFICO 32 - DESPESAS CORRENTES DOS SFA EM 2008	105
GRÁFICO 33 - DESPESAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2008	106
GRÁFICO 34 – ACTIVIDADES DE CONTROLO IRF (2008)	115

1. INTRODUÇÃO

O Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2008 foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2-A/2008/M e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2008. Na sua elaboração foi tida em consideração a estrutura orgânica do X Governo Regional da Madeira, definida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2007/M, de 23 de Julho.

As principais alterações orgânicas verificadas resultaram, essencialmente, do facto de as atribuições referentes aos sectores da Cultura e dos Transportes terem sido cometidas a diferentes Secretarias Regionais. Deste modo:

- A Direcção Regional dos Assuntos Culturais, que na anterior estrutura orgânica integrava a Secretaria Regional do Turismo e Cultura, passou a integrar a Secretaria Regional da Educação e Cultura; e
- A Direcção Regional de Transportes Terrestres, que na anterior estrutura orgânica integrava a Secretaria Regional do Equipamento e Transportes, passou a integrar a Secretaria Regional do Turismo e Transportes.

A despesa pública de investimento para 2008 foi concretizada através do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional (PIDDAR) e inseriu-se na estratégia de médio prazo para o desenvolvimento da sociedade e economia regional, delineada no Programa do Governo Regional para o período 2007-2011 e no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) definido para o período 2008-2013.

Através do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2008/M, de 27 de Fevereiro de 2008, que produziu efeitos à data de entrada em vigor do Orçamento da Região para 2008, foram definidas as disposições necessárias à execução do Orçamento da Região para 2008, complementadas com a Resolução do Conselho do Governo 1442/2007, aprovada em reunião do Conselho de Governo realizada no dia 28 de Dezembro, em que foram definidas regras em matéria de congelamentos de dotações orçamentais.

A Conta da Região de 2008 segue nos seus traços gerais a metodologia adoptada para as Contas dos anos anteriores. No seguimento de recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas:

- É novamente apresentada informação sobre a Conta consolidada da administração pública Regional na óptica da contabilidade nacional, através do qual é possível identificar a existência de um saldo positivo de 8,5 milhões de euros, o que evidencia uma capacidade de

financiamento da Região, em termos do Sistema Europeu de Contas Nacionais, e um contributo positivo para o equilíbrio das contas das Administrações Públicas (consolidado);

- Foi incluído capítulo dedicado ao sistema de controlo interno da Administração Pública Regional;
- Foi incluído capítulo dedicado à execução dos fundos comunitários, que tenta reflectir a globalidade das verbas comunitárias transferidas para a RAM.

De referir ainda que a análise da execução orçamental dos Departamentos do Governo Regional é apresentada num capítulo separado, onde são destacados os respectivos projectos de investimento mais relevantes bem como uma abordagem das despesas consolidadas desses agrupamentos orgânicos com os respectivos Serviços e Fundos Autónomos sob a sua tutela.

2.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL EM 2008

O ano de 2008 caracterizou-se pelo agravamento de uma crise da actividade económica mundial – particularmente de recessão das economias avançadas e de uma forma geral, de forte abrandamento das restantes economias em vias de desenvolvimento. A situação internacional ficou marcada pela turbulência financeira encetada na sequência da crise do crédito hipotecário nos Estados Unidos (Verão de 2007), que se arrastou ao longo de 2008, culminando na degradação da situação financeira em geral, cujo efeito despoletou uma crise de confiança dos agentes económicos e institucionais.

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL (TAXA DE VARIAÇÃO)

Designação	2006	2007	2008
Produto Interno Bruto			
Economia mundial	5,1	5,2	3,2
EUA	2,8	2,0	1,1
Área euro	3,0	2,6	0,7
Alemanha	3,2	2,6	1,0
França	2,6	2,1	0,7
Itália	2,1	1,5	-1,0
Espanha	3,9	3,7	1,2
Portugal	1,4	1,8	0,0
Reino Unido	2,8	3,0	0,7
China	11,6	13,0	9,0
Japão	2,1	2,4	-0,7

Fonte: Banco de Portugal

As repercussões internacionais eram esperadas e inevitáveis, contudo a magnitude e os reais efeitos desses acontecimentos não eram totalmente claros e tão pouco previsíveis. A propagação dos eventos sentiu-se com o crescente aumento da ilíquidez e desvalorização dos mercados imobiliários, que conduziram à crescente deterioração do ambiente económico geral. Adicionalmente surgiram dificuldades quanto à capacidade dos Estados conseguirem financiar os apoios públicos previstos dada a (in)sustentabilidade da dívida pública.

A conjugação destes factores determinou um aumento do risco e uma quebra dos preços dos activos, criando pressões sobre as instituições financeiras e a necessidade de consequentes aumentos de capital. Por outro lado, os Bancos Centrais viram-se confrontados com a pressão inflacionista obrigando a uma redução significativa das taxas de juro, face a um crescimento galopante dos preços internacionais das matérias-primas e quebras de produção.

A tónica relativa à incapacidade de contrariar os níveis dos acontecimentos sobrelevou-se pois, e apesar das medidas e programas implementados as economias mundiais registaram um desincentivo generalizado ao investimento e ao consumo face à incerteza generalizada, tendo por efeito o abrandamento do crescimento da actividade económica mundial.

2.2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Em 2008, o crescimento da economia portuguesa foi cadenciadamente desacelerando, ao ponto de a partir da segunda metade do ano entrar em recessão. A conjuntura externa desfavorável, como visto, nomeadamente dos principais mercados de exportação, ditou o início de uma crise da economia portuguesa que se aprofundou com a persistência de fragilidades estruturais que condicionaram a produtividade dos agentes económicos, contribuindo para que Portugal voltasse a registar um dos crescimentos mais baixos de entre os países da área euro e da União Europeia.

QUADRO 2 - PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA (TAXA DE VARIAÇÃO REAL)

Designação	2007	2008
Produto Interno Bruto	1,8	0,0
Consumo privado	1,6	1,7
Consumo público	0,0	0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	2,8	-1,7
Procura interna	1,5	0,9
Exportações	7,5	-0,4
Importações	5,6	2,1
IHPC	2,4	2,7

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico de Primavera 2009

Pelos dados disponíveis, verifica-se uma estagnação do crescimento do PIB em 2008, a contrastar com 1,8 por cento em 2007. Nesta análise ressalta a evolução negativa da Formação Bruta de Capital Fixo e das Exportações, sendo que estes itens foram nos anos anteriores os principais responsáveis pelo crescimento da economia portuguesa. Estes resultados são reveladores da desaceleração da actividade económica, pelo lado da procura interna, que teve uma quebra

acentuada no quarto trimestre do ano, pressionando, para além de outras contingências, a inflação para uma revisão em baixa do seu valor.

Por seu turno, o nível do défice externo português aumentou devido a uma quebra abrupta da procura externa, e consequentemente das exportações, como referido anteriormente, associado ao aumento das importações (embora menos acentuado do que o crescimento do ano anterior). Por outro lado, registou-se um forte aumento dos preços das matérias-primas, a que se junta a diminuição da taxa de poupança do sector privado e do sector das administrações públicas, relativamente aos níveis de investimento.

O consumo privado, por sua vez, apresentou um crescimento irrelevante de 0,1 pontos percentuais, em parte, reflectindo a evolução do crédito ao consumo e das remunerações. Como resultado da incapacidade de uma alavancagem da economia por via interna, os níveis de risco e de incerteza, foram os mais elevados dos últimos anos.

De acordo com o Banco de Portugal¹, esta correlação de factores não pode ser dissociada da turbulência económica internacional, reflexo do impacto dos mercados financeiros internacionais que conduziu a uma crise de confiança sem precedentes, resultando num crescente aumento da liquidação de activos e das taxas de concessão de crédito, cujos efeitos se transmitiram às instituições, aos segmentos de mercados financeiros e países, e pela manutenção das debilidades estruturais da economia Portuguesa.

2.2.1. POLÍTICA ORÇAMENTAL EM 2008

De acordo com os dados de reporte dos défices excessivos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o défice das administrações públicas no ano de 2008, situou-se em 2,6 por cento do PIB, não tendo havido alteração relativamente ao ano anterior, mas superior ao valor fixado como limite de 2,2 por cento do PIB. Por seu turno, o rácio da dívida pública dá sinais de se encontrar em rota ascendente com um aumento de 2,9 pontos percentuais (p.p.) verificado em 2008, fixando-se em 66,4 por cento do valor da dívida bruta das administrações públicas relativamente ao PIB.

Apesar do défice efectivo se ter mantido abaixo do valor de referência de 3 por cento do PIB, segundo o Banco de Portugal², o défice estrutural ajustado do ciclo, e excluindo o efeito de medidas temporárias, situou-se em 4,6 por cento do PIB, com as medidas temporárias a ascenderem a 1,1 por cento do PIB (em termos de receitas), ou seja, representa uma deterioração de 1,4 p.p. do défice estrutural relativamente a 2007.

¹ Boletim económico Primavera 2009, publicado em de Abril do corrente ano.

² Idem.

Os resultados reflectiram, ainda assim, uma contracção do consumo privado e o aumento acima do esperado dos salários, pois a situação orçamental foi de aumento da despesa corrente primária. Por seu turno, os juros consolidados da administração pública progrediram de forma ascendente nos últimos quatro anos, incluindo 2008, contrastando com a diminuição, no mesmo período, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

QUADRO 3 - REPORTE DO DÉFICE E DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

UNIDADE: Milhões de euros

Descrição	2006 (Final)	2007 (Final)	2008 (Provisório)	2009 (Preliminar)
Capacidade/necessidade líquida de financiamento				
Administrações Públicas	-6.091,8	-4.218,1	-4.340,7	-6.652,3
<i>Administração Central</i>	-6.715,6	-5.216,5	-5.444,8	-7.783,8
<i>Administração Local</i>	40,6	-131,8	-139,7	41,6
<i>Fundos de Segurança Social</i>	583,2	1.130,2	1.243,8	1.089,9
Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada)	100.522,0	103.701,9	110.376,6	118.623,7
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	155.446,3	163.190,1	166.197,4	168.948,7
Rácio Capacidade/necessidade líquida de financiamento no PIBpm	-3,9%	-2,6%	-2,6%	-3,9%
Rácio dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada no PIBpm)	64,7%	63,5%	66,4%	70,2%

Fonte: INE, Destaque, 27 de Março de 2009

Os efeitos da receita do IRC e das contribuições sociais foram positivos, decorrente do aumento da eficiência da administração fiscal, bem como da diminuição da taxa do IVA em um ponto percentual, de vinte e um para vinte por cento, em contraponto com a rota descendente da receita derivada da colecta dos impostos à produção e à importação.

2.3. SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA REGIONAL

A crise mundial instalada afectou sem excepção as economias, independentemente do seu estado de desenvolvimento ou de dependência exterior ou até de dimensão. De entre os países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, as “ondas de choque” criadas por este abalo com “epicentro” nos mercados financeiros tiveram efeitos distintos, apesar de se assistir a uma tomada de medidas e acções internacionais comuns. Pois as mesmas tiveram o acompanhamento e envolvimento interno.

Apesar da economia regional ter mantido ritmos de crescimento económico acima da média nacional, o abrandamento mais acentuado do ritmo de crescimento, nacional e internacional, repercutiu-se ao nível regional.

QUADRO 4 – COESÃO REGIONAL

Designação	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 P
PIB pm	(10 ⁶ Euro)	3.242	3.227	3.884	3.884	4.156	4.348	4.609	4.824
	Taxa variação	20,3%	-0,5%	20,4%	0,0%	7,0%	4,6%	6,0%	4,7%
PIB per capita	(Euro)	13,5	13,5	16,2	16,1	17,1	17,8	18,8	19,6
	Taxa variação		0,0%	20,0%	-0,6%	6,2%	4,1%	5,6%	4,3%
Índice de disparidade do PIB <i>per capita</i> RAM, em relação à Média Nacional	(PT=100)	113	107	123	121	124	126	128	127
Índice de disparidade do PIB <i>per capita</i> PPP RAM, em relação à Média UE15	(UE25=100)	81	76	88	87	87	89	92	91
Índice de disparidade do PIB <i>per capita</i> PPP RAM, em relação à Média UE27	(UE27=100)	88	83	95	93	93	95	98	97

Fonte: INE, Contas Regionais Regionais 2006 Definitivas e 2007 Preliminar

O QUADRO 4 para o período de 2000 a 2007, apresenta os valores do Produto Interno Bruto regional a preços de mercado (PIB pm) e *per capita*, e respectivas taxas de crescimento nominais e índices de disparidade em relação à média nacional e comunitária. Após a anterior revisão das contas regionais definitivas de 2005 que alteraram os itens apresentados anteriormente, o Instituto Nacional de Estatística (INE), apresentou os resultados definitivos para o ano de 2006, e adiantou preliminarmente os resultados de 2007, apresentando a tendência evolutiva dos mesmos.

Os resultados reflectem, no período em análise (2000-2006), um crescimento médio anual do PIB bastante significativo de 6,0 por cento, igual ao anterior apuramento de 2005, e superior à anterior revisão que determinava um crescimento na ordem dos 5,3 por cento, correspondendo a +1,9 pontos percentuais que a média anual nacional.

A RAM manteve o seu peso relativo no todo nacional. Se considerarmos os dados preliminares do ano de 2007, verifica-se um ligeiro abrandamento, relativamente ao ano de referência de 2006. O crescimento médio anual do PIB, situa-se nos 5,8 por cento (-2 p.p.) enquanto o PIB *per capita* recua um ponto percentual.

QUADRO 5 – RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DA RAM

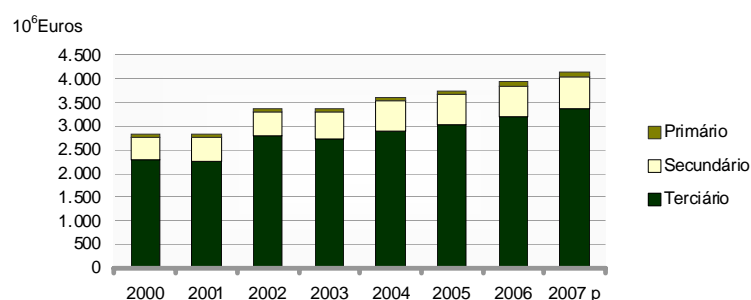
Designação	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 P
Rendimento Primário Bruto das famílias	(10 ⁶ Euro)	1.902	2.014	2.167	2.353	2.497	2.596	2.658	*
Índice de Rendimento Primário p.c. RAM/Média Nacional	(PT=100)	95	96	100	104	106	107	105	*
Rendimento Disponível Bruto das famílias	(10 ⁶ Euro)	1.862	1.976	2.178	2.299	2.446	2.491	2.588	*
Índice de Rendimento Disponível p.c. RAM/Média Nacional	(PT=100)	91	99	105	106	107	106	105	*
Peso do Rendimento Disponível no Rendimento Primário	(%)	97,9	98,1	100,5	97,7	98,0	96,0	97,4	*

Fonte: INE, Contas Regionais Regionais 2006 Definitivas e 2007 Preliminar

Relativamente ao nível da distribuição do rendimento pelas famílias, verifica-se de acordo com o quadro anterior, que houve uma ténue alteração relativamente à posição apresentada na conta anterior, em virtude da revisão das Contas Regionais publicadas pelo INE. Simultaneamente, o Rendimento Primário (RP) e o Rendimento Disponível (RD) das famílias da RAM continuam a registar crescimentos assinaláveis no período compreendido de 2000 a 2006, registando um crescimento médio anual de 5,7 por cento do RP e de 5,6 por cento do RD.

A economia regional continua a assentar fundamentalmente no sector terciário, contudo a denotar uma evolução crescente nos outros segmentos, com relevância para a evolução do sector secundário, conforme ilustrado no Quadro acima, onde se apresenta a evolução do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sectores, em volume, para o período de 2000 a 2007.

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DO VAB, POR SECTORES



Fonte: INE, Contas Regionais 2006 Definitivas e 2007 Preliminares

As principais actividades, em 2007, geradoras de riqueza continuam a ser as relacionadas com o sector terciário, nomeadamente o *Comércio por grosso e a retalho, reparação veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico*, que reforçou o seu peso relativo (30,4 por cento), seguidas de *Outras Actividade de Serviços* com 25,9 por cento e as *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* que assumiram um peso relativo de 25,2 por cento. De

notar ainda que o ramo de actividade *Alojamento e restauração* representa 7,4% do VAB da RAM em 2007 (dados provisórios). No sector secundário continua a destacar-se o ramo de actividade da *Construção*, com 30,4 por cento, o que representou 8,6 por cento do total do VAB (-0,9 p.p. comparativamente a 2005).

QUADRO 6 – TAXA DE INVESTIMENTO APARENTE (FBCF / VAB)

Designação	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 P
VAB	(10 ⁶ Euro)	2.826	2.815	3.376	3.376	3.613	3.742	3.945	4.135
	Taxa variação		-0,4%	19,9%	0,0%	7,0%	3,6%	5,4%	4,8%
Peso VAB RAM/PT	(%)	2,7%	2,5%	2,9%	2,8%	2,9%	2,9%	3,0%	2,9%
Formação bruta de capital fixo	(10 ⁶ Euro)	1.399	1.182	1.263	1.064	1.496	1.480	1.090	*
	Taxa variação		-15,5%	6,9%	-15,8%	40,6%	-1,1%	-26,4%	*
Peso FBCF RAM/PT	(%)	4,2%	3,5%	3,7%	3,4%	4,6%	4,5%	3,2%	*
Taxa de investimento aparente (FBCF/VAB)	(%)	50%	42%	37%	32%	41%	40%	28%	*

Fonte: INE, Contas Regionais Regionais 2006 Definitivas e 2007 Preliminar

* Dados não divulgados à data da elaboração do presente relatório

A RAM figurou como uma das regiões do país com maior aplicação de recursos na realização de investimento (QUADRO 6).

Os resultados do Inquérito ao Emprego indicam que a população activa da RAM aumentou em 2008 aproximadamente 0,9 por cento relativamente o ano anterior, inferior ao aumento proporcional da população empregada (Vd. QUADRO 7).

Em 2008, a taxa de desemprego diminuiu 0,8 pontos percentuais face ao ano anterior, fixando-se nos 6,0 por cento, em resultado de um aumento da população empregada superior ao da população activa. Sublinhe-se que, apesar do crescimento verificado, a taxa de desemprego continuou a ser inferior à nacional, que nesse ano ascendeu a 7,6 por cento.

QUADRO 7 – ESTATÍSTICAS DO EMPREGO DA RAM

Designação	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
População total	(N.º pessoas)	240.025	240.099	240.757	242.378	243.806	244.376	245.740	246.217	246.228
	Taxa variação	-0,4%	0,0%	0,3%	0,7%	0,6%	0,2%	0,6%	0,2%	0,0%
População activa	(N.º pessoas)	110.608	110.407	114.742	116.241	116.985	122.696	123.984	124.907	126.059
	Taxa variação	-1,6%	-0,2%	3,9%	1,3%	0,6%	4,9%	1,0%	0,7%	0,9%
População empregada	(N.º pessoas)	107.830	107.597	111.922	112.312	113.477	117.123	117.303	116.463	118.499
	Taxa variação	-1,4%	-0,2%	4,0%	0,3%	1,0%	3,2%	0,2%	-0,7%	1,7%
Taxa de actividade	(percentagem)	46,1	46,0	47,7	48,0	48,0	50,2	50,5	50,7	51,2
Taxa de desemprego	(percentagem)	2,5	2,5	2,5	3,4	3,0	4,5	5,4	6,8	6,0

Fonte: DRE, Estatísticas do Emprego da Região Autónoma da Madeira

No que respeita à distribuição dos activos empregados pelos sectores de actividade económica, o sector com maior peso no total do emprego é o dos *Serviços* (65,3 por cento), seguido da *Indústria, Construção, Energia e Água* (24,9 por cento) e da *Agricultura, Silvicultura e Pesca* (9,8 por cento). Relativamente ao emprego total, dentro de cada sector, os ramos com maior peso são, no caso do sector dos *Serviços*, o *Comércio, Alojamento e Restauração* (31,8 por cento) e no sector *Indústria, Construção, Energia e Água*, a *Construção* (16,5 por cento) e as *Indústrias Transformadoras* (8,4 por cento).

QUADRO 8 – PREÇOS E SALÁRIOS

Designação	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Taxa de inflação	(percentagem)	2,3	3,6	3,5	3,0	2,8	2,7	2,6	1,4	2,8
Remunerações	(10 ⁶ Euro)	1.342	1.433	1.545	1.670	1.780	1.870	1.967	2.010	*
	Taxa variação		6,8%	7,8%	8,1%	6,6%	5,1%	5,2%	2,2%	*
VAB por pessoa empregada	milhares de euros	23,9	26,2	28,7	30,1	31,8	32,0	33,6	35,5	*
	Taxa variação	24,6%	9,2%	9,7%	4,7%	5,9%	0,4%	5,0%	5,8%	*
Índice Produtividade RAM/Média Nacional	(PT=100)	113	110	125	121	119	122	122	123	*

Fonte: INE, Contas Regionais Regionais 2006 Definitivas e 2007 Preliminar

Em 2008, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 2,8%. Os dados incluídos no QUADRO 8 demonstram um abrandamento do crescimento dos preços na RAM, no período 2001 a 2007, que foi contrariado em 2008.

Se conjugarmos estes dados com a evolução dos salários, apesar do crescimento moderado mas acima do esperado, e do VAB por pessoa empregada (aumento da produtividade), podemos afirmar que a Região tem conseguido manter um bom nível de competitividade dos seus produtos e serviços. Com efeito, se avaliarmos o Índice de produtividade da RAM, constata-se que em 2007 esta apresenta um bom desempenho em relação à média nacional.

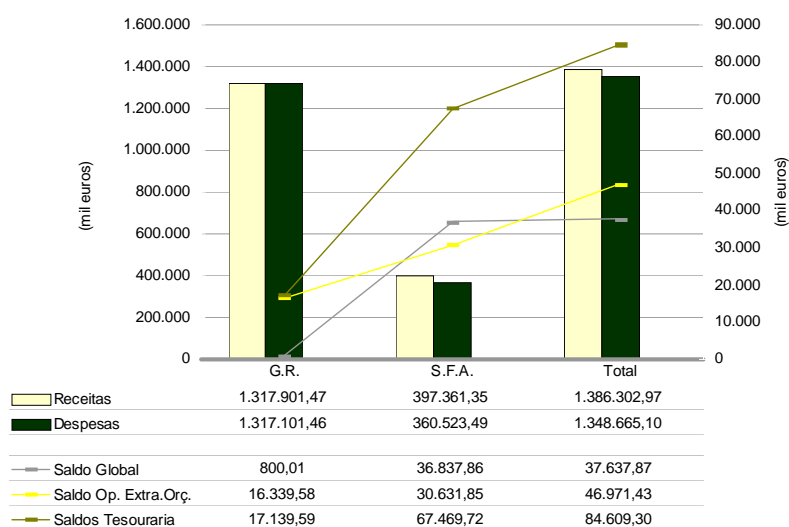
3.

CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

3.1. ÓPTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Os GRÁFICO 2 e QUADRO 9 exprimem o resumo da conta consolidada da administração pública regional - Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos - para o ano de 2008.

GRÁFICO 2 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2008



Em 2008, o *saldo global* da conta consolidada foi de 37,6 milhões de euros, afectos na quase totalidade aos serviços e fundos autónomos (36,8 milhões de euros). Acrescendo a este valor o *saldo de operações extra-orçamentais* que totaliza cerca de 47,0 milhões de euros, temos um *saldo global de tesouraria* no valor de 84,6 milhões de euros, distribuído do seguinte modo:

Governo Regional: 17,1 milhões de euros;

Serviços e fundos autónomos: 67,5 milhões de euros.

À semelhança do ano anterior, o *saldo de operações extra-orçamentais* é constituído, na sua maioria, quer na parte respeitante ao Governo Regional, quer na parte respeitante aos serviços e fundos autónomos, por verbas afectas ao agrupamento dos *Recursos próprios de terceiros*.

QUADRO 9 - CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2008

(euros)

Designação	Governo Regional	Serviços e fundos autónomos	Total
1. Receitas correntes	931.882.984,71	346.184.704,18	965.148.614,71
1.1. Impostos directos	298.385.204,58	1.973.057,01	300.358.261,59
1.2. Impostos indirectos	487.863.908,67	1.087.550,63	488.951.459,30
1.3. Transferências correntes	101.812.586,56	322.676.255,59	111.578.375,09
1.3.1. Administrações públicas	101.049.352,58	315.262.027,19	103.400.912,71
1.3.2. Comunidades Europeias	763.233,98	7.202.311,36	7.965.545,34
1.3.3. Outras transferências	-	211.917,04	211.917,04
1.4. Outras receitas correntes	43.821.284,90	20.447.840,95	64.260.518,73
2. Despesas correntes	999.204.433,71	330.114.015,99	1.016.399.375,52
2.1. Pessoal	367.176.469,32	35.784.132,18	402.960.601,50
2.2. Aquisição de bens e serviços	170.577.007,90	84.930.364,85	255.507.372,75
2.3. Transferências correntes	362.405.817,65	201.696.038,25	251.182.781,72
2.3.1. Administrações públicas	312.127.420,87	1.167.671,80	376.018,49
2.3.2. Outras transferências	50.278.396,78	200.528.366,45	250.806.763,23
2.4. Outras despesas correntes	99.045.138,84	7.703.480,71	106.748.619,55
3. Saldo corrente (3)=(1)-(2)	- 67.321.449,00	16.070.688,19	- 51.250.760,81
4. Receitas de capital	384.818.074,46	50.970.837,13	419.748.136,93
4.1. Transferências de capital	125.968.586,83	36.501.045,71	146.984.706,54
4.1.1. Administrações públicas	81.828.414,32	33.670.883,23	100.014.371,55
4.1.2. Comunidades Europeias	44.139.575,29	2.830.162,48	46.969.737,77
4.1.3. Outras transferências	597,22	-	597,22
4.2. Outras receitas de capital	258.849.487,63	14.469.791,42	272.763.430,39
5. Despesas de capital	317.897.027,65	30.409.471,95	332.265.724,94
5.1. Aquisição de bens de capital	224.400.458,29	3.687.026,95	228.087.485,24
5.2. Transferências de capital	53.951.256,45	18.262.758,53	56.173.240,32
5.2.1. Administrações públicas	45.292.279,75	1.689.208,57	30.940.713,66
5.2.2. Outras transferências	8.658.976,70	16.573.549,96	25.232.526,66
5.3. Outras despesas de capital	39.545.312,91	8.459.686,47	48.004.999,38
6. Saldo capital (6)=(4)-(5)	66.921.046,81	20.561.365,18	87.482.411,99
7. Reposições não abatidas nos pagamentos	1.200.408,65	205.810,95	1.406.219,60
8. Saldo global (8)=(3)+(6)+(7)	800.006,46	36.837.864,32	37.637.870,78
9. Saldo de operações extra-orçamentais	16.339.580,86	30.631.852,99	46.971.433,85
10. Saldos de tesouraria	17.139.587,32	67.469.717,31	84.609.304,63

As receitas e as despesas totais consolidadas foram de 1 386,3 milhões de euros e de 1 348,7 milhões de euros, respectivamente. Tal como nos anos anteriores, estas verbas continuaram, maioritariamente, afectas ao Governo Regional.

As receitas correntes consolidadas que ascendem a cerca de 70% das receitas totais de 2008, foram de 965,1 milhões de euros. Neste agrupamento destacaram-se as cobranças dos *impostos directos* e dos *impostos indirectos* com 300,4 milhões de euros e 489,0 milhões de euros, respectivamente.

Seguiram-se as *transferências correntes* com 111,6 milhões de euros e as *outras receitas correntes* com 64,3 milhões de euros.

As receitas de capital consolidadas totalizaram 419,7 milhões de euros. Excluindo os *passivos financeiros*, as cobranças deste agrupamento provieram, na quase totalidade, de *transferências de capital*, 147,0 milhões de euros.

As despesas correntes consolidadas foram de 1 016,4 milhões de euros, destacando-se as *Despesas com o pessoal*, a *Aquisição de bens e serviços* e as *Transferências correntes* no valor de 403,0 milhões de euros, 255,5 milhões de euros e 251,2 milhões de euros, respectivamente. Seguiram-se as *Outras despesas correntes* com 106,7 milhões de euros. Em 2008, as despesas de natureza corrente representaram 75,3% do total despendido.

As despesas de capital consolidadas ascenderam a 332,3 milhões de euros, dos quais 228,1 milhões de euros estiveram afectos à *Aquisição de bens de capital* e 56,7 milhões de euros às *Transferências de capital*. O remanescente distribuiu-se pelos demais agrupamentos das despesas de capital.

QUADRO 10 – EVOLUÇÃO DA CONTA CONSOLIDADA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2007 – 2008)

Designação	(milhões de euros)								
	2.007			2.008			Variação 2007/2008		
	Governo Regional	SFA	Total	Governo Regional	SFA	Total	Governo Regional	SFA	Total
1. Receitas correntes	954,0	377,5	998,8	931,9	346,2	965,1	-2,3%	-8,3%	-3,4%
2. Receitas de capital	293,9	95,6	374,6	384,8	51,0	419,7	31,0%	-46,7%	12,1%
3. Receitas totais	1.247,8	473,1	1.373,4	1.316,7	397,2	1.384,9	5,5%	-16,1%	0,8%
4. Despesas correntes	890,3	370,0	927,6	999,2	330,1	1.016,4	12,2%	-10,8%	9,6%
5. Despesas de capital	358,2	90,3	433,7	317,9	30,4	332,3	-11,3%	-66,3%	-23,4%
6. Despesas totais	1.248,6	460,3	1.361,4	1.317,1	360,5	1.348,7	5,5%	-21,7%	-0,9%
7. Saldo corrente (7)=(1)-(4)	63,6	7,5	71,2	-67,3	16,1	-51,3	-205,8%	113,0%	-172,0%
8. Saldo capital (8)=(2)-(5)	-64,4	5,3	-59,1	66,9	20,6	87,5	-203,9%	288,1%	-248,0%
9. Reposições não abatidas nos pagamer	0,9	0,5	1,4	1,2	0,2	1,4	35,2%	-55,6%	4,0%
10. Saldo global (10)=(7)+(8)+(9)	0,1	13,3	13,4	0,8	36,8	37,6	509,6%	176,9%	180,1%
11. Saldo de operações extra-orçament	30,9	3,6	34,5	16,3	30,6	47,0	-47,1%	740,0%	36,1%
12. Saldos de tesouraria	31,0	17,0	47,9	17,1	67,5	84,6	-44,7%	298,0%	76,5%

Comparando a conta consolidada de 2008 com a de 2007 (Vd. QUADRO 10), sobressai o acréscimo do saldo global em 180,1% e do saldo de tesouraria (+76,5%). Em termos totais, de 2007 para 2008, as diminuições ocorreram ao nível do valor das *Receitas Correntes* (-3,4%), das *Despesas de capital* (-23,4%), do *saldo corrente* (-172,0%) e do *saldo de capital* (-248%). Estas variações, excluindo as *receitas correntes*, resultaram essencialmente da execução orçamental ao nível dos *passivos financeiros*.

No QUADRO 11 é efectuada uma distribuição da despesa consolidada por classificação funcional. A distribuição das verbas despendidas foi a seguinte: 875,1 milhões de euros estiveram afectos às

Funções sociais, 346,1 milhões de euros às *Funções económicas*, 79,3 milhões de euros às *Funções gerais de soberania* e o remanescente, 48,2 milhões de euros, às *Outras funções*.

QUADRO 11 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2008

(Euros)

Designação		Gov. Regional	Serviços e fundos autónomos	Total
1	Funções gerais de soberania:	78.813.846	24.465.878	79.250.390
1.1	Serviços gerais de administração pública	64.658.919	21.729.429	65.277.922
1.2	Defesa nacional	-	-	-
1.3	Segurança e ordem públicas	14.154.927	2.736.449	13.972.468
2	Funções sociais:	862.554.133	300.230.247	875.136.468
2.1	Educação	403.831.772	25.096.332	413.448.188
2.2	Saúde	283.619.393	238.787.176	283.911.120
2.3	Segurança e acção sociais	-	-	-
2.4	Habituação e serviços colectivos	106.005.193	1.977.526	107.713.399
2.5	Serviços culturais, recreativos e religiosos	69.097.775	34.369.213	70.063.761
3	Funções económicas:	327.577.341	35.827.363	346.122.101
3.1	Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	56.869.952	2.552.570	53.743.926
3.2	Indústria e energia	2.769.677	2.041.363	4.304.193
3.3	Transportes e comunicações	231.223.121	-	229.935.451
3.4	Comércio e turismo	22.091.836	22.530.623	40.150.948
3.5	Outras funções económicas	14.622.755	8.702.808	17.987.582
4	Outras funções:	48.156.142	-	48.156.142
4.1	Operações da dívida pública	48.156.142	-	48.156.142
4.2	Transferências entre administrações	-	-	-
4.3	Diversas não especificadas	-	-	-
Total		1.317.101.461	360.523.488	1.348.665.100

À semelhança do ano anterior sobressai o peso das *Funções sociais*, no total despendido pelos serviços da administração pública regional. Por subfunções destacam-se as despesas com a *Educação* (413,4 milhões de euros), afectas na quase totalidade ao Governo Regional, e as despesas com a *Saúde* com 283,9 milhões de euros.

Nas *Funções económicas*, destacam-se as despesas com os *Transportes e comunicações* com 229,9 milhões de euros, com a *Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca* com 53,7 milhões de euros e com o *Comércio e turismo* (40,2 milhões de euros).

Nas *Funções gerais de soberania*, as despesas afectas ao Governo Regional tiveram um maior peso (78,8 milhões de euros) quando comparadas com as realizadas pelos serviços e fundos autónomos (24,5 milhões de euros).

Por classificação orgânica, a distribuição da despesa consolidada é a que se apresenta no QUADRO 12.

QUADRO 12 - DESPESA CONSOLIDADA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, 2008

(Euros)

Designação	Governo Regional	Serviços e fundos autónomos	Total
Assembleia Legislativa da Madeira	16.812.620,00	14.489.647,64	14.489.647,64
Presidência do Governo Regional	1.642.547,68	-	1.642.547,68
Vice-Presidência do Governo Regional	21.756.006,60	18.661.402,72	35.465.063,46
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	16.243.396,05	8.702.807,57	19.608.223,62
Secretaria Regional do Equipamento Social	294.211.822,07	2.041.363,21	294.458.668,28
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	32.591.055,58	-	32.591.055,58
Secretaria Regional de Educação e Cultura	403.381.890,67	59.465.544,54	413.964.292,78
Secretaria Regional do Plano e Finanças	168.122.036,83	6.066.987,23	170.372.052,06
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	85.304.453,58	9.572.110,19	88.928.648,68
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	277.035.632,30	241.523.625	277.144.900,68
	1.317.101.461,36	360.523.487,94	1.348.665.100,46

As despesas foram mais significativas na Secretaria Regional de Educação e Cultura (414,0 milhões de euros), na Secretaria Regional do Equipamento Social (294,5 milhões de euros) e na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (277,1 milhões de euros). Seguiu-se a Secretaria Regional do Plano e Finanças com 170,4 milhões de euros e a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais com 88,9 milhões de euros. Nos demais departamentos do Governo Regional, as verbas dispendidas foram menos relevantes: VPGR (35,5 milhões de euros), SRTT (32,6 milhões de euros), ALM (14,5 milhões de euros) e PGR (1,6 milhões de euros).

3.2. ÓPTICA DA CONTABILIDADE NACIONAL

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) apresentou ao Grupo de Trabalho, formado por técnicos do Instituto Nacional de Estatística, do Departamento de Estatísticas do Banco de Portugal e da Direcção Geral do Orçamento, uma estimativa da Conta da Administração Pública Regional de 2008 na óptica da Contabilidade Nacional, para a notificação de Março de 2009 no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), de acordo com a metodologia do SEC 95 e do Manual do Défice e da Dívida aprovado pelo *Eurostat*. Neste âmbito, a conta foi validada pelas autoridades estatísticas nacionais, conforme se apresenta no quadro abaixo.

QUADRO 13 - CONTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL – 2008

(mil euros)		
Contabilidade Nacional	Código	Administração Pública Regional
1. Impostos sobre a Produção e Importação	D.2	450.448
2. Impostos correntes sobre Rendimento e Património	D.5	307.930
3. Contribuições para Fundos da Segurança Social	D.61	22.812
das quais: Contribuições Sociais Efectivas	D.611	6.091
4. Vendas	(1)	33.186
5. Outra Receita Corrente	D.7r+D.4r+D.39r	371.226
6. Total das Receitas Correntes (1+2+3+4+5)		1.185.602
7. Consumo Intermédio	P.2	147.178
8. Despesas com pessoal	D.1	410.034
9. Prestações Sociais	(2)	233.525
das quais: em espécie		24.448
10. Juros	D.41	50.112
11. Subsídios	D.3	19.999
12. Outra Despesa Corrente	(3)	401.593
das quais: Transferências Administrações Públicas	D.73p	321.080
13. Total das Despesas Correntes (7+8+9+10+11+12)		1.262.441
14. Poupanças Bruta (6-13)	B.8g	-76.839
15. Transferências de Capital Receita	D.9r	319.364
16. Total Receita (6+15)		1.504.966
17. Formação Bruta Capital Fixo	P.51	132.746
18. Outra Despesa Capital	(4)	101.233
das quais: Transferências Administrações Públicas	D.93p	51.655
19. Total Despesa Capital (17+18)		233.979
20. Total Despesa (13+19)		1.496.420
21. Capacidade(+) / Necessidade(-) Financiamento Líquido (16-20)	B.9	8.546
Consumo Final das Administrações Públicas		828.533
Saldo Primário		58.658
Carga Fiscal (Impostos+Prestações sociais Efectivas)		764.469

(1): P.11+P.12+P.131

(2): D.62+D.6311+D.63121+D.63131

(3): D.29p+D.42p+D.43p+D.44p+D.45p+D.5p+D.7p

(4): P.52+P.53+K.2+D.9p

A passagem das contas das Administrações Públicas na óptica das Contas Públicas à óptica das Contas Nacionais compreende um conjunto de ajustamentos que se podem agrupar em categorias distintas. Com efeito, o conjunto de ajustamentos efectuados revestem-se de natureza diversa identificando-se, neste domínio, os decorrentes:

- do efeito do registo segundo a especialização do exercício;
- do ajustamento de diferenças de universo a considerar;
- outros ajustamentos com impacto no saldo não tipificáveis nas duas categorias anteriores, onde se incluem reclassificações de operações de receita e despesa.

O quadro 2 da notificação do PDE de Março de 2009 mostra os ajustamentos fundamentais entre a contabilidade pública e a contabilidade nacional.

QUADRO 14 - QUADROS 2 DA NOTIFICAÇÃO DO PDE DE MARÇO DE 2009

Ano: 2008 Valores em mil euros	Administração Pública Regional
Saldo Global incluindo Activos Financeiros (Óptica da Contabilidade Pública)	-209.447,9
Operações Financeiras consideradas no Saldo Global incluindo Activos Financeiros	43.664,0
Empréstimos (+/-)	8.484,0
Acções e outras participações (+/-)	35.202,0
Outras operações financeiras (+/-)	-22,0
Outras contas a receber (+)	0,0
Outras contas a pagar (-)	174.182,0
Ajustamento de Universo	12.161,0
Empresas Públicas reclassificadas	12.161,0
Outros ajustamentos (+/-)	-12.013,1
Operações reclassificadas como despesa não financeira	-12.041,0
Prémios brutos de seguros	27,9
Necessidade (-) / Capacidade líquida de financiamento (+) (B.9)	8.546,0

Pelo quadro acima verificamos que o saldo global das Contas da Administração Pública Regional, na óptica da Contabilidade Pública, relativo ao ano de 2008, foi de -209,4 milhões de euros. Esta situação decorre do facto de o Governo Regional da Madeira ter aderido ao Programa Pagar a Tempo e Horas em 2008, que visou a substituição da dívida comercial por dívida financeira de longo prazo e a diminuição do prazo dos pagamentos comerciais. Com efeito, o ano de 2008 ficou marcado pelo financiamento no valor de 256,7 milhões de euros, destinado ao pagamento de dívidas a fornecedores, relacionadas com a aquisição de bens e serviços e com a aquisição de bens de capital. Por conseguinte, verificamos um crescimento da execução orçamental da despesa e a deterioração do saldo global da Administração Pública Regional.

Ao saldo na óptica da Contabilidade Pública, foram introduzidos os seguintes ajustamentos, com vista à determinação da Necessidade/ capacidade líquida de financiamento (B.9) do ano económico em apreço:

Ajustamentos de Especialização do Exercício

A rubrica “Outras contas a pagar” apresenta um impacto positivo sobre o saldo da Administração Pública Regional, evidenciando a significativa redução dos encargos assumidos e não pagos.

Ajustamentos de Universo

De realçar que o ajustamento na Administração Pública Regional foi de +12 161 mil euros, relativo à reclassificação de empresas públicas.

Outros ajustamentos

Em 2008 o conjunto de outros ajustamentos, não tipificáveis, com impacto no saldo, atingiu o montante de -12 013 mil euros no saldo da Administração Pública Regional.

Destes ajustamentos destacam-se as injeções de capital e os empréstimos que foram considerados como despesa não financeira.

Não obstante os ajustamentos efectuados ao saldo global na óptica da contabilidade pública, foi possível manter uma capacidade líquida de financiamento positiva, essencialmente devido à redução dos encargos assumidos e não pagos. O saldo apurado indica uma capacidade líquida de financiamento no montante de **8.546,0 mil euros**, correspondendo a um contributo positivo para a Conta das Administrações Públicas.

4. RESULTADO DA CONTA

O QUADRO 15 evidencia a evolução do resultado da Conta da Região no período 2006-2008. Ao contrário do verificado no ano anterior, as despesas efectivas superaram as receitas efectivas cobradas.

QUADRO 15 - RESULTADO DA CONTA DA RAM (2006-2008)

	(mil euros)		
Designação	2006	2007	2008
Execução orçamental			
Receitas efectivas (a)	1.036.643,9	1.135.146,5	1.061.103,6
Correntes	893.429,5	953.956,4	931.883,0
De capital	141.776,5	180.302,2	128.020,2
Reposições não abatidas	1.437,9	887,9	1.200,4
Despesas efectivas (b)	1.035.574,4	1.134.042,4	1.316.216,6
Correntes	794.048,8	890.316,0	999.204,4
De capital	241.525,6	243.726,4	317.012,2
Défice da Conta da Região	-1.069,5	-1.104,0	255.113,1
Encargos correntes da dívida	24.532,0	37.195,5	47.271,3
Saldo primário com activos	25.601,5	38.299,5	-207.841,8
Amortizações da dívida pública e outros passivos	130.677,5	114.523,0	884,8
Necessidades de financiamento (Brutas)	129.608,0	113.419,0	255.997,9
Situação de tesouraria			
Disponibilidades de tesouraria:			
Saldo inicial	19.029,4	23.806,4	30.990,8
Produto da aplicação de empréstimos			
Internos	129.604,3	113.550,1	256.666,7
Externos	-	-	-
Operações extra-orçamentais	4.780,7	7.053,2	-14.519,9
Disponibilidades de tesouraria:			
Saldo final	23.806,4	30.990,8	17.139,6

(a) Não inclui a utilização do produto da emissão de empréstimos.

(b) Não inclui os encargos com a amortização da dívida pública.

A conta da Administração Pública Regional registou em 2008, na óptica da contabilidade pública, um *deficit* de 255,1 milhões de euros, em resultado da adesão pelo Governo Regional da Madeira ao Programa Pagar a Tempo e Horas. Com efeito, e conforme referido no capítulo anterior, em 2008 a Região contraiu um financiamento no valor de 256,7 milhões de euros, destinado ao pagamento de dívidas a fornecedores, relacionadas com a aquisição de bens e serviços e com a aquisição de bens

de capital. No Anexo XXXV – *Aplicação do produto de empréstimos* estão expressas as despesas pagas após o recebimento do produto do empréstimo.

O valor da cobrança líquida das receitas efectivas foi de 1 061,1 milhões de euros, e distribuiu-se pelas *Receitas correntes* com 931,9 milhões de euros, pelas *Receitas de capital* com 128,0 milhões de euros e pelas *Reposições não abatidas nos pagamentos* com 1,2 milhões de euros.

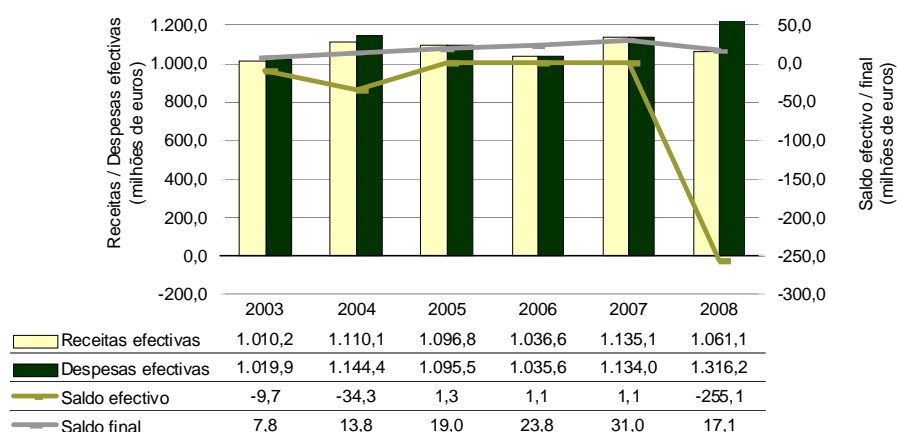
No que concerne às despesas efectivas, destacam-se as *Despesas correntes* com 999,2 milhões de euros, seguindo-se as *Despesas de capital* com 317,0 milhões de euros.

Excluindo os *Encargos correntes da dívida* às despesas efectivas, o saldo primário em 2008, ascende a -207,8 milhões de euros. Considerando as *Amortizações da dívida pública* e *Outros passivos* as *Necessidades brutas de financiamento* ascenderam a 256,0 milhões de euros, em resultado da operação de substituição da dívida comercial por dívida financeira ocorrida nesse ano.

O saldo líquido das operações extra-orçamentais realizadas em 2008 foi de -14,5 milhões de euros e está afecto a *Recursos próprios de terceiros* e a *Outras operações de tesouraria*. Se a este valor adicionarmos o saldo existente em 1 de Janeiro de 2008, referente a operações extra-orçamentais, temos um saldo em 31 de Dezembro de 16,3 milhões de euros (Vd. Anexo I). A sua diminuição comparando com 2007, resulta da entrega no decurso de 2008 de verbas incluídas em *Recursos próprios de terceiros* às devidas entidades.

O saldo final de tesouraria é positivo em 17,1 milhões de euros, o que representa menos 13,9 milhões de euros em relação ao saldo registado em 2007. A quase totalidade deste saldo está afecto a *Recursos próprios de terceiros* e *outras operações extra-orçamentais*, conforme expresso no Anexo I – Conta Geral dos fluxos financeiros da Região Autónoma da Madeira.

GRÁFICO 3 - RESULTADO DA CONTA DA RAM



O GRÁFICO 3 ilustra a evolução do resultado da conta da Região no período 2003-2008. A análise que se segue, nos pontos 5 e 6, evidencia os factos que determinaram a evolução dos agregados e do saldo da Conta da Região de 2008.

5.

RECEITA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As receitas totais cobradas em 2008 atingiram os 1 317,7 milhões de euros, mais 69,1 milhões de euros do que no ano anterior, e mais 151,5 milhões de euros do que em 2006, o que em termos relativos traduziu-se, respectivamente, em acréscimos de 5,5% e 13,0%. Sem considerar os *Passivos financeiros*, que em 2008 foram de 256,7 milhões de euros, as receitas efectivas decresceram 74,0 milhões de euros de 2007 para 2008, observando-se no período de 2006 a 2008 uma taxa média anual de crescimento de 2,4% e um ligeiro aumento do peso das receitas de capital (QUADRO 16).

QUADRO 16 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS (2006-2008)

Descrição	Em valor			Taxas de variação (%)	
	2006	2007	2008	2007 / 2006	2008 / 2007
Receitas correntes	893.429,5	953.956,4	931.883,0	6,8	- 2,3
Receitas de capital	271.380,8	293.852,3	384.686,8	8,3	30,9
<i>Das quais: Passivos financeiros</i>	129.604,3	113.550,1	256.666,7	- 12,4	126,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.437,9	887,9	1.200,4	- 38,3	35,2
Receitas totais	1.166.248,2	1.248.696,6	1.317.770,2	7,1	5,5
Receitas efectivas	1.036.643,9	1.135.146,5	1.061.103,6	9,5	- 6,5

Interessa expor as razões que auxiliam a explicação das variações ocorridas face aos anos anteriores:

- Diminuição das transferências no âmbito da Lei das Finanças das Regiões Autónomas de 2006 a 2008, na ordem dos 37,3 milhões de euros;
- O recebimento em 2006 de 37,5 milhões de euros de acertos de receitas fiscais relativas a anos anteriores;
- O recebimento em 2007 de 9,2 milhões de euros de acertos de transferências do Orçamento de Estado, relativas a anos anteriores (1999-2003);
- O recebimento em 2008 de 17,1 milhões de euros de receitas fiscais, dos quais 17,5 milhões de euros a somarem a 2007 e 0,4 milhões de euros a subtrair a 2006; e

- Subtracção em 2009 de 12,6 milhões de euros de receitas fiscais relativas ao ano de 2008 e a soma de 0,3 milhões de euros de receitas fiscais relativas ao ano de 2006.

QUADRO 17 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS EM 2008

(mil euros)

	Orçamento	Orçamento	Execução	Diferenças	
	inicial	final	orçamental		
	(1)	(2)	(3)	(4) = (2)-(1)	(5) = (3)-(2)
Receitas totais	1.497.694,6	1.524.119,2	1.317.770,2	26.424,6	- 206.348,9
Receitas efectivas	1.156.704,6	1.183.129,2	1.061.103,6	26.424,6	- 122.025,6
Passivos financeiros	340.990,0	340.990,0	256.666,7	-	- 84.323,3

O QUADRO 17 compara o orçamento final com o inicial, e a execução orçamental com o orçamento final das receitas totais e efectivas.

Durante o ano de 2008 ocorreram nove despachos de abertura de créditos especiais, os quais resultaram no aumento do orçamento em cinco rubricas de receita, das quais duas em impostos indirectos, duas em *Taxas multas e outras penalidades* e uma em *Transferências correntes*, pelos valores expressos no QUADRO 18.

QUADRO 18 – RECEITAS DE 2008

(mil euros)

Designação	Orçamento inicial	Alterações orçamentais		Orçamento final	Execução orçamental	Diferenças		
		Créditos especiais	Rectificativo			Entre orçamento final e orçamento inicial		Entre a execução orçamental e o orçamento inicial
						Valor	%	
Receitas correntes	948.894,5	26.424,6	-	975.319,1	931.883,0	26.424,6	2,8	- 17.011,5
Impostos directos	320.275,0	-	-	320.275,0	298.385,2	-	-	- 21.889,8
Impostos indirectos	472.579,1	25.261,1	-	497.840,2	487.863,9	25.261,1	5,3	15.284,8
Contribuições para a SS, CGA e ADSE	7.303,1	-	-	7.303,1	6.090,8	-	-	- 1.212,4
Taxas, multas e outras penalidades	32.500,0	1.015,4	-	33.515,4	29.470,2	1.015,4	3,1	- 3.029,8
Rendimentos da propriedade	2.990,0	-	-	2.990,0	2.359,9	-	-	- 630,1
Transferências correntes	108.297,2	148,1	-	108.445,4	101.812,6	148,1	0,1	- 6.484,6
Venda de bens e serviços correntes	4.285,0	-	-	4.285,0	5.206,8	-	-	921,8
Outras receitas correntes	665,0	-	-	665,0	693,5	-	-	28,5
Receitas de capital	548.100,1	-	-	548.100,1	384.686,8	-	-	- 163.413,2
Venda de bens de investimento	15.000,0	-	-	15.000,0	174,8	-	-	- 14.825,2
Transferências de capital	174.110,1	-	-	174.110,1	125.968,6	-	-	- 48.141,5
Activos financeiros	18.000,0	-	-	18.000,0	1.876,8	-	-	- 16.123,2
Passivos financeiros	340.990,0	-	-	340.990,0	256.666,7	-	-	- 84.323,3
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	700,0	-	-	700,0	1.200,4	-	-	500,4
Total das receitas	1.497.694,6	26.424,6	-	1.524.119,2	1.317.770,2	26.424,6	2,8	- 179.924,4
Total sem Passivos Financeiros	1.156.704,6	26.424,6	-	1.183.129,2	1.061.103,6	26.424,6	2,3	- 95.601,0

Sublinhe-se que 75,7% do valor total dos 26 424,6 mil euros de aumentos em relação ao orçamento inicial consignaram-se à contribuição do sector rodoviário regional através da receita de *ISP* e 19,9% foram relativos a encargos de cobrança do *IVA*.

Presencia-se face ao orçamento inicial uma taxa de execução de 99,2% e de 98,2% respectivamente nas receitas fiscais e nas receitas correntes. Nas receitas fiscais, realça-se a taxa de execução, em relação ao orçamento inicial, dos *Impostos indirectos* foi de 103,2% face aos 93,2% nos *Impostos directos*.

O facto de não ter sido aprovado por parte do Ministério das Finanças, o pedido de autorização para contratação de financiamento destinado a projectos de investimento, co-financiados pela União Europeia, pelo clausulado no n.º 2 do artigo 117.º da Lei n.º 67-A/2007 de 31/12 – Orçamento do Estado para 2008, explica o hiato ao nível dos *Passivos financeiros*.

Através do QUADRO 19 são evidenciadas as variações ocorridas de 2007 para 2008 e os pesos de cada um dos capítulos de receitas efectivas em cada um dos anos em análise.

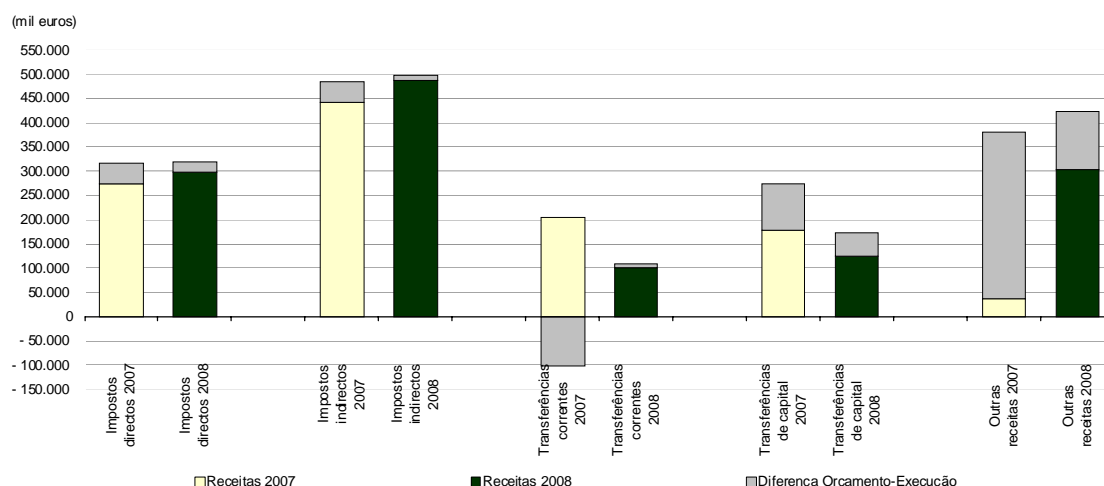
QUADRO 19 – RECEITAS EFECTIVAS (2007 – 2008)

(mil euros)

Designação	2007			2008			Variação	
	Valor	Taxa Exec	%	Valor	Taxa Exec	%	Valor	%
Receitas correntes	953.956,4	100,6	84,0	931.883,0	95,5	87,8	- 22.073,4	- 2,3
Impostos directos	275.044,5	86,7	24,2	298.385,2	93,2	28,1	23.340,7	8,5
Impostos indirectos	441.789,6	91,4	38,9	487.863,9	98,0	46,0	46.074,3	10,4
Contribuições para a SS, CGA e ADSE	5.760,7	68,0	0,5	6.090,8	83,4	0,6	330,1	5,7
Taxas, multas e outras penalidades	20.937,2	71,9	1,8	29.470,2	87,9	2,8	8.533,1	40,8
Rendimentos da propriedade	3.435,3	112,6	0,3	2.359,9	78,9	0,2	- 1.075,4	- 31,3
Transferências correntes	203.246,5	197,5	17,9	101.812,6	93,9	9,6	- 101.433,9	- 49,9
Venda de bens e serviços correntes	3.373,8	97,4	0,3	5.206,8	121,5	0,5	1.833,1	54,3
Outras receitas correntes	368,7	111,7	0,0	693,5	104,3	0,1	324,8	88,1
Receitas de capital	180.302,2	40,6	15,9	128.020,2	61,8	12,1	- 52.282,0	- 29,0
Venda de bens de investimento	751,4	0,5	0,1	174,8	1,2	0,0	- 576,6	- 76,7
Transferências de capital	177.977,1	64,8	15,7	125.968,6	72,3	11,9	- 52.008,5	- 29,2
Activos financeiros	1.573,6	7,9	0,1	1.876,8	10,4	0,2	303,1	19,3
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	887,9	67,8	0,1	1.200,4	171,5	0,1	312,6	35,2
Total	1.135.146,5	81,4	100,0	1.061.103,6	89,7	100,0	- 74.042,9	- 6,5

Nas variações face ao ano anterior realça-se o comportamento em valor absoluto nas *receitas fiscais* e em valor relativo nas *Taxas, multas e outras penalidades*, decorrentes essencialmente da alteração do regime de processamentos das receitas provenientes da Direcção Regional da Administração da Justiça (DRAJ). No decorrer de 2007 para 2008 distingue-se o crescimento das receitas fiscais em 9,7%, ou sejam mais 69,4 milhões de euros.

GRÁFICO 4 – RECEITAS COBRADAS (2007 – 2008)



5.1. RECEITAS FISCAIS

A contribuição no aumento da eficiência e eficácia fiscal levada a cabo pelos Serviços da Secretaria Regional do Plano e Finanças, contraposta com a redução das taxas aplicáveis em sede de *IRS*, *IRC* e de *IVA* já no decorrer do ano, é evidenciada através do aumento do peso das receitas fiscais nas receitas efectivas de 73,2% em 2006 para 74,1% em 2008.

Analisando o peso das receitas fiscais nas receitas efectivas, quer ordinárias quer considerando as receitas extraordinárias, denota-se a primazia do ano de 2008 sobre qualquer outro ano. Realça-se o crescente peso das receitas fiscais no cômputo das receitas próprias da Região, à qual não é alheia a regionalização dos Serviços de Finanças.

A prossecução do cabal cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes aliada ao correcto preenchimento declarativo permite evidenciar a plenitude das receitas geradas nesta Região Autónoma. Para tal tem contribuído o investimento em meios humanos e materiais realizado nos últimos anos, nos Serviços de Finanças Regionais.

Denota-se que no último triénio apesar da receita fiscal ter crescido em termos médios 1,6% ao ano, se considerássemos os acertos recebidos e relativos a anos anteriores, no período aos anos a que respeitam presenciaríamos um valor superior na ordem dos 2,6% ano.

No decorrer de 2008, realçaram-se as seguintes alterações:

- Comparativamente aos anos anteriores o aprofundamento da redução em 25% das taxas normais de *IRS* nos dois primeiros escalões de rendimento colectável e implicitamente até 4,6% nas taxas médias dos escalões de rendimento superiores;

- Em sede de *IRC* a alteração da taxa aplicável à matéria colectável para cálculo da colecta da Região Autónoma da Madeira passou a ser em 2008 de 20,0% ao invés dos 22,5% do ano anterior;
- Em sede de IVA a redução da taxa normal de 15% para os 14% a partir do princípio do segundo semestre de 2008.

Por entidades, as receitas fiscais entregues em 2008 foram as seguintes:

- **Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público ... €547 419 320,76**

Do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P., são transferidas as cobranças relativas aos impostos directos na sua quase totalidade, o IVA, o Imposto de selo e o Imposto único de circulação.

- **Gabinete do Representante da República para a Região €42 685 521,00**

Do Gabinete do Representante da República para a Região adveio a compensação do IVA, que aqui é classificada consistentemente pela razão de ser transferida para compensar o hiato entre o valor transferido nos anos anteriores, calculado com base na capitação da população e os valores transferidos no decorrer do ano de 2008, já à luz da Lei Orgânica n.º 1/2008, de 19 de Fevereiro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas).

- **Direcção-Geral de Impostos €74 565 074,28**

Da Direcção-Geral de Impostos, além do Imposto de jogo, são transferidas as cobranças coercivas dos diversos impostos e parte dos acertos respeitantes aos anos anteriores.

- **Direcção Geral das Alfândegas €121 579 197,21**

Da Direcção-Geral de Alfândegas e de Impostos Especiais sobre o Consumo 99,8% advieram dos impostos especiais sobre o consumo, nomeadamente ISP, Imposto automóvel/Imposto sobre veículos (a partir de Julho de 2008), Imposto de consumo sobre o tabaco e Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas, além do IVA alfandegário.

5.1.1. IMPOSTOS DIRECTOS

De 2006 a 2008, pelos valores arrecadados, presencia-se um ligeiro decréscimo no peso dos impostos directos recebidos nas receitas fiscais da Região. Constatamos que, nesse período, os impostos sobre o rendimento são transferidos para a Região com base nos valores apurados até um

determinado momento e que posteriormente são realizadas novas extracções ao sistema informático. No entanto quando finalizado o ano económico são transferidos já no decorrer do ano seguinte valores que respeitam ao ano anterior. Assim, se considerássemos estes valores, relativos a acertos de meses dos anos anteriores, imputados aos respectivos anos presenciáramos variações de -0,1% e de 5,3%, respectivamente de 2006 para 2007 e de 2007 para 2008, em vez dos respectivos -6,0% e 8,5% constatados nos impostos directos. Paralelamente, o peso dos impostos directos nas receitas fiscais mantém-se à volta dos 38%, no referido período, quer pelos recebimentos efectivos quer pelo critério de imputação ao período.

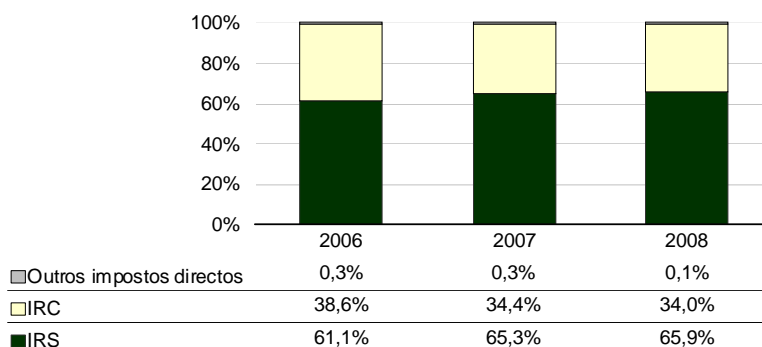
QUADRO 20 – IMPOSTOS DIRECTOS (2006-2008)

(mil euros)

Designação	2006		2007		2008	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares - IRS	178.889,3	90,3	179.482,6	93,9	196.591,6	103,5
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas - IRC	112.927,0	142,2	94.641,7	75,5	101.468,7	78,1
Restantes impostos directos	864,5	86,4	920,2	127,8	324,9	106,5
Total	292.680,7	105,1	275.044,5	86,7	298.385,2	93,2

Analisando o QUADRO 20, destaca-se um aumento do peso do IRS no cômputo dos impostos directos, de 61,1% em 2006 para 65,9% em 2008, ao contrário do aferido no *IRC* que diminui de 38,6% para 34,0%. Conforme se pode constatar pelo GRÁFICO 5, o IRS continua a assumir o maior peso em termos absolutos e relativos, no total dos *Impostos directos*.

GRÁFICO 5 – ESTRUTURA DOS IMPOSTOS DIRECTOS (2006-2008)



5.1.1.1. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)

As variações na arrecadação deste imposto de 2006 para 2007, e de 2007 para 2008, são respectivamente 0,3% e mais 9,5%, devido essencialmente aos factos indicados no ponto anterior, representando em 2007 e 2008 cerca de 25,0% das receitas fiscais.

O valor das cobranças coercivas em 2008 foi de aproximadamente 10,5 milhões de euros.

O valor do IRS retido e entregue pelos rendimentos colocados à disposição pelos serviços integrados do Governo Regional ascendeu a 18,7 milhões de euros, cerca de 9,6% do total arrecadado.

Retomando a metodologia de imputação das transferências deste imposto aos respectivos períodos do ano económico verificaríamos um crescimento mais acentuado de 2006 para 2007 do que do 2007 para 2008, respectivamente 9,4% e 6,1%.

O aprofundamento da redução das taxas nos dois primeiros escalões de rendimento colectável e o efeito directo na arrecadação pela retenção na fonte ajudam a explicar esta redução na intensidade do crescimento.

O acompanhamento contínuo e verificação sistémica ao correcto apuramento das receitas geradas na circunscrição fiscal Madeira têm neste imposto a maior ênfase no controlo, quer pelo número de declarações quer pelo valor absoluto.

5.1.1.2. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS (IRC)

O *Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas* arrecadado em 2008 totalizou 101,5 milhões de euros, e em relação a 2007 evidenciou uma variação de mais 6,8 milhões de euros, i.e. mais 7,2%, apesar da redução da taxa para vigorar na Região Autónoma da Madeira de 22,5% em 2007 para 20% em 2008, e dos seus efeitos nos cálculos dos pagamentos por conta e especiais por conta.

Do *Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas*, foram cobrados coercivamente cerca de 5,6 milhões de euros.

Considerando as transferências da receita deste imposto aos períodos de imposto a que respeitam teríamos variações de menos 14,8% de 2006 para 2007 e de mais 3,6% de 2007 para 2008, derivando assim numa perda da representatividade deste imposto nas receitas fiscais na ordem dos dois pontos percentuais, ou seja, de 14,9% em 2006 para 12,9% em 2008.

5.1.2. IMPOSTOS INDIRECTOS

No triénio observado o peso dos *impostos indirectos* nas receitas fiscais rondou os 62%, quer pelas receitas efectivamente arrecadadas, quer retomando a temática de expressão das receitas imputadas ao período. Infere-se que os acertos de receitas fiscais, transferidos durante o triénio, não alteraram a estrutura das receitas fiscais. A reforçar esta constatação está o facto de verificar-se na receita com os acertos imputados ao período, uma taxa média anual de crescimento de 2,6%, de 2006 para 2008, quer nos impostos directos quer nos impostos indirectos.

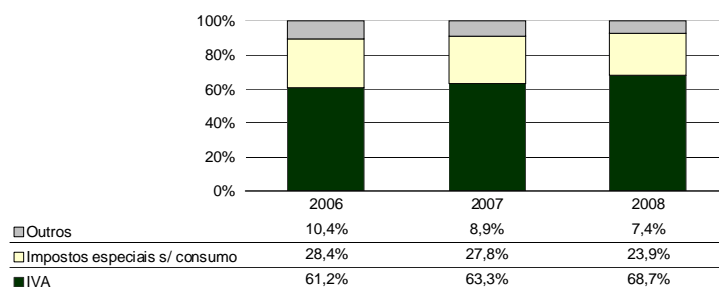
No ano de 2008, os *impostos indirectos* atingiram assim 487,9 milhões, ou seja, mais 10,4% do que no ano anterior e uma taxa média anual de crescimento de 2,3% no triénio observado (Vd. QUADRO 21).

QUADRO 21 - IMPOSTOS INDIRECTOS (2006-2008)

Designação	2006		2007		2008	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.
Imposto sobre os produtos petrolíferos	69.200,3	80,0	70.449,4	82,1	70.069,9	98,7
Imposto sobre o valor acrescentado	285.346,9	91,6	279.807,0	100,0	335.238,7	104,5
Imposto sobre veículos	24.121,1	92,1	20.662,5	84,1	15.933,4	53,1
Imposto de consumo sobre o tabaco	25.247,9	84,2	24.284,5	94,9	23.924,8	92,0
Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas	13.817,7	92,1	7.372,9	49,3	6.756,8	59,8
Imposto do selo	47.295,8	107,2	37.699,8	74,3	33.513,9	90,6
Restantes impostos indirectos	1.194,1	39,8	1.513,4	75,7	2.426,3	142,7
Total	466.223,9	90,3	441.789,6	91,4	487.863,9	98,0

Na estrutura dos impostos indirectos, revela-se o reforço do peso do IVA, devido mais ao comportamento verificado nos outros impostos indirectos e nos impostos especiais sobre o consumo, do que cingindo-se a análise das variações constatadas no IVA.

GRÁFICO 6 - ESTRUTURA DOS IMPOSTOS INDIRECTOS (2006-2008)



O aumento do peso do IVA foi de 61,2% em 2006 para 68,7% em 2008 (GRÁFICO 6). Todavia estão a ser continuados os esforços de conjugação com todos os outros serviços responsáveis pela cobrança de impostos gerados na Região, no sentido de estudar formas de aperfeiçoamento de tratamento da informação, enquadrado no actual sistema declarativo.

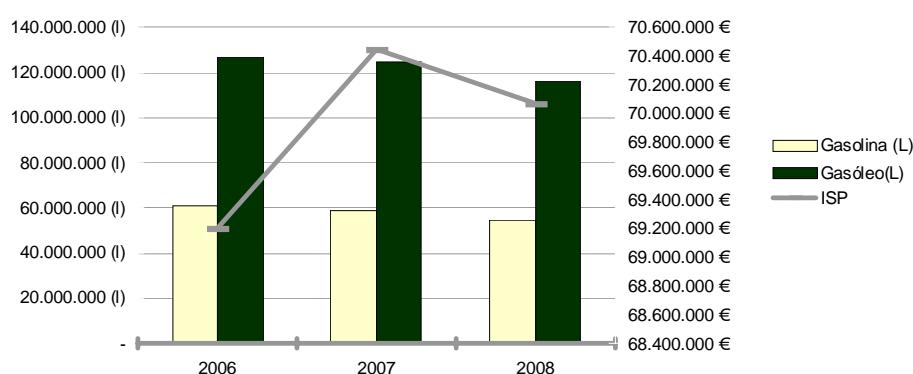
5.1.2.1. IMPOSTO SOBRE OS PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP)

A Portaria n.º 16/2008 de 18/02, que estabeleceu as taxas de *Imposto sobre os produtos petrolíferos* (ISP) a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2008, foi revogada pela Portaria n.º 23/2008, de 05/03, a vigorar a partir de 1 de Março de 2008.

Com a Portaria n.º 99-A/2008, de 31 de Julho, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2008, foi definido o regime de preços de venda ao público da gasolina sem chumbo IO95, do gasóleo rodoviário e do gasóleo colorido e marcado, revogando-se o regime em vigor instituído pela Portaria 2-B/2004. Definiu-se na gasolina sem chumbo IO95, no gasóleo rodoviário e no gasóleo colorido e marcado, um regime de preços máximos de venda ao público, de forma a salvaguardar as famílias e as empresas dos elevados custos sociais e económicos que a instabilidade do preço do petróleo nos mercados internacionais provocava na estabilidade ao nível dos preços dos combustíveis líquidos.

Com efeitos a partir de 25 de Outubro a Portaria n.º 190/2008, de 24 de Outubro alterou os pontos 3.º e 4.º da Portaria n.º 99-A/2008, de 31 de Julho.

GRÁFICO 7 – RECEITA DE ISP E QUANTIDADES INTRODUZIDAS AO CONSUMO E (2006-2008)



O GRÁFICO 7 relaciona as quantidades introduzidas ao consumo nos últimos 3 anos de gasóleo e gasolina com a receita de ISP arrecadada no orçamento regional. Em 2008, o ISP atingiu um nível de cobranças de 70,1 milhões de euros representando 60,1% do total dos *Impostos especiais sobre o consumo*, 14,4% dos *Impostos indirectos* e 8,9% das receitas fiscais.

5.1.2.2. IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)

O IVA é o imposto mais relevante no sistema fiscal português, representando na Conta da Região de 2008, 42,6% das receitas fiscais e 68,7% dos *impostos indirectos*, representando mais 12,9% que o total dos impostos directos.

O QUADRO 21 evidencia uma diminuição de 1,9% de 2006 para 2007 e um aumento de 19,6% de 2007 para 2008, tendo resultado numa variação de 17,5% de 2006 para 2008. Estas variações resultam dos seguintes acertos:

- Em 2006 foram recebidos acertos de capitação no valor de 3,5 milhões de euros relativos ao ano de 2005;
- Em 2008 foram recebidos 18,6 milhões de euros de acertos, dos quais 0,4 milhões de euros relativos a 2006 e 18,9 milhões de euros a 2007; e
- Em 2009 foram diminuídos 3,2 milhões de euros a 2008 e somados 0,3 milhões a 2006.

Com os valores conhecidos e imputando os acertos ao período obteríamos respectivamente de 2006 para 2007 e de 2007 para 2008 variações de 6,2% e 4,8%.

5.1.2.3. IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (ISV)

Em 2008 a receita do ISV registou um decréscimo de 22,9% em relação a 2007, explicado pela quebra da venda de automóveis novos, justificada pela conjuntura económica e financeira. Este imposto representa, respectivamente, 13,7% e 3,3% dos *Impostos especiais sobre o consumo* e dos *Impostos indirectos* cobrados e continua a ser o terceiro imposto especial sobre o consumo mais significativo. O *Imposto sobre veículos* arrecadado, por local de cobrança, foi o seguinte:

- Continente..... 14,5 milhões de euros
- Madeira 1,4 milhões de euros

5.1.2.4. IMPOSTO SOBRE O ÁLCOOL E AS BEBIDAS ALCOÓLICAS (IABA)

A receita do *Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas* registou em 2008, em relação a 2007, um decréscimo de 8,4%, devido à diminuição as quantidades introduzidas ao consumo na Região. As taxas em vigor durante o ano de 2008 foram actualizadas em 2,1% face ao ano anterior.

5.1.2.5. IMPOSTO DO SELO (IS)

A receita proveniente do *Imposto do selo*, do ano de 2006 para o ano de 2008, verificou uma taxa média anual de crescimento negativa de 15,8%, aos quais importa destacar o efeito dos 13,1 milhões de euros recebidos em 2006 e respeitantes a acertos de anos transactos. Expurgado desse facto a taxa média anual de crescimento seria de apenas menos de 1%, no período em análise, devido essencialmente à variação de 2006 para 2007 em mais 10,3%. Por outro lado, denota-se a influência da quebra no mercado imobiliário e da retracção de concessão de crédito nos mercados financeiros na cobrança deste imposto.

5.1.2.6. OUTROS IMPOSTOS INDIRECTOS

A cobrança nos impostos indirectos diversos atingiu em 2008 os 2,4 milhões de euros, que comparativamente ao ano anterior significou em termos absolutos mais 0,9 milhões de euros e em termos relativos mais 60,3%. Nestes impostos incluem-se o *Imposto do jogo* (413,2 mil euros), o *Imposto único de circulação* (1.875,9 mil euros) e os *Impostos indirectos diversos* (137,2 mil euros),

Na arrecadação do *Imposto único de circulação*, constata-se a subdivisão da proveniência em 33,9% nos veículos ligeiros de categoria B e 61,2% nos veículos pesados de categoria C.

5.2. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

No QUADRO 22 é apresentada a evolução das transferências correntes e de capital para a Região Autónoma da Madeira, no período de 2006 a 2008, cuja análise é apresentada nos pontos seguintes.

QUADRO 22 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

Designação	2006		2007		2008	
	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.	Execução	Taxa Exec.
(mil euros)						
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS						
PUBLICAS	0,0	s/s	90.000,0	s/s	0,0	s/s
PRIVADAS	6,0	0,1	0,0	s/s	0,0	s/s
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						
ESTADO (OE)	91.061,6	73,3	97.767,0	109,5	85.906,7	93,7
ESTADO - PARTIC. PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	0,0	s/s	0,0	s/s	181,3	s/s
SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS	144,9	47,9	136,6	40,6	0,0	0,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL						
REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA	1,1	5,7	37,3	s/s	1.039,2	4.019,7
SEGURANÇA SOCIAL						
SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	9.128,7	74,9	13.142,9	100,0	13.922,2	99,7
RESTO DO MUNDO						
UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	1.060,6	212,1	2.162,8	1.701,0	763,2	29,1
Total Transferências correntes	101.402,7	71,7	203.246,5	197,5	101.812,6	93,9
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL						
SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS						
PUBLICAS	0,1	s/s	60.000,0	s/s	0,0	s/s
PRIVADAS	25,5	s/s	0,3	0,0	0,6	0,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						
ESTADO	99.247,7	64,0	97.056,1	88,6	81.665,7	91,9
ESTADO - PARTIC. PORTUGUESA PROJECTOS CO-FINANCIADOS	507,6	s/s	174,9	s/s	162,8	s/s
SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS	0,0	s/s	88,9	s/s	0,0	s/s
RESTO DO MUNDO						
UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	40.697,2	21,3	20.656,9	20,7	44.139,6	80,3
Total Transferências de capital	140.478,1	40,6	177.977,1	64,8	125.968,6	72,3

5.2.1. TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO

As verbas transferidas para a RAM ascenderam a 167,6 milhões de euros no ano de 2008. Nesse montante incluem-se as provenientes do Orçamento do Estado ao abrigo da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, conforme se apresenta:

- *Custos de insularidade e desenvolvimento* – 162,9 milhões de euros; das quais em:
 - *Correntes* – 85,9 milhões de euros
 - *Capital* – 57,3 milhões de euros
- *Fundo de Coesão* – 24,4 milhões de euros.

5.2.2. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA

As *Transferências correntes e de capital* provenientes da União Europeia, atingiram o valor de 44,9 milhões de euros. Apresentamos no QUADRO 23, por fundos comunitários, as verbas transferidas para os serviços integrados do Governo Regional da Madeira e que constituíram receita própria da Região.

QUADRO 23 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL DA U.E., POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Descrição	Correntes	Capital	(mil euros)	
			Total	%
FEDER - POPRAM III	-	31.242,2	31.242,2	69,6
FEDER - QREN	-	9.504,2	9.504,2	21,2
INTERREG III B	-	1.604,3	1.604,3	3,6
Fundo Social Europeu - POPRAM III	748,3	1.056,7	1.805,0	4,0
Fundo Social Europeu - RUMOS	-	337,5	337,5	0,8
IFOP	2,2	394,7	396,8	0,9
Outros programas comunitários	12,8	-	12,8	0,0
Total	763,2	44.139,6	44.902,8	100,0

De 2007 para 2008 constata-se um aumento em valor absoluto na ordem os 22,1 milhões de euros, i.e., mais 96,8%. Este aumento resulta do empenho da Região com vista ao aproveitamento integral dos recursos disponíveis no âmbito do POPRAM III.

5.2.3. OUTRAS TRANSFERÊNCIAS

Os factos ocorridos nos mercados financeiros internacionais com a eminente falta de liquidez, oriunda de vários acontecimentos externos à economia regional, impossibilitaram a realização de operações com efeitos significativos neste agregado da receita orçamental.

5.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

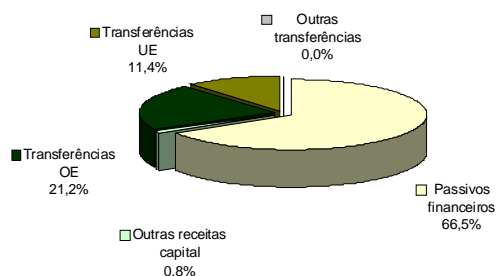
As outras receitas correntes e de capital têm um valor residual no total das receitas efectivas na receita atingindo em 2007 e 2008, respectivamente, 3,2% e 4,3%.

QUADRO 24 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

Designação	(mil euros)					
	2007		2008		2007 - 2008	
	valor	%	valor	%	valor	%
Contribuições para a SS, a CGA e a ADSE:	5.760,7	15,9	6.090,8	13,3	330,1	5,7
Comparticipações para a ADSE	5.760,7	15,9	6.090,8	13,3	330,1	5,7
Taxas, multas e outras penalidades:	20.937,2	57,8	29.470,2	64,2	8.533,1	40,8
Taxas	9.561,7	26,4	15.718,5	34,3	6.156,8	64,4
Multas e outras penalidades	11.375,5	31,4	13.751,8	30,0	2.376,2	20,9
Rendimentos da propriedade:	3.435,3	9,5	2.359,9	5,1	- 1.075,4	- 31,3
Dividendos e part. nos lucros de sociedades financeiras	2.354,5	6,5	2.253,3	4,9	- 101,2	- 4,3
Outros	1.080,8	3,0	106,7	0,2	- 974,2	- 90,1
Venda de bens e serviços correntes:	3.373,8	9,3	5.206,8	11,4	1.833,1	54,3
Venda de bens	1.035,2	2,9	3.046,3	6,6	2.011,1	194,3
Serviços	1.995,3	5,5	1.794,2	3,9	- 201,2	- 10,1
Rendas	343,2	0,9	366,3	0,8	23,1	6,7
Outras receitas correntes:	368,7	1,0	693,5	1,5	324,8	88,1
Outras	368,7	1,0	693,5	1,5	324,8	88,1
Venda de bens de investimento	751,4	2,1	174,8	0,4	- 576,6	- 76,7
Activos financeiros	1.573,6	0,0	1.876,8	0,0	303,1	19,3
Total outras receitas correntes e de capital	36.200,8	100,0	45.872,9	100,0	9.672,0	26,7

Destaca-se a variação em “Taxas” e “Venda de bens e serviços” explicadas em parte pelo aperfeiçoamento do controlo dos valores a receber pela implementação do sistema das guias de receita no portal do Governo Regional da Madeira, a partir de meados de 2007. Salienta-se o crescimento nas taxas cobradas pela Direcção Regional da Administração da Justiça, 2,3 milhões de euros em 2007 para 6,8 milhões de em 2008. As receitas arrecadadas em 2008 com natureza de capital estruturam-se do modo apresentado no GRÁFICO 8.

GRÁFICO 8 - EXECUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL



5.4. REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS

As receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos ocorridos em anos anteriores, ou decorrentes de não terem sido utilizados na globalidade ou em parte pelas entidades que os receberam, ascenderam a 1 200,4 mil euros, respectivamente mais 35,7% face a 2007 e menos 16,5% face a 2006. Do QUADRO 25, destacam-se as variações ocorridas, na Secretaria Regional de Educação e Cultura e em sentido relativo na Secretaria Regional Plano e Finanças.

QUADRO 25 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS POR SECRETARIAS REGIONAIS (2006-2008)

	(euros)		
Secretarias Regionais	2006	2007	2008
Assembleia Legislativa da Madeira	-	-	-
Presidência do Governo Regional	1.636,87	1.557,24	1.490,31
Vice-Presidência do Governo Regional	23.497,70	65.943,17	41.627,95
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	5.163,87	23.395,30	7.358,88
Secretaria Regional do Equipamento Social	-	-	29.516,00
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	4.195,49	13.633,25	3.598,15
Secretaria Regional de Educação e Cultura	921.468,78	479.115,31	862.497,24
Secretaria Regional do Plano e Finanças	30.691,06	5.692,06	50.849,44
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	238.534,06	190.048,74	167.940,07
Secretaria Regional Assuntos Sociais	212.729,63	108.466,90	35.530,61
Total	1.437.917,46	887.851,97	1.200.408,65

6.

DESPESA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em 2008, à semelhança dos anos anteriores, o processo de organização, elaboração e execução do Orçamento da Região decorreu à luz dos princípios e normas contemplados na Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma da Madeira. Com efeito, através do Decreto Legislativo Regional n.º 2-A/2008/M, de 16 de Janeiro, foi aprovado o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2008, sendo dotados os Serviços da Administração Pública Regional dos meios financeiros necessários à prossecução das suas atribuições.

Em matéria de disciplina orçamental, continuou-se a adoptar uma política de rigor orçamental nas despesas com o funcionamento normal dos Serviços, para a qual contribuiu a aplicação da Resolução n.º 1442/2007, de 28 de Dezembro. De entre outras medidas adoptadas para a contenção das despesas públicas, o Conselho do Governo resolveu:

- Congelar em 10% as dotações orçamentais dos códigos de classificação económica 04.04 (transferências correntes para administração regional), exceptuando as que se referiam às despesas com o pessoal dos serviços e fundos autónomos, e 08.04 (transferências de capital para administração regional);
- Congelar em 10% as dotações orçamentais dos códigos de classificação económica 02 (aquisição de bens e serviços), com excepção das dotações afectas a programas e projectos com participação comunitária;
- Congelar na totalidade todas as dotações relativas a equipamento de informática e software informático (códigos 07.01.07 e 07.01.08).

O Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2008/M, de 27 de Fevereiro de 2008, veio estabelecer as regras necessárias à execução do Orçamento da Região para 2008, designadamente no que concerne a:

- Controlo das despesas;
- Utilização das dotações orçamentais;
- Regime duodecimal;
- Alterações orçamentais;
- Requisições de Fundos pelos Serviços e Fundos Autónomos;

- Fundos de maneiio;
- Saldos de gerência;
- Prazos para autorização de despesas;
- Recursos próprios de terceiros;
- Receitas cobradas pelos serviços simples;
- Condições específicas para a aquisição de determinados tipos de bens e serviços (veículos com motor, aquisição, aluguer e contratos de assistência técnica de equipamento e aplicações informáticas) e para os contratos de locação financeira;
- Verificação da situação tributária no âmbito dos processamentos a efectuar pelos serviços da administração pública regional;
- Retenções;
- Admissão e contratação de pessoal.

No que respeita ao regime duodecimal, ficou definido que todas as dotações orçamentais estavam sujeitas às regras do regime duodecimal, com excepção das abaixo indicadas:

- As dotações destinadas a despesas com o pessoal, os encargos de instalações, comunicações, locação de bens e seguros e os encargos da dívida pública;
- As dotações com compensação em receita;
- As dotações de capital incluídas no capítulo 50;
- As dotações de valor anual não superior a € 2 500;
- As importâncias dos reforços e inscrições de verbas.

A Circular n.º 1/ORÇ/2008, de 6 de Março, complementou as instruções para a execução do Orçamento da Região para 2008.

Ainda no decorrer do ano de 2008, foram emitidas outras circulares, de âmbito orçamental, que visaram regulamentar os seguintes assuntos:

- Circular 2/ORÇ/2008 - Transição automática de processos de 2007 para o orçamento de 2008;
- Circular 3/ORÇ/2008 - Processo das alterações orçamentais da competência do Governo Regional e sua tramitação;
- Circular 4/ORÇ/2008 - Instruções para a forma de prestação da informação respeitante aos encargos assumidos e não pagos;
- Circular 5/ORÇ/2008 - Processamento de Despesas com Deslocações Aéreas em Serviço entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente - Subsídio de Mobilidade;

- Circular 6/ORÇ/2008 - Orçamento da Região Autónoma da Madeira e Orçamentos Privativos para 2009; e
- Circular 7/ORÇ/2008 (download de formulários) - Instruções para o preenchimento dos impressos relativos ao abono de família com referência ao ano de 2009.

Em 2008, registaram-se alterações orçamentais, sob a forma de aberturas de crédito especiais, que originaram o aumento da dotação orçamental em 26 424,6 mil euros relativamente ao orçamento inicial. As alterações orçamentais relativas à utilização da dotação provisional e as respeitantes à gestão orçamental flexível³, pela natureza que revestem, não estão reflectidas na variação global da despesa orçamentada.

QUADRO 26 – ABERTURAS DE CRÉDITO ESPECIAIS EM 2008

Classificação Orgânica	Descrição do programa	Valor (mil euros)
S. R. Plano e Finanças	Modernização e apetrechamento da PSP	665,4
	Gabinete do Secretário e Serviços de Apoio	25.261,1
		25.926,4
S. R. Ambiente e Recursos Naturais	Acompanhamento, gestão e controlo das ajudas	148,1
S.R. Assuntos Sociais	Serviço Regional de Protecção Civil	350,0
	Total Aberturas de Crédito Especiais	26.424,6

As aberturas de crédito especiais traduziram-se na inscrição ou reforço das dotações orçamentais com compensação no aumento da previsão das receitas consignadas, com efeitos nas classificações orçamentais que se indicam no quadro acima.

O valor orçamentado na *Dotação provisional* ascendeu a 32,25 milhões de euros, inscritos na Secretaria Regional do Plano e Finanças: 16 milhões de euros classificados em *Outras despesas correntes* e 16,25 milhões de euros em *Outras despesas de capital*. Ao longo do ano, foram efectuadas transferências de verbas com contrapartida na dotação provisional, no valor global de 31,7 milhões de euros.

QUADRO 27 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 2008

Descrição	Orçamento inicial	Orçamento final	Execução orçamental	Diferenças	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(1)	(5)=(3)-(2)
Despesas totais	1.497.694,6	1.524.119,2	1.317.101,5	26.424,6	- 207.017,7
Despesas efectivas	1.496.694,6	1.523.119,2	1.316.216,6	26.424,6	- 206.902,5
Passivos financeiros	1.000,0	1.000,0	884,8	-	- 115,2

³ Alterações orçamentais resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, e do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2008/M, de 27 de Fevereiro.

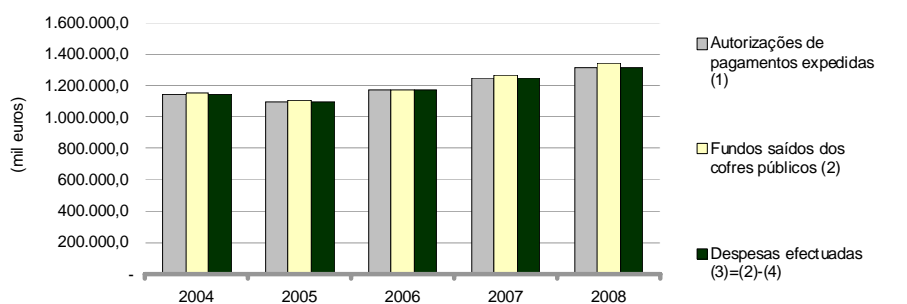
No ano de 2008 a execução orçamental das despesas ascendeu a 1 317,1 milhões de euros, correspondendo a uma execução orçamental de 86,4% (QUADRO 27).

QUADRO 28 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EFECTUADAS (2006-2008)

Descrição	Em valor			Taxas de variação (%)	
	2006	2007	2008	2007 / 2006	2008 / 2007
Despesas correntes	794.048,8	890.316,0	999.204,4	12,1	12,2
Despesas de capital	372.203,1	358.249,4	317.897,0	- 3,7	- 11,3
Das quais: Passivos financeiros	130.677,5	114.523,0	884,8	- 12,4	- 99,2
Despesas totais	1.166.251,9	1.248.565,4	1.317.101,5	7,1	5,5
Despesas efectivas	1.035.574,4	1.134.042,4	1.316.216,6	9,5	16,1

As despesas totais realizadas no ano de 2008 excedem em 5,5% as despesas de 2007 e em 12,9% as despesas de 2006 (Vd. QUADRO 28), reflectindo necessariamente a evolução das receitas. Pela análise da despesa efectiva, ou seja deduzindo os *Passivos financeiros* ao total da despesa, verifica-se que esta aumentou 16,1% em relação ao ano anterior. De notar que em 2007 foi registada uma operação de renegociação da dívida pública regional (substituição de um dos empréstimos obrigacionistas existentes), facto este que explica a variação registada ao nível dos *Passivos financeiros*.

GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTAIS AUTORIZADAS E EFECTUADAS (2004-2008)



Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
Autorizações de pagamentos expedidas (1)	1.145.138,6	1.096.805,3	1.166.251,9	1.248.568,6	1.317.101,5
Fundos saídos dos cofres públicos (2)	1.151.912,2	1.103.414,2	1.173.283,7	1.263.064,2	1.341.298,8
Despesas efectuadas (3)=(2)-(4)	1.145.107,6	1.096.801,5	1.166.251,9	1.248.565,4	1.317.101,5
Reposições abatidas nos pagamentos (4)	6.804,6	6.612,7	7.031,8	14.498,8	24.197,4
Despesas por pagar (5)=(1)-(3)	31,0	3,8	-	3,2	-

No GRÁFICO 9 é apresentada a evolução dos montantes autorizados, bem como dos fundos saídos dos cofres da Região e da despesa realizada, de 2004 a 2008. Verifica-se que no ano económico de 2008, os fundos saídos dos cofres públicos ascenderam a 1 341,3 milhões de euros, dos quais 24,2 milhões de euros corresponderam a reposições abatidas nos pagamentos. De referir que as

reposições abatidas nos pagamentos foram mais expressivas na Secretaria Regional do Plano e Finanças, tendo ascendido a 24,1 milhões de euros (conforme Anexo XXVII). As despesas caducadas não tiveram qualquer expressão orçamental.

Nos pontos seguintes irão ser analisadas, por classificação económica, orgânica e funcional, as alterações orçamentais ocorridas no ano económico de 2008, sendo confrontadas as dotações corrigidas com a correspondente execução orçamental. Por outro lado, será efectuada uma análise comparativa das despesas pagas em 2008 com o total do ano anterior.

6.1. DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

As alterações orçamentais por via de abertura de créditos especiais foram de 26,4 milhões de euros, tendo sido reforçado essencialmente o agrupamento económico *Outras despesas correntes*, que representa 95,6% do total, conforme se pode verificar pelo QUADRO 29.

QUADRO 29 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2008, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Descrição	Orçamento inicial	Alterações				Orçamento final	Execução Orçamental	Diferença Execução - Orçamento
		Natureza de que se revestem						
		Créditos especiais	Provisional	Transferências diversas*	TOTAL			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2)+(3)+(4)	(6)=(1)+(5)	(7)	(8) = (7)-(6)	
Despesas correntes	948.565,5	25.406,7	10.133,7	111.570,7	147.111,1	1.095.676,6	999.204,4	- 96.472,2
Despesas com o pessoal	357.346,9	79,6	10.919,1	1.103,6	12.102,3	369.449,2	367.176,5	- 2.272,7
Aquisição de bens e serviços	89.004,3	65,4	10.730,5	108.239,5	119.035,4	208.039,7	170.577,0	- 37.462,7
Juros e outros encargos	48.988,5	-	-	8,0	8,0	48.996,5	47.273,7	- 1.722,8
Transferências correntes	425.464,0	0,6	4.484,1	- 21.238,3	- 16.753,6	408.710,4	362.405,8	- 46.304,6
Subsídios	10.644,0	-	-	23.445,7	23.445,7	34.089,6	27.002,4	- 7.087,2
Outras despesas correntes	17.117,8	25.261,1	- 16.000,0	12,3	9.273,4	26.391,2	24.769,0	- 1.622,2
Despesas de capital	549.129,1	1.017,9	- 10.133,7	- 111.570,7	- 120.686,5	428.442,6	317.897,0	- 110.545,5
Aquisição de bens de capital	364.321,0	667,9	5.581,3	- 79.758,7	- 73.509,5	290.811,5	224.400,5	- 66.411,0
Transferências de capital	99.257,1	350,0	-	- 9.759,3	- 9.409,3	89.847,8	53.951,3	- 35.896,5
Activos financeiros	68.300,9	-	-	- 22.052,6	- 22.052,6	46.248,3	38.660,5	- 7.587,8
Passivos financeiros	1.000,0	-	-	-	-	1.000,0	884,8	- 115,2
Outras despesas de capital	16.250,0	-	- 15.715,0	-	- 15.715,0	535,0	-	- 535,0
Total	1.497.694,6	26.424,6	-	-	26.424,6	1.524.119,2	1.317.101,5	- 207.017,7

* No âmbito do Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril e nos termos do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2007/M, de 9 de Fevereiro.

Os reforços atribuídos por contrapartida da *Dotação provisional*, foram aplicados especialmente em:

- *Despesas com o pessoal* - no valor de +10,9 milhões de euros, 75,5% dos quais foram registados na Secretaria Regional da Educação e Cultura;
- *Aquisição de bens e serviços* – no valor de 10,7 milhões de euros, 45,8% orçamentados na Secretaria Regional da Educação e Cultura;
- *Transferências correntes* – no valor de 4,5 milhões de euros registados quase na totalidade na Secretaria Regional da Educação e Cultura (98,2%);
- *Aquisição de bens de capital* - no valor de 5,6 milhões de euros, 98,3% dos quais registados na Secretaria Regional do Equipamento Social.

O agrupamento económico *Aquisição de bens e serviços* foi aquele onde se registaram maiores reforços orçamentais o que decorre, essencialmente, dos compromissos assumidos no âmbito dos

contratos de concessão da exploração e manutenção, em regime de serviço público, de exclusividade e de portagem sem cobrança aos utilizadores (SCUT), de diversos troços de estradas regionais.

As *Transferências correntes*, em especial as transferências para o sector da Saúde, e as *Despesas com o pessoal*, assumem um peso preponderante no total das despesas correntes. Com efeito, deduzindo os efeitos do sector da saúde no orçamento do ano económico de 2008, constata-se que o peso relativo das verbas inscritas em rubricas de despesas correntes aproxima-se do peso das despesas de capital. Do exposto, é evidente a importância que as despesas em bens de investimento continuam a representar no conjunto das despesas, em detrimento dos gastos correntes.

QUADRO 30 - DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (2007-2008)

(mil euros)

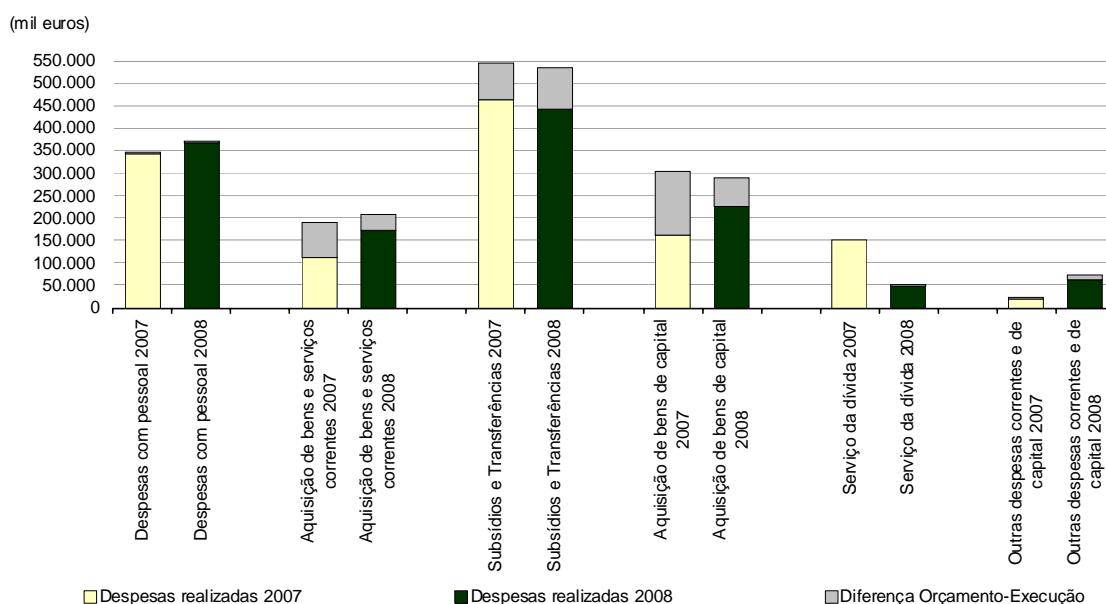
Designação	2007			2008			Variação 2008 - 2007	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Despesas correntes	890.316,0	71,3	86,9	999.204,4	75,9	91,2	108.888,5	12,2
Despesas com o pessoal	341.272,8	27,3	98,4	367.176,5	27,9	99,4	25.903,6	7,6
Aquisição de bens e serviços	110.003,3	8,8	58,3	170.577,0	13,0	82,0	60.573,7	55,1
Juros e outros encargos	37.224,7	3,0	99,6	47.273,7	3,6	96,5	10.049,0	27,0
Transferências correntes	392.595,7	31,4	91,4	362.405,8	27,5	88,7	-30.189,9	- 7,7
Subsídios	8.130,2	0,7	39,8	27.002,4	2,1	79,2	18.872,2	232,1
Outras despesas correntes	1.089,2	0,1	70,7	24.769,0	1,9	93,9	23.679,8	2.174,1
Despesas de capital	358.249,4	28,7	67,2	317.897,0	24,1	74,2	- 40.352,4	- 11,3
Aquisição de bens de capital	161.751,9	13,0	53,3	224.400,5	17,0	77,2	62.648,6	38,7
Transferências de capital	62.847,1	5,0	66,3	53.951,3	4,1	60,0	-8.895,8	- 14,2
Activos financeiros	19.127,5	1,5	94,4	38.660,5	2,9	83,6	19.533,0	102,1
Passivos financeiros	114.523,0	9,2	99,9	884,8	0,1	88,5	-113.638,2	- 99,2
Outras despesas de capital		-	-		-	-		
Total	1.248.565,4	100,0	80,2	1.317.101,5	100,0	86,4	68.536,0	5,5

Conforme se pode verificar pelo QUADRO 30, as *Despesas com o pessoal* e as *Transferências correntes* representam 73,0% da totalidade das despesas correntes. Ao nível das despesas de capital, as *Aquisições de bens de capital* representam 70,6% do total desses encargos.

Em 2008, as despesas de capital efectivas, aumentaram 30,1%, em relação ao ano anterior, devido ao acréscimo das despesas em *Aquisição de bens de capital* (+62,6 milhões de euros) e em *Activos financeiros* (+19,5 milhões de euros). Paralelamente, verifica-se a diminuição das verbas dispendidas em *Transferências de capital* (-8,9 milhões de euros).

O acréscimo registado em *Aquisição de bens e serviços* decorre do facto de os encargos emergentes dos contratos de concessão da exploração e manutenção das Estradas Regionais serem registados neste agrupamento. De notar ainda que os encargos com a dívida (juros e amortização de capital) são consideravelmente inferiores aos do ano anterior, dado que em 2007 o Governo Regional incorreu numa operação de substituição da dívida existente, no montante de 113,7 milhões de euros.

GRÁFICO 10 – DESPESAS POR GRANDES AGRUPAMENTOS ECONÓMICOS (2007-2008)



O GRÁFICO 10 ilustra, por grandes agrupamentos económicos, a evolução da despesa realizada nos anos de 2007 e 2008, que são objecto de análise nos pontos seguintes.

6.1.1. DESPESAS COM O PESSOAL

Em 2008, a importância relativa das *Despesas com o pessoal* no total das despesas é idêntica à do ano anterior. Com efeito, as *Despesas com pessoal* representam cerca de 27,9% das despesas realizadas em 2008, tendo ascendido a 367,2 milhões de euros. Em termos absolutos, o aumento em 2008 foi muito pouco significativo, o que reflecte o conjunto de medidas implementadas pelo Governo Regional no domínio dos recursos humanos da Administração Pública Regional. De realçar que a Secretaria Regional da Educação e Cultura explica o incremento registado neste agrupamento económico em 73,7%.

Ao nível dos sub-agrupamentos económicos, será de referir que as variações ocorridas em *Remunerações certas e permanentes* e *Segurança Social* explicam o aumento das *Despesas com o pessoal* (Vd. QUADRO 31). De referir que no ano de 2008 o aumento salarial para a função pública foi de 2,1%, o que justifica em parte o incremento registado ao nível das despesas com o pessoal.

No que concerne à *Segurança social*, será de referir que o acréscimo decorre essencialmente do aumento da taxa de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., conforme previsto no artigo 18.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2008. De

realçar ainda que os *Abonos variáveis ou eventuais* registaram novamente um decréscimo, em resultado das medidas de contenção de despesas adoptadas pelo Governo Regional.

QUADRO 31 – DESPESAS COM O PESSOAL (2007-2008)

(mil euros)

Designação	2007			2008			Variação 2008 - 2007	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Remunerações certas e permanentes	294.735,5	86,4	98,9	306.928,6	83,6	99,8	12.193,1	4,1
Abonos variáveis ou eventuais	12.194,0	3,6	88,7	11.613,4	3,2	89,3	-580,6	- 4,8
Segurança social	34.343,4	10,1	97,5	48.634,5	13,2	99,6	14.291,1	41,6
Total despesas com pessoal	341.272,8	100,0	98,4	367.176,5	100,0	99,4	25.903,6	7,6

No âmbito das medidas de contenção, destacam-se as instruções constantes do capítulo IX da Circular n.º 1/ORÇ/2008, de 6 de Março: “*O trabalho extraordinário, em dias de descanso semanal, de descanso complementar e em feriados fica reduzido em 50% do trabalho verificado, em média, durante o ano 2000*”. Por outro lado, manteve-se a regra do não aumento líquido de efectivos, com excepção para o pessoal das carreiras específicas da saúde e da educação, e da admissão de pessoal resultante da criação de novos Serviços. Acentuaram-se ainda os mecanismos de mobilidade interna geral pelos diversos Serviços da Administração Regional, a par das simplificações nas estruturas administrativas.

6.1.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A evolução da despesa com a *Aquisição de bens e serviços* em 2008 relaciona-se, no essencial, com os compromissos emergentes dos contratos de concessão celebrados entre o Governo Regional e a Vialitoral, a Viaexpresso e a RAMEDM, registados na rubrica 02.02.21 – *Utilização de infra-estruturas de transportes*. Essa variação decorre também do esforço extraordinário de liquidação das despesas com bens e serviços, relativas a anos económicos anteriores, que implicam um acréscimo dos pagamentos referentes a despesas incluídas neste agrupamento.

Por outro lado, o incremento registado resultou também da satisfação dos compromissos decorrentes da celebração de contratos de arrendamento com a PATRIRAM - Titularidade e Gestão de Património Público Regional, S.A.. De referir que a PATRIRAM - Titularidade e Gestão de Património Público Regional, S.A. tem como objecto o financiamento, gestão e alienação do património imobiliário da RAM, actuando em estreita colaboração com a Direcção Regional do Património, cabendo ainda no

seu objecto a gestão de participações sociais de empresas que integram o sector público empresarial regional. A rentabilização daquele património passa não só pelas tradicionais formas de alienação ou oneração, como igualmente, pela tomada de medidas inovadoras que visam valorizar todo o acervo patrimonial imobiliário da Região, promovendo-se a sua gestão de uma forma sustentada, e assegurando-se rendibilidades competitivas relativamente a outros produtos financeiros.

Conforme se pode apurar pelo QUADRO 32, o montante registado no agrupamento económico em apreço, deduzido dos pagamentos respeitantes à *Utilização de infra-estruturas de transportes*, aumenta apenas 20,1 milhões de euros.

QUADRO 32 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (2007-2008)

(mil euros)

Designação	2007			2008			Variação 2008 - 2007	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Aquisição de bens	17.735,9	16,1	80,7	18.000,7	10,6	80,8	264,8	1,5
<i>Rubricas mais significativas:</i>								
<i>Combustíveis e lubrificantes</i>	1.790,4	1,6	97,8	2.024,5	1,2	88,6	234,1	13,1
<i>Munições, explosivos e artificios</i>	1.599,1	1,5	88,5	1.619,1	0,9	86,7	20,1	1,3
<i>Alimentação — Refeições confeccionadas</i>	1.431,5	1,3	112,5	2.283,3	1,3	78,1	851,8	59,5
<i>Alimentação — Géneros para confeccionar</i>	4.958,3	4,5	88,0	4.976,2	2,9	90,9	17,9	0,4
<i>Material de escritório</i>	1.801,4	1,6	69,0	1.454,5	0,9	77,7	-346,9	- 19,3
<i>Outros bens</i>	1.970,7	1,8	79,2	2.125,7	1,2	70,1	155,0	7,9
Aquisição de serviços	92.267,4	83,9	55,4	152.576,3	89,4	82,1	60.308,9	65,4
<i>Rubricas mais significativas:</i>								
<i>Encargos das instalações</i>	5.300,3	4,8	84,8	6.482,9	3,8	74,2	1.182,7	22,3
<i>Conservação de bens</i>	2.631,0	2,4	75,4	2.658,2	1,6	74,6	27,1	1,0
<i>Locação de edifícios</i>	2.996,4	2,7	308,2	11.311,1	6,6	99,8	8.314,7	277,5
<i>Comunicações</i>	3.112,2	2,8	79,0	4.097,4	2,4	81,4	985,2	31,7
<i>Estudos, pareceres, projectos e consultadoria</i>	5.137,2	4,7	72,7	11.814,6	6,9	66,0	6.677,3	130,0
<i>Publicidade</i>	2.907,7	2,6	51,7	2.265,1	1,3	55,2	-642,6	- 22,1
<i>Vigilância e segurança</i>	1.332,8	1,2	83,1	1.412,7	0,8	80,1	79,9	6,0
<i>Assistência técnica</i>	1.507,1	1,4	67,5	1.547,9	0,9	62,1	40,8	2,7
<i>Outros trabalhos especializados</i>	3.705,3	3,4	56,2	4.476,2	2,6	67,1	770,9	20,8
<i>Utilização de infra-estruturas de transportes</i>	49.211,1	44,7	101,5	89.683,9	52,6	100,0	40.472,8	82,2
<i>Outros serviços</i>	8.136,0	7,4	66,2	11.356,4	6,7	42,8	3.220,3	39,6
Total Aquisição de bens e serviços	110.003,3	100,0	58,3	170.577,0	100,0	82,0	60.573,7	55,1

Ao nível da *Aquisição de bens*, destacam-se as despesas afectas à *Alimentação — Géneros para confeccionar* e *Alimentação — refeições confeccionadas*, necessárias para assegurar um bom funcionamento das Escolas da RAM. De notar que, em conjunto com as despesas com *Combustíveis e lubrificantes*, *Munições, explosivos e artificios*, *Material de escritório* e *Outros bens* totaliza 80,5% do total das *Aquisições de bens*.

Relativamente à *Aquisição de serviços*, saliente-se a importância dos encargos com *Estudos, pareceres, projectos e consultadoria*, 97,2% dos quais afectos ao capítulo 50, i.e., relativos à elaboração de projectos de empreitadas de obras públicas e às assessorias à fiscalização, despesas estas que têm um carácter infra-estruturante.

De facto, muito embora os encargos com *Aquisição de bens e serviços* tenham natureza corrente, 74,9% estão afectos a projectos de investimento do Governo Regional, correspondendo a despesas necessárias à concretização desses investimentos. Refira-se que a Secretaria Regional do Equipamento Social assume 63,2% do total destas despesas.

6.1.3. SUBSÍDIOS

O montante despendido pelo Governo Regional em *Subsídios*, no ano económico em apreço, assume um peso residual no total das despesas realizadas (2,1%). O Governo Regional tem seguido uma política de atribuição de apoios em sectores sociais e estratégicos para a Região, conforme se pode comprovar pela informação constante do QUADRO 33.

QUADRO 33 – SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, 2008

Descrição	(mil euros)	
	Valor	%
Sistema de gestão transportes	9.380,3	34,7
Indemnizações compensatórias para as empresas do sector dos transportes, incluídas no orçamento da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com vista a garantir níveis de preços sociais ao utilizador, inferiores aos custos dos transportes públicos colectivos urbanos e interurbanos.		
Pólo Científico e Tecnológico da Madeira - Madeira Tecnopólo, S.A.	437,5	1,6
Seminários, conferências e outros eventos	26,6	
Criação de Infocentos	20,2	
Fomento da utilização de PC e Internet - Uma família um computador	69,8	
Promoção de congressos e feiras - CIFEC	35,5	
Modernização, Eficiência e Versatilidade - CIFEC	65,2	
Iniciativas Comunitárias	220,3	
IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.	5.202,9	19,3
Apoio compensatório à habitação com fins sociais		
Sistema da Valor Ambiente, SA	9.832,3	36,4
Programa de Equilíbrio do sistema da Valor Ambiente, SA	1.555,3	
Exploração do sistema da Valor Ambiente, SA	8.277,0	
Modernização e diversificação da economia rural	1.315,4	4,9
Acções de apoio à agricultura madeirense	174,4	
Equilíbrio financeiro do CARAM, EPE	178,5	
Apoios à exploração do CARAM, EPE	962,5	
Outros apoios concedidos	834,0	3,1
Incentivos para o aproveitamento de energia sector residencial (DRCIE)	99,8	
Integração profissional de deficientes - DREER	97,4	
Contratos-programa de apoio a instituições na área da juventude	44,9	
Apoio à frota pesqueira e indústria - DRP	591,9	
Total subsídios	27.002,4	100,0

De realçar que 43,5% dos subsídios foram atribuídos pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, destinados ao sistema de gestão de resíduos sólidos e à modernização e diversificação da economia rural. Note-se ainda que a Secretaria Regional do Turismo e Transportes assume 34,7% dos montantes despendidos em 2008, devido à importância relativa aos custos com as indemnizações compensatórias atribuídas às empresas de transportes colectivos urbanos e interurbanos de passageiros, para manutenção de tarifas sociais. Nesse ano foram ainda atribuídos pela Secretaria Regional do Plano e Finanças, apoios no montante de 5,2 milhões de euros, no âmbito do *Apoio compensatório à habitação com fins sociais*, beneficiando a IHM, EPE deste apoio.

6.1.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

A diminuição das transferências correntes no período 2007-2008 decorreu essencialmente da redução do valor das transferências para os Serviços e Fundos Autónomos (SFA).

QUADRO 34 – TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS EFECTUADAS, 2008

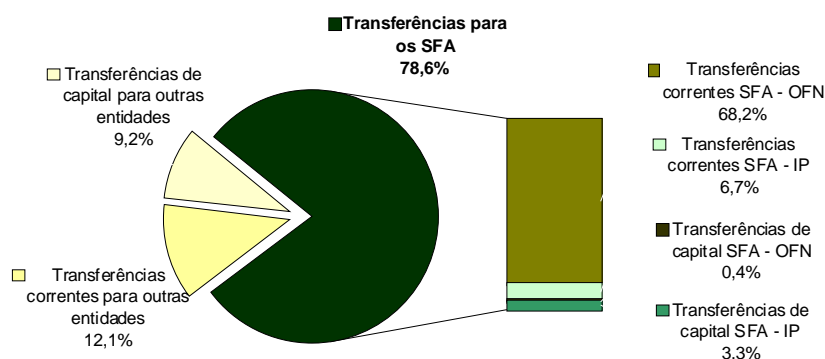
(mil euros)

	Transferências correntes			Transferências de capital			Transferências Totais		
	FUNC.	INV.P.	Total	FUNC.	INV.P.	Total	FUNC.	INV.P.	Total
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	8.261,2	3.578,7	11.839,9	108,6	4.487,5	4.596,1	8.369,8	8.066,2	16.436,0
Sociedades financeiras	1.739,7	-	1.739,7	-	-	-	1.739,7	-	1.739,7
Administração central	151,4	7,0	158,4	-	5.063,9	5.063,9	151,4	5.070,9	5.222,3
Administração regional	283.865,2	28.046,5	311.911,7	1.845,7	13.639,3	15.484,9	285.710,8	41.685,8	327.396,6
RAM - Cartórios e Conservatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços e Fundos Autónomos	283.865,2	28.046,5	311.911,7	1.845,7	13.639,3	15.484,9	285.710,8	41.685,8	327.396,6
Administração local	-	57,3	57,3	-	24.743,5	24.743,5	-	24.800,8	24.800,8
Segurança social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições sem fins lucrativos	26.142,9	7.210,1	33.353,0	62,4	3.613,8	3.676,2	26.205,3	10.823,9	37.029,1
Famílias	2.344,4	963,7	3.308,1	-	386,7	386,7	2.344,4	1.350,4	3.694,8
Resto do mundo	15,5	22,3	37,8	-	-	-	15,5	22,3	37,8
TOTAL	322.520,1	39.885,7	362.405,8	2.016,7	51.934,5	53.951,3	324.536,8	91.820,3	416.357,1

Verifica-se pelo QUADRO 34 que 87,0% do total das transferências têm natureza corrente, 89,0% das quais inscritas em rubricas do orçamento de funcionamento normal. Por outro lado, 22,1% dos montantes transferidos incluem-se nos investimentos do Plano, sendo 56,6% desse valor destinado a financiar as despesas de capital inerentes aos projectos de investimento.

O GRÁFICO 11 ilustra a estrutura das transferências do Governo Regional para as diferentes entidades, sendo evidente o peso que as transferências para os Serviços e Fundos Autónomos assumem no total.

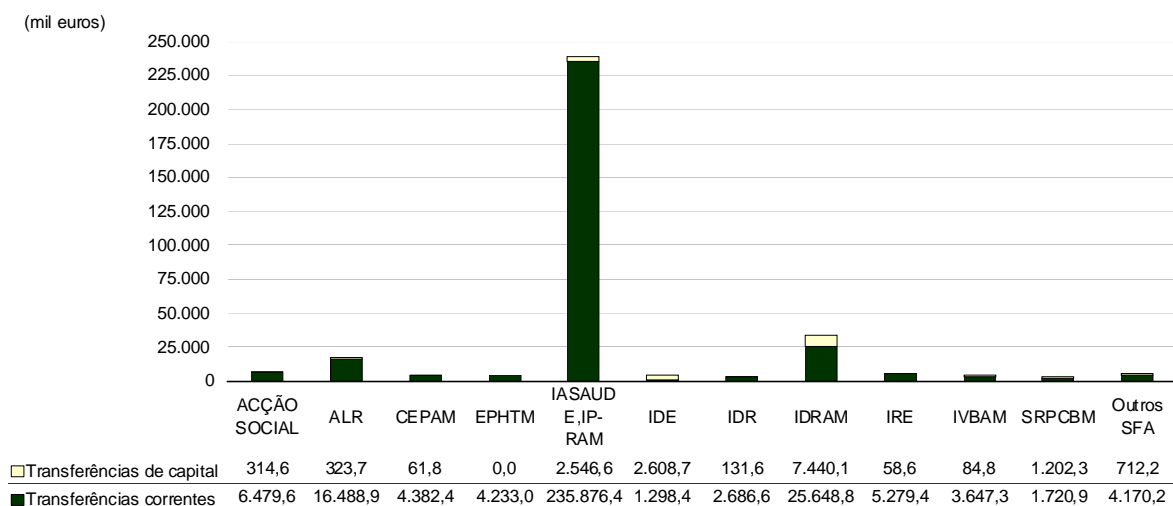
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2008



6.1.4.1. TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

As *Transferências correntes e de capital* para os Serviços e Fundos Autónomos, num total de 327,4 milhões de euros, representam 78,6% das despesas desta natureza, inferiores em 5,6% às registadas no ano económico de 2007.

GRÁFICO 12 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, 2008



Verificamos pelo GRÁFICO 12 que as transferências para o IASAUDE - Instituto de Administração da Saúde, IP – RAM, continuam a assumir o maior peso relativo no total das transferências para os Serviços e Fundos Autónomos (72,8%).

6.1.4.2. TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES

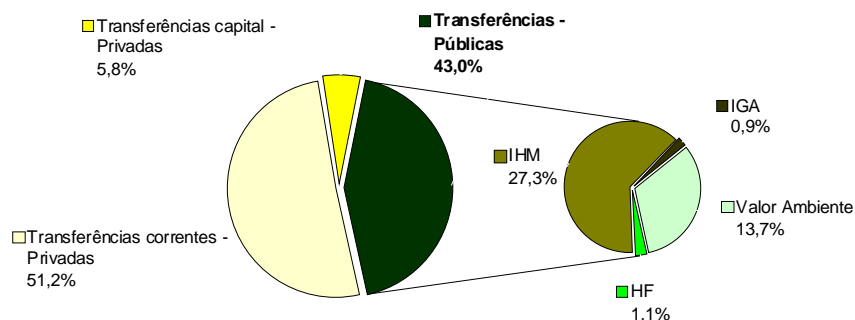
As importâncias transferidas em 2008 para as demais entidades, excluindo os Serviços e Fundos Autónomos, representam 21,4% do total das *Transferências correntes e de capital*. Saliente-se, em especial, as *Sociedades e quase-sociedades não financeiras*, a *Administração local* e as *Instituições sem fins lucrativos*, que beneficiaram em 2008 de 3,9%, 6,0% e 8,9% do total das transferências do Governo Regional, respectivamente.

QUADRO 35 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2008

CI.Org.	Designação	Valor (mil euros)	%
SRTT	Melhoria das acessibilidades e reforço da mobilidade <i>Horários do Funchal, Transportes Públicos, S.A.</i>	187,1	1,1
SREC	Comparticipações financeiras para creches e estabelecimentos de educação pré-escolar <i>Creches e Jardins Infância, Externatos, outros</i>	8.261,2	50,3
SREC	Apoio à construção e reapetrechamento de estabelecimentos de ensino da rede privada - DRPRE <i>Escolas Particulares</i>	839,4	5,1
	Promoção da habitação com integração social, urbana e paisagística	4.480,9	27,3
SRPF	Apoio a particulares	1.055,4	6,4
SRPF	Apoio ao financiamento <i>IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.</i>	3.425,6	20,8
	Gestão sustentável de resíduos	2.257,5	13,7
SRA	Infraestruturas do sistema da Valor Ambiente, SA <i>Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.</i>	2.257,5	13,7
	Gestão sustentável de recursos hídricos	148,1	0,9
SRA	Reforço da adução de água ao Paúl do Mar	67,5	0,4
SRA	Reforço do abastecimento de água ao campo de golfe	61,8	0,4
SRA	Medidas de combate aos períodos de seca <i>IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.</i>	18,7	0,1
	Modernização e diversificação da economia rural	30,8	0,2
SRA	Ações de Apoio à Agricultura e Pecuária Madeirense <i>AJAM, AJAMPS e Outras</i>	30,8	0,2
SRA	Cooperação Técnica e Científica com o CEDE - Conselho Europeu do Direito do Ambiente	83,8	0,5
	Outras transferências correntes e de capital <i>Entidades diversas</i>	147,2	0,9
	Total 04.01 e 08.01 _ Transferências correntes e de capital - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	16.436,0	100,0

No QUADRO 35 são discriminados os montantes das transferências correntes e de capital para as *Sociedades e quase-sociedades não financeiras* (sub-agrupamentos económicos 04.01 e 04.02), sendo o respectivo peso relativo apresentado no GRÁFICO 13.

GRÁFICO 13 - TRANSFERÊNCIAS PARA SOCIEDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, 2008



As transferências para as Autarquias da RAM, num total de 24,8 milhões de euros incluídos no capítulo 50 – investimentos do Plano da Secretaria Regional do Plano e Finanças, correspondem à comparticipação do Governo Regional no financiamento de obras realizadas nos diversos municípios da Região, no âmbito de contratos-programa celebrados.

Sublinhe-se ainda que foram transferidas em 2008 para *Instituições sem fins lucrativos* verbas no valor de 37,0 milhões de euros, mais 8,7% do que no ano anterior. De referir que a quase totalidade das transferências para estas entidades (90,1%) têm natureza corrente.

Nos Anexos IX e XI a este relatório consta informação mais pormenorizada acerca das *Transferências correntes e de capital para Sociedades e quase-sociedades não financeiras*, administração central, regional e local, instituições sem fins lucrativos, famílias e resto do mundo.

6.1.5. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

As verbas despendidas com a *Aquisição de bens de capital* no ano económico de 2008 foram de 224,4 milhões de euros, mais 62,6 milhões de euros do que as despendidas em 2007. A Secretaria Regional do Equipamento Social realizou 76,8 desse montante, o que se deve ao facto da realização das principais obras do Governo Regional encontrarem-se sob a responsabilidade desta Secretaria Regional. Seguiu-se a Secretaria Regional do Plano e Finanças com 29,5 milhões de euros e a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais com 16,9 milhões de euros.

6.1.6. ACTIVOS FINANCEIROS

Em 2008, as despesas em *Activos Financeiros* excederam em 19,5 milhões de euros as despesas do ano anterior, devido a operações financeiras com a aquisição de títulos (acções e outras participações) e com a concessão de empréstimos. Estas despesas distribuem-se do modo apresentado no QUADRO 36, e representam apenas 2,9% do total da despesa executada no ano.

QUADRO 36 - ACTIVOS FINANCEIROS (2008)

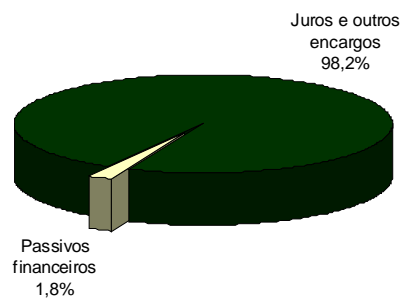
(mil euros)					
Entidade	Empréstimos a curto prazo	Empréstimos a médio e longo prazos	Acções e outras participações	Activos financeiros	%
APRAM - Administração dos Portos da RAM, S.A.	-	-	4.814,0	4.814,0	12,5
CARAM - Centro de Abate da RAM, EPE	-	-	500,0	500,0	1,3
Empresa Jomal da Madeira, Lda.	-	3.000,0	-	3.000,0	7,8
IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.	-	-	300,0	300,0	0,8
MPE - Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A.	-	459,0	-	459,0	1,2
RAMEDM Estradas da Madeira, S.A.	-	-	3.500,0	3.500,0	9,1
Serviço de Saúde da RAM, EPE	-	-	25.750,0	25.750,0	66,6
VIAMADEIRA - Concessão Viária de Madeira, S. A.	-	-	100,0	100,0	0,3
Total Activos Financeiros	-	3.459,0	35.201,5	38.660,5	100,0

De sublinhar que o montante destinado ao Serviço de Saúde da RAM, EPE, respeita à realização da parte do capital estatutário subscrito pela Região Autónoma da Madeira em 2003, que havia sido diferida para 2008, conforme previsto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2003/M, de 27 de Maio. Por conseguinte, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais assume um peso preponderante no total da despesa com *Activos financeiros*, tendo executado cerca de 66,6% do valor indicado. Segue-se a Secretaria Regional do Turismo e Transportes com 12,5% e a Secretaria Regional do Equipamento Social com 9,3%.

6.1.7. SERVIÇO DA DÍVIDA

As verbas despendidas em 2008 com *Passivos financeiros* e *Juros e outros encargos* totalizaram cerca de 48,2 milhões de euros, representando apenas 3,7% do total da despesa. O GRÁFICO 14 ilustra a estrutura dos encargos com a dívida regional, no ano económico em apreço.

GRÁFICO 14 – SERVIÇO DA DÍVIDA, 2008



Em relação ao ano anterior, os gastos desta natureza sofreram uma redução substancial, atendendo ao facto de em 2007 ter ocorrido uma operação de substituição da dívida pública regional. No ponto 11 deste relatório é apresentada uma descrição pormenorizada das operações relacionadas com a Dívida da Região Autónoma da Madeira.

6.2. DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

O orçamento final da RAM de 2008 superou o inicialmente aprovado em 26 424,6 mil euros, por força da abertura de créditos especiais nas Secretarias Regionais do Plano e Finanças, do Ambiente e Recursos Naturais e dos Assuntos Sociais. Nos demais departamentos do Governo Regional, as diferenças entre o orçamento final e o inicial decorreram exclusivamente da utilização da *dotação provisional* para efeitos de reforço das dotações de despesa.

Conforme se pode verificar no QUADRO 37, as alterações orçamentais mais significativas ocorreram nas Secretarias Regionais da Educação e Cultura e do Equipamento Social.

QUADRO 37 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EXECUÇÃO DA DESPESA EM 2008, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

Descrição	Orçamento inicial	Alterações			Orçamento final	Execução Orçamental	Diferença Execução - Orçamento
		Natureza de que se revestem					
		Créditos especiais	Provisional	TOTAL			
		(2)	(3)	(4) = (2)+(3)			
(1)	(2)	(3)	(4) = (2)+(3)	(5) = (1)+(4)	(6)	(7) = (6)-(5)	
Assembleia Legislativa da Madeira	17.158,7	-	-	-	17.158,7	16.812,6	- 346,1
Presidência do Governo Regional	1.993,0	-	187,3	187,3	2.180,3	1.642,5	- 537,8
Vice-Presidência do Governo Regional	35.900,0	-	1.996,5	1.996,5	37.896,5	21.756,0	- 16.140,5
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	16.438,4	-	811,3	811,3	17.249,6	16.243,4	- 1.006,2
Secretaria Regional do Equipamento Social	332.672,0	-	7.746,1	7.746,1	340.418,1	294.211,8	- 46.206,3
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	40.245,8	-	219,0	219,0	40.464,8	32.591,1	- 7.873,7
Secretaria Regional de Educação e Cultura	399.011,7	-	17.564,0	17.564,0	416.575,7	403.381,9	- 13.193,8
Secretaria Regional do Plano e Finanças	204.083,5	25.926,4	- 30.187,9	- 4.261,5	199.822,0	168.122,0	- 31.700,0
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	124.390,4	148,1	1.011,7	1.159,8	125.550,2	85.304,5	- 40.245,8
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	325.801,1	350,0	652,1	1.002,0	326.803,2	277.035,6	- 49.767,5
Total	1.497.694,6	26.424,6	0,0	26.424,6	1.524.119,2	1.317.101,5	- 207.017,7

A variação negativa ocorrida no orçamento da Secretaria Regional do Plano e Finanças decorre das anulações da *Dotação provisional* (-31,7 milhões de euros), que tiveram por contrapartida reforços nos orçamentos de outras Secretarias, nomeadamente:

- Secretaria Regional de Educação e Cultura (+17,6 milhões de euros);
- Secretaria Regional do Equipamento Social (+7,7 milhões de euros);
- Vice-Presidência do Governo Regional (+2,0 milhões de euros); e
- Secretaria Regional Ambiente e Recursos Naturais (+1,0 milhões de euros).

Comparando os valores do orçamento inicial e final as variações positivas mais significativas ocorreram nos seguintes agrupamentos orgânicos:

- Secretaria Regional de Educação e Cultura (+17,6 milhões de euros) – A totalidade do valor reforçado foi destinado a rubricas de natureza corrente, afectas ao funcionamento

normal dos serviços, mais concretamente 8,2 milhões de euros para *Despesas com o pessoal*, 4,9 milhões de euros para *Aquisição de serviços* e 4,4 milhões de euros para *Transferências correntes*.

- Secretaria Regional do Equipamento Social (+7,7 milhões de euros) - Os reforços foram efectuados na totalidade pela dotação provisional e destinaram-se maioritariamente (70,8%) às classificações orçamentais afectas a investimentos do Plano. Em especial, será de realçar os reforços destinados aos projectos *Outras acções, serviço e intervenções rodoviárias* (+2,9 milhões de euros), *Centro de Saúde e Segurança Social dos Prazeres* (+1,6 milhões de euros);
- Vice-Presidência do Governo Regional (+2,0 milhões de euros) - Os reforços destinaram-se essencialmente a rubricas afectas ao *Gabinete do Vice-Presidente, serviços de apoio e de representação*, destacando-se o peso dos reforços para a *Direcção Regional da Administração da Justiça*;
- Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (+1,2 milhões de euros) - As verbas reforçadas por conta da dotação provisional, destinaram-se à *Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural* e à *Direcção Regional de Florestas*;
- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (+1,0 milhões de euros) - as aberturas de créditos especiais (350,0 mil euros) estiveram consignadas ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros e o reforço de verbas pela dotação provisional destinou-se ao *Gabinete do Secretário e Serviços de Apoio*;
- Secretaria Regional dos Recursos Humanos (+811,3 mil euros) - As verbas reforçadas por conta da dotação provisional, destinaram-se essencialmente ao *Gabinete do Secretário e Serviços Dependentes*.

QUADRO 38 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

Designação	(mil euros)								
	2007			2008			Variação 2008 - 2007		
	Valor	Estrutura	Taxa Exec	Valor	Estrutura	Taxa Exec	Valor	%	
Assembleia Legislativa da Madeira	17.431,2	1,4	99,2	16.812,6	1,3	98,0	-618,6	-3,5	
Presidência do Governo Regional	1.440,6	,1	69,8	1.642,5	,1	75,3	201,9	14,0	
Vice-Presidência do Governo Regional	19.853,1	1,6	67,7	21.756,0	1,7	57,4	1.902,9	9,6	
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	16.738,8	1,3	93,5	16.243,4	1,2	94,2	-495,4	-3,0	
Secretaria Regional do Equipamento Social	177.701,4	14,2	51,8	294.211,8	22,3	86,4	116.510,4	65,6	
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	26.946,8	2,2	72,6	32.591,1	2,5	80,5	5.644,3	20,9	
Secretaria Regional de Educação e Cultura	377.613,3	30,2	95,0	403.381,9	30,6	96,8	25.768,6	6,8	
Secretaria Regional do Plano e Finanças	254.890,7	20,4	91,0	168.122,0	12,8	84,1	-86.768,7	-34,0	
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	85.270,1	6,8	68,6	85.304,5	6,5	67,9	34,3	0,0	
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	270.679,3	21,7	87,7	277.035,6	21,0	84,8	6.356,3	2,3	
Total	1.248.565,4	100,0	80,2	1.317.101,5	100,0	86,4	68.536,0	5,5	

Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2007, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR. n.º 5/2007/M, de 23 de Julho.

No QUADRO 38 é comparada a execução orçamental da despesa no ano económico de 2008 com o ano económico anterior, em cada um dos Departamentos do Governo Regional, sendo apresentadas as respectivas taxas de execução orçamental e peso relativo.

Em 2008, os departamentos do Governo Regional que assumem maior peso relativo são as Secretarias Regionais da Educação e Cultura, do Equipamento Social e dos Assuntos Sociais, totalizando 74,0% da despesa realizada nesse ano. No que respeita à taxa de execução, a Assembleia Legislativa da Madeira, a Secretaria Regional de Educação e Cultura e a Secretaria Regional dos Recursos Humanos, constituíram os agrupamentos orgânicos que registaram uma maior aproximação entre a despesa realizada e a dotação orçamental final.

De notar que, de 2007 para 2008, os acréscimos de despesa realizada foram mais significativos na Secretaria Regional do Equipamento Social (+65,6%), na Secretaria Regional do Turismo e Transportes (+20,9%) e na Presidência do Governo Regional (+14,0%). A Assembleia Legislativa da Madeira, a Vice-Presidência do Governo Regional, a Secretaria Regional dos Recursos Humanos e a Secretaria Regional do Plano e Finanças apresentaram uma execução orçamental inferior à do ano anterior.

No ponto 8 deste relatório apresentamos uma análise pormenorizada da execução orçamental de cada um dos Departamentos do Governo Regional, destacando os projectos de investimento de maior relevo. Nesse ponto incluímos os valores consolidados de cada Secretaria Regional com os Serviços e Fundos Autónomos da respectiva tutela.

6.3. DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

As alterações orçamentais ocorreram, essencialmente, por via dos reforços com contrapartida na *Abertura de Créditos Especiais* e na *Dotação provisional*, conforme se pode verificar pelo QUADRO 39. Constatou-se que todas as classificações funcionais sofreram um aumento com excepção das *Outras funções*, cuja dotação disponível diminuiu devido à utilização da dotação provisional para reforço das verbas afectas às *Funções sociais* (+21,3 milhões de euros), às *Funções económicas* (+6,7 milhões de euros) e às *Funções gerais de soberania* (+3,7 milhões de euros).

QUADRO 39 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Descrição	Orçamento inicial	Alterações			Orçamento final	Execução Orçamental	Diferença Execução - Orçamento
		Natureza de que se revestem					
		Créditos especiais	Provisional	TOTAL			
(1)	(2)	(3)	(4) = (2)+(3)	(5)=(1)+(4)	(6)	(7) = (6)-(5)	
Funções gerais de soberania:	76.531,2	6.276,4	3.675,4	9.951,8	86.483,1	78.813,8	-7.669,2
Serviços gerais da administração pública	59.632,7	5.926,4	2.298,8	8.225,2	67.857,9	64.658,9	-3.199,0
Segurança e ordem públicas	16.898,5	350,0	1.376,6	1.726,6	18.625,1	14.154,9	-4.470,2
Funções sociais:	969.853,7		21.321,0	21.321,0	991.174,7	862.554,1	-128.620,6
Educação	408.277,1		17.980,9	17.980,9	426.258,0	403.831,8	-22.426,2
Saúde	328.868,3		3.073,4	3.073,4	331.941,7	283.619,4	-48.322,3
Habituação e serviços colectivos	154.530,3		40,3	40,3	154.570,6	106.005,2	-48.565,4
Serviços culturais, recreativos e religiosos	78.178,1		226,3	226,3	78.404,4	69.097,8	-9.306,6
Funções económicas:	369.075,7	20.148,1	6.718,6	26.866,8	395.942,4	327.577,3	-68.365,1
Agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca	67.273,1	148,1	1.011,7	1.159,8	68.432,9	56.870,0	-11.563,0
Indústria e energia	3.392,1		35,6	35,6	3.427,7	2.769,7	-658,0
Transportes e comunicações	243.222,9	20.000,0	4.659,5	24.659,5	267.882,3	231.223,1	-36.659,2
Comércio e turismo	40.341,5		219,0	219,0	40.560,4	22.091,8	-18.468,6
Outras funções económicas	14.846,2		792,9	792,9	15.639,1	14.622,8	-1.016,4
Outras funções:	82.234,0		-31.715,0	-31.715,0	50.519,0	48.156,1	-2.362,8
Operações da dívida pública	49.984,0				49.984,0	48.156,1	-1.827,9
Diversas não especificadas	32.250,0		-31.715,0	-31.715,0	535,0		-535,0
Total	1.497.694,6	26.424,6		26.424,6	1.524.119,2	1.317.101,5	-207.017,7

Os reforços de maior valor verificaram-se nas dotações orçamentais afectas às *Funções económicas* (+26,9 milhões de euros), sendo cerca de 20,1 milhões de euros com origem na *abertura de créditos especiais* e 6,7 milhões de euros com contrapartida na *Dotação provisional*. A subfunção *Transportes e comunicações* explica esta variação (+24,7 milhões de euros), tendo também sido reforçadas as subfunções *Agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca* (+1,2 milhões de euros), *Comércio e turismo* (+219,0 mil euros) e *Outras funções económicas* (+792,9 mil euros).

As dotações afectas às *Funções sociais*, aumentaram 21,3 milhões de euros com contrapartida na dotação provisional, destacando-se os acréscimos ao nível da *Educação* (+18,0 milhões de euros) e

da *Saúde* (+3,0 milhões de euros). Estas despesas assinalaram um crescimento significativo em relação a 2007, em termos absolutos e relativos.

No que respeita às *Funções gerais de soberania*, as respectivas dotações orçamentais aumentaram em 10,0 milhões de euros, por via da abertura de créditos especiais (+6,3 milhões de euros) e da dotação provisional (+3,7 milhões de euros). A subfunção *Serviços gerais de soberania* explica esta variação quase na totalidade, tendo as verbas inscritas aumentado 8,2 milhões de euros em relação à dotação aprovada.

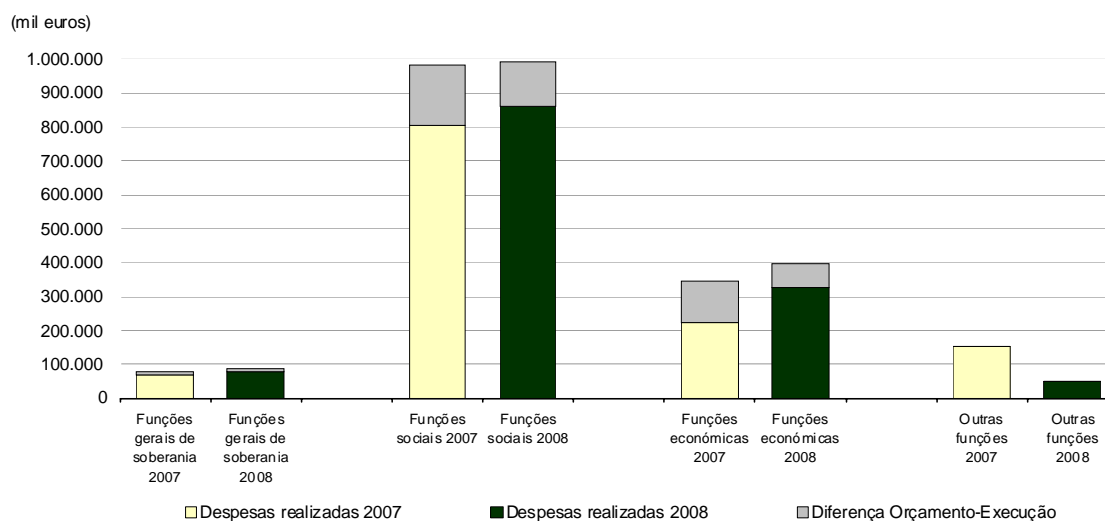
QUADRO 40 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2007-2008)

Designação	(mil euros)							
	2007			2008			Variação 2008 - 2007	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Funções gerais de soberania:	66.844,8	5,4	87,8	78.813,8	6,0	91,1	11.969,0	17,9
Serviços gerais da administração pública	58.333,8	4,7	89,4	64.658,9	4,9	95,3	6.325,1	10,8
Segurança e ordem públicas	8.511,0	,7	78,3	14.154,9	1,1	76,0	5.643,9	66,3
Funções sociais:	805.090,1	64,5	82,0	862.554,1	65,5	87,0	57.464,0	7,1
Educação	370.493,6	29,7	87,7	403.831,8	30,7	94,7	33.338,2	9,0
Saúde	273.670,3	21,9	85,6	283.619,4	21,5	85,4	9.949,1	3,6
Habituação e serviços colectivos	93.202,9	7,5	61,9	106.005,2	8,0	68,6	12.802,3	13,7
Serviços culturais, recreativos e religiosos	67.723,3	5,4	75,3	69.097,8	5,2	88,1	1.374,4	2,0
Funções económicas:	224.912,0	18,0	64,8	327.577,3	24,9	82,7	102.665,4	45,6
Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	52.675,1	4,2	82,1	56.870,0	4,3	83,1	4.194,9	8,0
Indústria e energia	2.176,4	,2	53,3	2.769,7	,2	80,8	593,3	27,3
Transportes e comunicações	126.703,6	10,1	56,9	231.223,1	17,6	86,3	104.519,6	82,5
Comércio e turismo	27.834,0	2,2	70,3	22.091,8	1,7	54,5	-5.742,2	-20,6
Outras funções económicas	15.522,9	1,2	94,3	14.622,8	1,1	93,5	-900,2	-5,8
Outras funções:	151.718,5	12,2	99,7	48.156,1	3,7	95,3	-103.562,3	-68,3
Operações da dívida pública	151.718,5	12,2	99,8	48.156,1	3,7	96,3	-103.562,3	-68,3
Diversas não especificadas							-	
Total	1.248.565,4	100,0	80,2	1.317.101,5	100,0	86,4	68.536,0	5,5

Os encargos despendidos em *Funções económicas* aumentaram 45,6% em relação a 2007. Em 2008 estas despesas totalizaram 24,9% do total da despesa (Vd. QUADRO 40). Atendendo à execução orçamental, conclui-se que as despesas afectas às *Funções económicas* apresentaram a menor taxa de execução, dadas as prioridades regionais definidas e as restrições orçamentais impostas.

Os dados constantes do GRÁFICO 15 espelham a orientação estratégica traçada pelo Governo Regional, em que a vertente social assume uma importância cada vez mais notória. Com efeito, as despesas afectas às *Funções sociais* atingiram valores máximos, em termos absolutos e relativos, representando cerca de 65,5% do total dos recursos despendidos no ano de 2008.

GRÁFICO 15 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (2007-2008)



6.3.1. FUNÇÕES SOCIAIS

As verbas orientadas para as *Funções sociais* continuam a destacar-se no cômputo total, e a apresentar taxas de crescimento positivas quando comparadas com o ano anterior. De referir que cerca de 29,3% deste total foram inscritos em rubricas dos investimentos do Plano concretizadas, essencialmente, através das Secretarias Regionais do Equipamento Social e da Educação e Cultura, respectivamente com 53,2% e 17,4% desse montante.

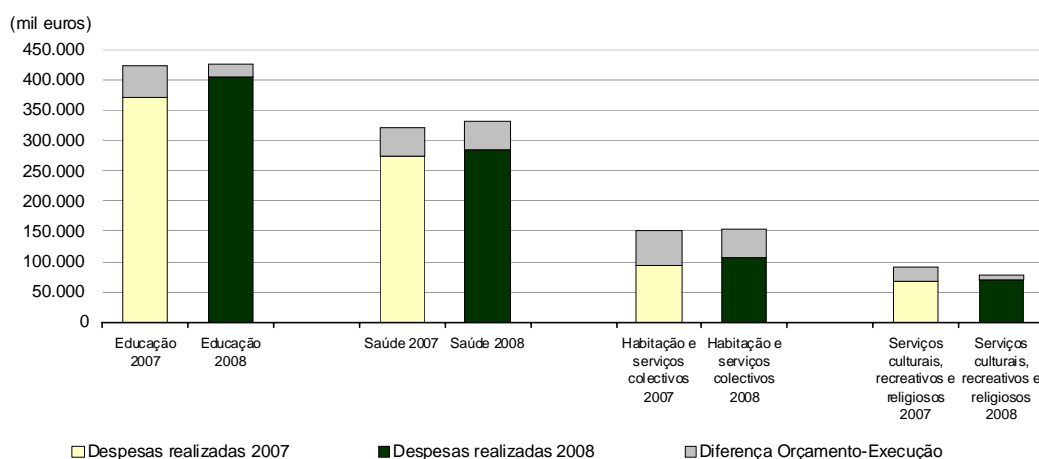
A *Educação* com 403,8 milhões de euros constitui a subfunção com maior expressão, representando cerca de 46,8% da execução total ao nível das *Funções sociais*. De 2007 para 2008, as despesas inerentes a esta subfunção aumentaram 9,0%. De notar que, do total despendido, 89,2% foi prosseguido através da *Secretaria Regional de Educação e Cultura*.

Em termos de importância relativa, segue-se a subfunção *Saúde*, que registou no ano económico em apreço um aumento de 3,6% em relação a 2007. Constata-se que 270,2 milhões de euros do total despendido esteve afecto à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e maioritariamente através do agrupamento das *Transferências correntes*.

Para a *Habituação e serviços colectivos*, foram pagas despesas no montante de 106,0 milhões de euros, ou seja, +13,7% do que no ano anterior, sendo as Secretarias Regionais do Equipamento Social, do Plano e Finanças e do Ambiente e Recursos Naturais responsáveis pela execução destas despesas.

Nos *Serviços culturais, recreativos e religiosos*, que totalizaram os 69,1 milhões de euros, a parte destinada a investimentos do Plano foi de 81,9% do total da subfunção. Do valor total, 43,3 milhões de euros estiveram afectos à Secretaria Regional de Educação e Cultura e 23,3 milhões de euros à Secretaria Regional do Equipamento Social. As verbas remanescentes estiveram afectas à Secretaria Regional do Plano e Finanças e à Secretaria Regional dos Recursos Humanos.

GRÁFICO 16 – DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES SOCIAIS, 2007-2008



Pelo GRÁFICO 16 podemos concluir acerca da importância relativa das diversas sub-funções e da respectiva execução nos anos económicos de 2008 e 2007.

6.3.2. FUNÇÕES ECONÓMICAS

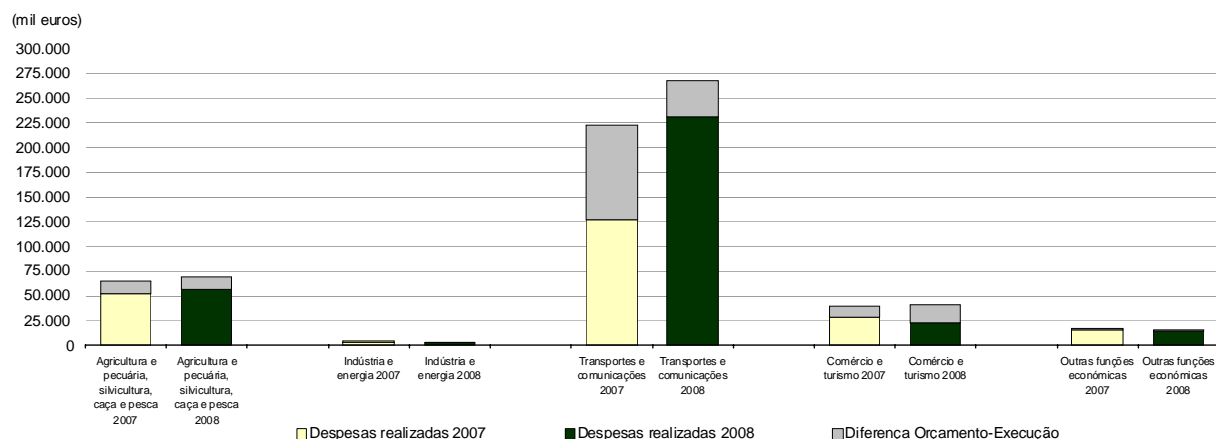
Ao nível das Funções económicas, será de realçar as despesas afectas aos *Transportes e comunicações*, cujo peso relativo destes encargos no total da despesa aumentou de 10,1% em 2007 para 17,6% em 2008. A Secretaria Regional do Equipamento Social foi a entidade do Governo Regional que realizou grande parte destas despesas, em especial inerentes aos investimentos do Plano, seguindo-se a Secretaria Regional do Plano e Finanças com despesas no valor de 41,4 milhões de euros.

As despesas com *Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca* representaram 17,4% do total da classificação funcional em apreço, tendo a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais executado a totalidade dessas despesas.

As despesas incluídas em *Comércio e turismo* totalizaram 22,1 milhões de euros (1,7% do total da despesa), com uma taxa de execução de 54,5%. A Secretaria Regional do Turismo e Transportes foi

responsável por 17,0 milhões de euros desse montante, a Vice-Presidência por 4,9 milhões de euros e a Secretaria Regional do Plano e Finanças por 225,3 mil euros. Do montante total executado 78,6% reverteu a favor de programas e projectos incluídos nos investimentos do Plano. Estes indicadores ilustram a importância que o Governo Regional continua a atribuir a um sector vital para a economia madeirense, tendo realizado investimentos importantes, designadamente através das Sociedades de Desenvolvimento.

GRÁFICO 17 - DESPESAS REALIZADAS EM FUNÇÕES ECONÓMICAS, 2007-2008



O GRÁFICO 17 ilustra o peso relativo dos diversos agregados incluídos nas *Funções económicas*, e a respectiva execução nos anos económicos de 2008 e 2007.

7. INVESTIMENTOS DO PLANO

Em 2008 as despesas afectas a investimentos do Plano — capítulo 50 do Orçamento da Região— foram de 505,9 milhões de euros. Considerando os programas e projectos incluídos no PIDDAR de 2008, a execução global foi de 520,7 milhões de euros, distribuídos pelos seguintes departamentos do Governo Regional (QUADRO 41).

QUADRO 41 - PIDDAR 2008 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL

(Un.: Euros)

DEPARTAMENTOS	FINANCIAMENTO PÚBLICO		FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO		TOTAL
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	
TOTAL	476.754.312	91,6%	43.902.275	8,4%	520.656.587
VICE-PRESIDÊNCIA	6.432.504	69,4%	2.834.142	30,6%	9.266.646
RECURSOS HUMANOS	2.024.875	27,9%	5.241.336	72,1%	7.266.211
EQUIPAMENTO SOCIAL	257.576.491	92,6%	20.594.582	7,4%	278.171.073
TURISMO E TRANSPORTES	27.258.511	98,2%	487.742	1,8%	27.746.253
EDUCAÇÃO E CULTURA	37.929.379	80,9%	8.977.713	19,1%	46.907.092
PLANO E FINANÇAS	66.699.411	98,3%	1.157.146	1,7%	67.856.557
AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	45.185.010	91,4%	4.243.344	8,6%	49.428.354
ASSUNTOS SOCIAIS	33.648.131	98,9%	366.270	1,1%	34.014.401

Da verba global afecta ao PIDDAR, 476,8 milhões de euros tiveram financiamento público (91,6%) e 43,9 milhões de euros foram financiados através da União Europeia.

Ao nível do capítulo 50, da despesa global realizada, 474,5 milhões de euros tiveram origem em financiamento público e 32,6 milhões de euros provieram de financiamento comunitário (Anexo XIV).

As verbas provenientes da União Europeia tiveram maior relevância na Secretaria Regional do Equipamento Social, na Secretaria Regional de Educação e Cultura e na Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

A distribuição das verbas por áreas programas é apresentada no QUADRO 42.

QUADRO 42 - PIDDAR 2008 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO POR PROGRAMAS

(Un.: Euros)

PROGRAMAS	FINANCIAMENTO PÚBLICO		FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO		TOTAL
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	
TOTAL	476.754.312	91,6%	43.902.275	8,4%	520.656.587
INOVAÇÃO E QUALIDADE	3.390.372	66,0%	1.748.387	34,0%	5.138.759
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	5.313.480	99,9%	5.060	0,1%	5.318.540
GESTÃO DO AMBIENTE E DO PATRIMÓNIO NATURAL	48.532.374	92,2%	4.083.428	7,8%	52.615.802
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	3.379.431	31,0%	7.518.553	69,0%	10.897.984
DESPORTO E JUVENTUDE	19.547.170	100,0%	-	0,0%	19.547.170
EMPREGO E TRABALHO	1.080.852	17,2%	5.196.148	82,8%	6.277.000
SAÚDE	27.335.766	100,0%	10.555	0,0%	27.346.321
INTEGRAÇÃO E EQUIDADE SOCIAL	248.299	100,0%	-	0,0%	248.299
HABITAÇÃO E REALOJAMENTO	9.683.877	100,0%	-	0,0%	9.683.877
CULTURA E PATRIMÓNIO	7.951.682	83,6%	1.563.509	16,4%	9.515.191
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EQUILIBRADO	51.124.631	99,6%	212.444	0,4%	51.337.075
TURISMO	13.299.479	95,8%	586.470	4,2%	13.885.949
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	11.845.536	85,9%	1.941.109	14,1%	13.786.645
PESCAS E AQUICULTURA	1.641.922	81,3%	377.463	18,7%	2.019.385
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	3.203.779	69,1%	1.433.836	30,9%	4.637.615
ENERGIA	145.406	100,0%	-	0,0%	145.406
INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	255.277.228	93,9%	16.565.303	6,1%	271.842.531
APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO	9.832.044	96,8%	329.715	3,2%	10.161.759
COOPERAÇÃO	3.920.984	62,7%	2.330.295	37,3%	6.251.279

Analisando essa informação juntamente com o Anexo XIV e QUADRO 43, destacam-se as verbas despendidas com:

- *Infra-estruturas e equipamentos colectivos* – 271,8 milhões de euros executados principalmente pela SRES (219,8 milhões de euros), SRPF (26,3 milhões de euros) e SRTT (14,4 milhões de euros);
- *Gestão do ambiente e património natural* – 52,6 milhões de euros executados pela SRES (27, 7 milhões de euros) e SRA (24,9 milhões de euros);
- *Desenvolvimento territorial equilibrado* – 51,3 milhões de euros, que foram distribuídos por vários departamentos, destacando-se a execução orçamental registada pela SRPF (24,9 milhões de euros), SRES (20,0 milhões de euros) e SRAS (4,7 milhões de euros); e
- *Desporto e juventude* – 19,5 milhões de euros, que estiveram maioritariamente afectos à SREC (19,2 milhões de euros).

O programa *Aperfeiçoamento e modernização do sistema administrativo* foi o único que, dada a sua natureza, foi comum a todos os departamentos do Governo Regional.

QUADRO 43 - PIDDAR 2008 - DESPESA POR PROGRAMAS E DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL

(Un.: Euros)

PROGRAMAS	DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL								TOTAL PIDDAR
	VP	SRR	SRES	SRTT	SREC	SRPF	SRA	SRAS	
TOTAL	9 266 646	7 266 211	278 171 073	27 746 253	46 907 092	67 856 557	49 428 354	34 014 401	520 656 587
INOVAÇÃO E QUALIDADE	4 477 711	165 447	-	-	495 601	-	-	-	5 138 759
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	-	-	-	-	6 747	-	5 311 793	-	5 318 540
GESTÃO DO AMBIENTE E DO PATRIMÓNIO NATURAL	-	-	27 701 304	-	-	-	24 914 498	-	52 615 802
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	-	-	713 723	-	10 184 261	-	-	-	10 897 984
DESPORTO E JUVENTUDE	-	330 421	-	-	19 216 749	-	-	-	19 547 170
EMPREGO E TRABALHO	-	6 277 000	-	-	-	-	-	-	6 277 000
SAÚDE	-	-	-	-	-	-	-	27 346 321	27 346 321
INTEGRAÇÃO E EQUIDADE SOCIAL	-	243 184	-	-	-	-	-	5 115	248 299
HABITAÇÃO E REALOJAMENTO	-	-	-	-	-	9 683 877	-	-	9 683 877
CULTURA E PATRIMÓNIO	-	22 433	3 964 388	-	4 983 691	530 049	14 630	-	9 515 191
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EQUILIBRADO	11 010	-	19 976 536	-	137 703	24 938 414	1 579 227	4 694 185	51 337 075
TURISMO	-	-	-	13 183 543	-	-	702 406	-	13 885 949
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	-	-	-	-	-	-	13 786 645	-	13 786 645
PESCAS E AQUICULTURA	-	-	-	-	-	-	2 019 385	-	2 019 385
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	3 822 113	37 569	-	-	100 745	-	677 188	-	4 637 615
ENERGIA	108 652	-	36 754	-	-	-	-	-	145 406
INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	-	93 117	219 791 506	14 391 548	9 957 438	26 263 922	-	1 345 000	271 842 531
APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO	506 930	47 091	4 401 980	171 162	157 544	4 703 693	162 118	11 241	10 161 759
COOPERAÇÃO	340 230	49 949	1 584 882	-	1 666 613	1 736 602	260 464	612 539	6 251 279

O QUADRO 44 evidencia a evolução das despesas afectas ao Capítulo 50, desde 2003, a preços correntes e a preços constantes e as respectivas taxas de variação anual. Em 2008, a preços correntes constata-se o aumento de 35,8% das despesas realizadas com investimentos do Plano em comparação com 2007.

QUADRO 44 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO (2003-2008)

(mil euros)

Anos	Preços correntes	Variação anual %	Preços de 2003	Variação anual %
2003	303.217,3	-15,9	303.217,3	-18,3
2004	518.996,0	71,2	504.860,0	66,5
2005	412.025,1	-20,6	390.265,4	-22,7
2006	329.345,2	-20,1	304.046,8	-22,1
2007	372.606,7	13,1	339.235,9	11,6
2008	505.932,1	35,8	448.074,5	32,1

7.1. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

No QUADRO 45 constam os montantes, efectivamente pagos, afectos aos investimentos do Plano em 2007 e 2008, por agrupamentos da classificação económica, bem como a variação absoluta e relativa ocorrida nesses anos.

QUADRO 45 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Designação	(mil euros)							
	2007			2008			Variação 2008-2007	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	%
Despesas correntes	136.351,5	36,6	61,4	195.853,6	38,7	82,4	59.502,1	43,6
Despesas com pessoal	1.680,4	0,5	77,7	1.135,2	0,2	68,2	- 545,3	- 32,4
Aquisição de bens e serviços	76.257,7	20,5	52,8	127.829,3	25,3	81,3	51.571,6	67,6
Transferências correntes	50.289,2	13,5	91,1	39.885,7	7,9	89,1	- 10.403,5	- 20,7
Subsídios	8.122,7	2,2	39,8	27.002,4	5,3	79,3	18.879,7	232,4
Outras despesas correntes	1,5	0,0	38,5	1,0	0,0	84,2	- 0,5	- 31,9
							-	
Despesas de capital	236.255,2	63,4	57,8	310.078,5	61,3	74,1	73.823,3	31,2
Aquisição de bens de capital	159.777,8	42,9	53,2	222.483,4	44,0	77,2	62.705,7	39,2
Transferências de capital	61.149,9	16,4	66,4	51.934,5	10,3	59,8	- 9.215,4	- 15,1
Activos financeiros	15.327,5	4,1	93,1	35.660,5	7,0	82,5	20.333,0	132,7
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das despesas	372.606,7	100,0	59,0	505.932,1	100,0	77,1	133.325,4	35,8

Verifica-se que em 2008, o total das despesas afectas aos investimentos do Plano aumentou 133,3 milhões de euros (+35,8%), tendo as *Despesas correntes* aumentado 43,6% e as *Despesas de capital* 31,2%. De notar que, em 2008, as *Despesas de capital* representam 61,3% no total da estrutura das despesas dos investimentos do plano, sendo consideravelmente superiores às correntes.

Em concreto, o aumento verificado ao nível dos investimentos do Plano foi essencialmente induzido pelos agrupamentos económicos *Aquisição de bens de capital* (+39,2%) e *Aquisição de bens e serviços* (+67,6%). As *Transferências correntes e de capital* registaram, conjuntamente, uma diminuição de 17,6%. Nestas incluem-se as transferências da Administração Regional, para os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) responsáveis por 45,4% do total das transferências inscritas no capítulo 50 – investimentos do Plano.

De referir ainda o crescimento registado em 2008 ao nível dos *Activos financeiros*, no montante de 20,3 milhões de euros. Esse aumento é explicado essencialmente pela realização do capital social do Serviço de Saúde da RAM, EPE (25,75 milhões de euros), conforme programação da realização do capital subscrito.

Os *Subsídios* registados no capítulo 50 são superiores em 18,9 milhões de euros comparativamente com o ano de 2007. De referir que este crescimento foi verificado essencialmente por via dos apoios concedidos pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (explicam em 51,8% o aumento registado neste agrupamento económico), entidade que tutela a Valor Ambiente, responsável pela gestão do sistema de valorização de resíduos sólidos urbanos da RAM. Acresce mencionar que, em 2008, a importância relativa dos *Subsídios* na estrutura das despesas continua a ser residual, assumindo apenas 5,3% do total dos investimentos do Plano.

7.2. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

No QUADRO 46 é efectuada uma análise da evolução das despesas efectuadas com os investimentos do Plano, por departamentos, nos anos de 2007 e 2008.

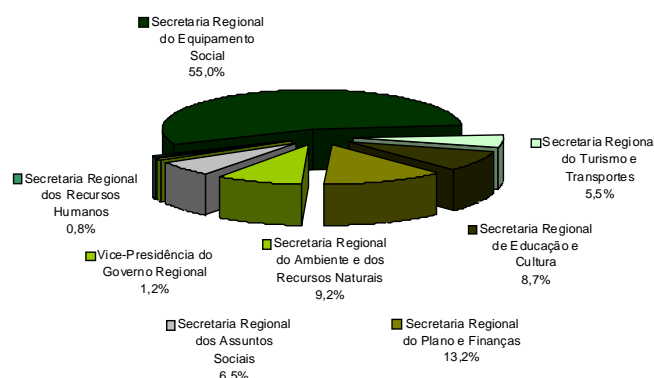
QUADRO 46 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR DEPARTAMENTOS (2007-2008)

Designação	(mil euros)							
	2007			2008			Variação 2008-2007	
	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	%
Vice-Presidência do Governo Regional	10.002,3	2,7	53,5	5.829,2	1,2	27,3	- 4.173,2	- 41,7
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	3.895,0	1,0	89,2	3.966,8	0,8	91,4	71,8	1,8
Secretaria Regional do Equipamento Social	162.303,6	43,6	49,7	278.112,4	55,0	86,1	115.808,9	71,4
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	22.496,7	6,0	69,6	27.746,3	5,5	78,5	5.249,6	23,3
Secretaria Regional de Educação e Cultura	43.317,9	11,6	83,2	43.934,9	8,7	86,6	617,0	1,4
Secretaria Regional do Plano e Finanças	75.741,9	20,3	76,9	66.850,8	13,2	71,5	- 8.891,0	- 11,7
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	48.525,4	13,0	56,9	46.560,4	9,2	54,5	- 1.965,0	- 4,0
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	6.324,0	1,7	46,8	32.931,3	6,5	77,8	26.607,3	420,7
Total	372.606,7	100,0	59,0	505.932,1	100,0	77,1	133.325,4	35,8

Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2007, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR. n.º 5/2007/M, de 23 de Julho.

Pela análise conjunta do QUADRO 46 e do GRÁFICO 18 observa-se que em 2008, à semelhança do sucedido nos anos anteriores, as Secretarias Regionais com maior volume de despesas de investimento realizadas foram, por ordem de grandeza a do *Equipamento Social*, do *Plano e Finanças*, do *Ambiente e Recursos Naturais* e da *Educação e Cultura*.

GRÁFICO 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO EM 2008, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA



No ponto 8 deste relatório apresentamos os projectos de investimentos de maior relevo executados por cada um dos Departamentos do Governo Regional.

7.3. INVESTIMENTOS DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

No QUADRO 47 é apresentada a distribuição das despesas com investimentos do Plano, por classificação funcional, nos anos de 2007 e 2008, informação esta respeitante aos níveis de execução e das variações ocorridas – em termos absolutos e relativos. Verificamos que, de 2007 para 2008, houve um aumento em todas as funções, com excepção das *Funções Gerais de Soberania*. De realçar que as *Funções económicas* e as *Funções sociais* conjuntamente aumentaram 76,7% em relação a 2007.

QUADRO 47 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO POR FUNÇÕES

(mil euros)

Designação	2007			2008			Variação 2008-2007	
	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	Estrutura	Taxa de Execução	Valor	%
Funções gerais de soberania	10.405,7	2,8	65,7	9.760,6	1,9	66,2	- 645,1	- 6,2
Serviços gerais da administração pública	6.502,8	1,7	65,2	5.581,1	1,1	86,6	- 921,8	- 14,2
Segurança e ordem públicas	3.902,9	1,0	66,5	4.179,6	0,8	50,4	276,7	7,1
	-	-	-	-	-	-	-	-
Funções sociais	200.884,8	53,9	59,7	252.793,6	50,0	75,6	51.908,9	25,8
Educação	43.320,1	11,6	51,1	52.830,9	10,4	76,7	9.510,8	22,0
Saúde	11.609,5	3,1	42,8	42.193,9	8,3	83,7	30.584,4	263,4
Segurança e acção sociais	-	-	-	-	-	-	-	-
Habituação e serviços colectivos	89.336,5	24,0	61,0	101.165,8	20,0	67,7	11.829,3	13,2
Serviços culturais, recreativos e religiosos	56.618,7	15,2	72,5	56.603,1	11,2	86,0	- 15,6	- 0,0
	-	-	-	-	-	-	-	-
Funções económicas	161.316,2	43,3	57,8	243.377,9	48,1	79,3	82.061,6	50,9
Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca	20.542,0	5,5	68,9	19.981,8	3,9	65,8	- 560,3	- 2,7
Indústria e energia	688,2	0,2	27,7	1.150,3	0,2	66,6	462,0	67,1
Transportes e comunicações	115.278,0	30,9	54,8	201.208,4	39,8	85,6	85.930,4	74,5
Comércio e turismo	21.462,4	5,8	65,2	17.356,4	3,4	48,9	- 4.105,9	- 19,1
Outras funções económicas	3.345,6	0,9	90,7	3.681,0	0,7	89,9	335,4	10,0
Outras funções	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	372.606,7	100,0	59,0	505.932,1	100,0	77,1	133.325,4	35,8

A concretização das despesas em projectos de investimentos do Plano inseridos nas *Funções sociais*, continuou a assumir um lugar de primazia no total. Com efeito, estas representam metade dos investimentos realizados no ano de 2008, tendo ascendido a 252,8 milhões de euros. Destas, 101,2 milhões de euros (40,0%) estiveram afectas à *Habituação e serviços colectivos*, 56,6 milhões de euros (22,4%) aos *Serviços culturais e recreativos* e 52,8 milhões de euros (20,9%) à *Educação*.

Estas despesas foram as mais significativas, sendo de realçar o aumento das despesas com *Saúde* em 30,6 milhões de euros.

De referir que as despesas em projectos de investimentos do Plano, inseridas nas *Funções económicas* foram de 243,4 milhões de euros, estando 201,2 milhões de euros (82,7%) afectas aos *Transportes e comunicações*. Note-se ainda que o aumento registado, de 50,9% comparativamente com o ano de 2007, foi explicado essencialmente pelas despesas inerentes a *Transportes e Comunicações*. Em termos relativos, o peso relativo destas despesas no total aumentou ligeiramente, de 30,9% para 39,8%.

Para finalizar, as despesas com as *Funções gerais de soberania* (9,8 milhões de euros) assumem uma importância residual no total dos investimentos do Plano. Mais precisamente, foram despendidos em *Serviços gerais da administração pública* 5,6 milhões de euros e em *Segurança e ordem públicas* 4,2 milhões de euros.

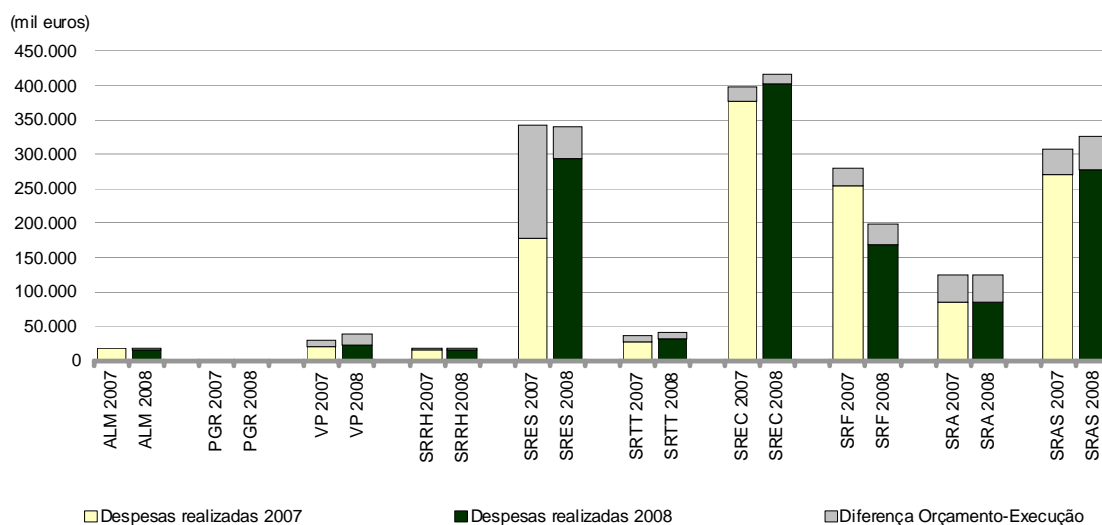
8.

ANÁLISE DOS SUBSECTORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

Neste ponto é apresentada a despesa realizada por Departamento do Governo Regional, evidenciando as componentes respeitantes ao funcionamento e aos investimentos do Plano, e realçando os projectos de investimentos de maior relevo. É ainda apresentada, para cada unidade orgânica, a informação consolidada com os Serviços e Fundos Autónomos da respectiva tutela.

De referir que, para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2007, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR n.º 5/2007/M, de 23 de Julho.

GRÁFICO 19 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2007/2008, POR DEPARTAMENTOS



No GRÁFICO 19 é ilustrada a evolução da despesa realizada nos diversos agrupamentos orgânicos entre 2007 e 2008, cuja análise será desenvolvida nos pontos seguintes.

8.1. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA

A Assembleia Legislativa da Madeira (ALM) realizou em 2008 despesas no montante correspondente a 98% do seu orçamento final. Em termos comparativos, a despesa executada pela ALM diminuiu 3,5% em relação ao ano de 2007 (Vd. QUADRO 48).

As Transferências correntes e de capital para a ALM constituem 1,3% do total das despesas realizadas, pelo Governo Regional, em 2008. No que concerne à natureza das transferências, refira-se que 98,1% das despesas realizadas, em 2008, têm natureza corrente, o que constitui uma diminuição de 3,0%, enquanto, por seu turno, as *Despesas de capital*, diminuíram 24,0%.

QUADRO 48 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - ALM

Designação	(mil euros)							
	2007			2008			Variação 2007-2008	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Despesas correntes	17.005,3	97,6	100,0	16.488,9	98,1	100,0	- 516,4	- 3,0
Transferências correntes	17.005,3	97,6	100,0	16.488,9	98,1	100,0	- 516,4	- 3,0
Despesas de capital	426,0	2,4	75,0	323,7	1,9	48,3	- 102,3	- 24,0
Transferências de capital	426,0	2,4	75,0	323,7	1,9	48,3	- 102,3	- 24,0
Total	17.431,2	100,0	99,2	16.812,6	100,0	98,0	- 618,6	- 3,5

Em termos consolidados, a execução orçamental de 2008 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira ascendeu a 14 489,6 mil euros (QUADRO 49). Verificamos que este montante reverteu na quase totalidade para despesas correntes, mais concretamente para *Despesas com o pessoal* (7,3 milhões de euros), *Transferências* para outros sectores (4,7 milhões de euros) e *Aquisição de bens e serviços* (2,2 milhões de euros). Em relação ao ano anterior, verifica-se uma diminuição das despesas consolidadas de 9,6%.

QUADRO 49 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - ALM

Designação	(mil euros)					
	ALM		SFA		Consolidado	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Despesas correntes	16.488,9	98,1	14.270,3	98,5	14.270,3	98,5
Despesas com o pessoal	-	-	7.326,1	50,6	7.326,1	50,6
Aquisição de bens e serviços	-	-	2.244,2	15,5	2.244,2	15,5
Transferências correntes						
Transferências - Adm. públicas	16.488,9	98,1	-	-	-	-
Transferências - Outras	-	-	4.699,7	32,4	4.699,7	32,4
Despesas de capital	323,7	1,9	219,4	1,5	219,4	1,5
Aquisição de bens de capital	-	-	219,4	1,5	219,4	1,5
Transferências de capital						
Transferências - Adm. públicas	323,7	1,9	-	-	-	-
Total	16.812,6	100,0	14.489,6	100,0	14.489,6	100,0

8.2. PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

A Presidência do Governo Regional (PGR) continua a ser o Departamento do Governo Regional com menor expressão em termos orçamentais.

QUADRO 50 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - PGR

Designação	(mil euros)								
	2007			2008			Variação 2007-2008		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
Despesas correntes	1.439,7	99,9	69,8	1.642,4	100,0	75,4	202,7	14,1	
Despesas com o pessoal	1.053,7	73,1	76,8	1.141,3	69,5	86,9	87,6	8,3	
Aquisição de bens e serviços	386,0	26,8	56,1	501,0	30,5	58,0	115,1	29,8	
Despesas de capital	1,0	0,1	27,5	0,2	0,0	4,9	- 0,8	- 82,1	
Aquisição de bens de capital	1,0	0,1	27,5	0,2	0,0	4,9	- 0,8	- 82,1	
Total	1.440,6	100,0	69,8	1.642,5	100,0	75,3	201,9	14,0	

As despesas incluídas neste agrupamento orgânico registaram um aumento em relação ao ano anterior de 14,0% (QUADRO 50), tendo o peso relativo deste departamento, no total da despesa, se mantido nos 0,1%. As *Despesas com o pessoal* constituem o agrupamento com maior importância relativa, no conjunto das despesas deste agrupamento orgânico, com um peso de 69,5%, seguindo-se a *Aquisição de bens e serviços*. O peso das despesas com a *Aquisição de bens de capital* no total realizado é irrelevante.

8.3. VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

O peso relativo da Vice-Presidência do Governo Regional (VP) na globalidade das despesas da RAM (1,7%), aumentou uma décima relativamente a 2007. Os encargos globais deste agrupamento orgânico aumentaram 1,9 milhões de euros, ou seja, 9,6% em relação aos realizados em 2007.

Os acréscimos de despesa em relação ao ano de 2007, por agrupamentos económicos, justificam-se, principalmente, pelo aumento das despesas afectas ao pessoal, praticamente na mesma grandeza da diminuição dos *Activos financeiros* (+5,95 e -5,29 milhões de euros, respectivamente), e pelo acréscimo com a *Aquisição de bens e serviços* (2,18 milhões de euros).

QUADRO 51 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - VP

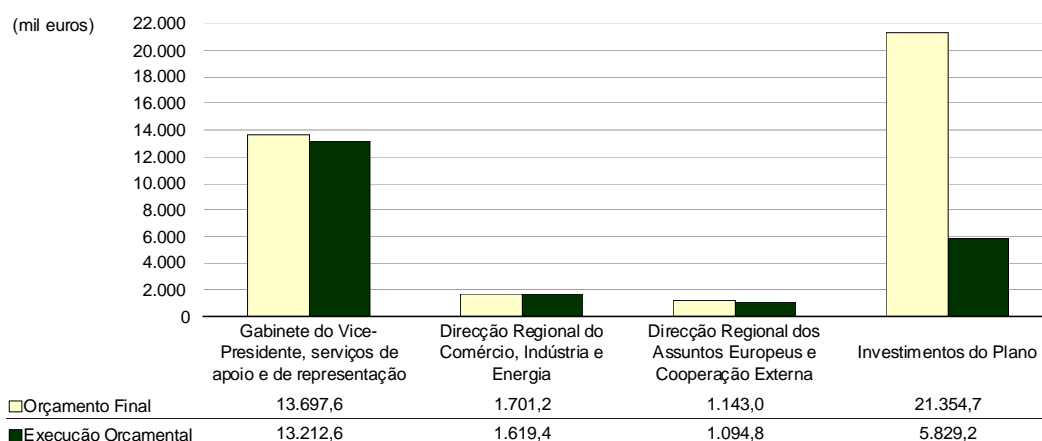
Designação	(mil euros)								
	2007			2008			Variação 2007-2008		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
Despesas correntes	11.859,7	59,7	69,1	18.423,7	84,7	55,4	6.564,1	55,3	
Despesas com o pessoal	6.219,9	31,3	98,0	12.179,3	56,0	99,3	5.959,4	95,8	
Aquisição de bens e serviços	1.916,8	9,7	29,2	4.098,3	18,8	22,7	2.181,5	113,8	
Transferências correntes	3.238,0	16,3	88,2	1.708,0	7,9	74,2	- 1.530,0	- 47,3	
Subsídios	147,3	0,7	81,4	126,4	0,6	36,1	- 21,0	- 14,2	
Outras despesas correntes	337,6	1,7	85,2	311,8	1,4	92,3	- 25,8	- 7,6	
Despesas de capital	7.993,5	40,3	65,8	3.332,3	15,3	72,2	- 4.661,2	- 58,3	
Aquisição de bens de capital	232,6	1,2	73,8	170,9	0,8	82,2	- 61,7	- 26,5	
Transferências de capital	2.005,0	10,1	35,7	2.702,4	12,4	68,5	697,4	34,8	
Activos financeiros	5.755,8	29,0	92,6	459,0	2,1	100,0	- 5.296,8	- 92,0	
Total	19.853,1	100,0	67,7	21.756,0	100,0	57,4	1.902,9	9,6	

Tal como em 2007, as verbas destinadas a *Despesas com o pessoal* deste agrupamento orgânico foram as mais preponderantes (QUADRO 51), seguindo-se a *Aquisição de bens e serviços* e as *Transferências de capital*.

As variações ocorridas neste Departamento do Governo Regional, no que concerne aos agrupamentos da despesa, tais como *Despesas com o pessoal*, *Aquisição de bens e serviços* e *Transferências correntes*, devem-se às alterações introduzidas pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, já devidamente contempladas no Orçamento de 2008, com efeitos nas regras de processamento das receitas e despesas dos designados serviços externos – Cartórios e Conservatórias sob a tutela da Vice-Presidência, através da Direcção Regional de Administração da Justiça.

Por capítulos, a taxa de execução orçamental foi mais significativa ao nível do orçamento de funcionamento, conforme se pode verificar pelo gráfico seguinte.

GRÁFICO 20 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - VP



De 2007 para 2008, os investimentos do Plano decresceram 4,2 milhões de euros, por via da diminuição acentuada das *Despesas de capital* em 4,8 milhões de euros (-60,1%), apesar do aumento das *Despesas correntes* em 611 mil euros. De referir que nas *Despesas correntes* registaram-se diminuições significativas em *Transferências correntes* (-64,5%) e em *Despesas com o pessoal* (-64,0%), apesar de inferiores ao aumento das *Aquisição de bens e serviços* de 1,1 milhões de euros (+104,3%).

As *Despesas de capital* afectas a investimentos, por seu turno diminuíram, em todos os agrupamentos económicos, com excepção das *Transferências de capital* (+31,3%). Os *Activos financeiros* diminuíram 92,0% e as *Aquisições de bens de capital* 50,5%. Em termos de peso relativo, as *Despesas de capital*, representam 54,5% do total das despesas do capítulo 50.

Neste departamento, são realçadas as despesas com os seguintes programas/projectos:

- *Programa de Implementação da Estratégia Regional para a Qualidade na RAM*, com 121 mil euros;
- *Sistema de Incentivos à Actividade Produtiva Regional – IDE*, com 1,1 milhões de euros;
- *Acções de Formação Profissional na Administração Pública Local – DRAPL*, com 163 mil euros;
- *Centro de Formalidade de Empresas CFE-IDE-RAM*, com 232 mil euros;
- *Madeira Parques Empresariais – Sociedade Gestora, MPE, SA*, com 459 mil euros;
- *Estação Terrestre do Programa Galileu – Madeira Tecnopólo, SA*, com 566 mil euros;
- *Modernização e Inovação Empresarial – CEIM, Lda.*, com 731 mil euros; e
- *Criação de Fundo de Garantia Mutua – IDE*, com 1,5 milhões.

As verbas despendidas pelos serviços tutelados pela Vice-Presidência do Governo Regional, em 2008 foram de 36,0 milhões de euros (Vd. QUADRO 52). Em termos consolidados, as despesas mais

relevantes estiveram afectas a *Despesas com o pessoal*, que estiveram maioritariamente afectas ao Capítulo 01 (o que se explica pelo peso das despesas com o pessoal da Direcção Regional da Administração da Justiça), à Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia e aos serviços e fundos autónomos. Seguiram-se os *Activos financeiros* (8,9 milhões de euros) e as *Transferências de capital* (7,1 milhões de euros).

QUADRO 52 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - VP

(mil euros)

Descrição	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Gab. VP e serviços de apoio e representação	D.R. Comércio, Ind. e Energia	D.R.A. Europeus Coop. Externa	Investimentos do Plano						
Despesas correntes	13.063,6	1.613,2	1.092,1	2.654,7	18.423,7	84,7	2.424,7	13,0	19.154,3	54,0
Despesas com o pessoal	9.738,9	1.469,9	967,7	2,8	12.179,3	56,0	1.623,2	8,7	13.802,5	38,9
Aquisição de bens e serviços	1.604,0	140,2	108,9	2.245,1	4.098,3	18,8	723,1	3,9	4.821,4	13,6
Transferências correntes	1.412,1	-	15,5	280,4	1.708,0	7,9	41,6	0,2	55,5	0,2
Subsídios	-	-	-	126,4	126,4	0,6	-	-	126,4	0,4
Outras despesas correntes	308,6	3,2	-	-	311,8	1,4	36,9	0,2	348,7	1,0
Despesas de capital	149,0	6,2	2,7	3.174,4	3.332,3	15,3	16.236,7	87,0	16.310,7	46,0
Aquisição de bens de capital	55,2	6,2	2,7	106,8	170,9	0,8	89,2	0,5	260,1	0,7
Transferências de capital	93,8	-	-	2.608,7	2.702,4	12,4	7.694,2	41,2	7.138,4	20,1
Activos financeiros	-	-	-	459,0	459,0	2,1	8.453,2	45,3	8.912,2	25,1
Total geral	13.212,6	1.619,4	1.094,8	5.829,2	21.756,0	100,0	18.661,4	100,0	35.465,1	100,0

As despesas globais com *Aquisição de bens e serviços* foram de 4,8 milhões de euros, afectas em 85,0% aos serviços integrados, mais concretamente, 2,2 milhões de euros para a realização de despesas integradas no plano de investimentos, 1,6 milhões de euros para os serviços incluídos no Capítulo 01 e o remanescente para as demais Direcções Regionais.

8.4. SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

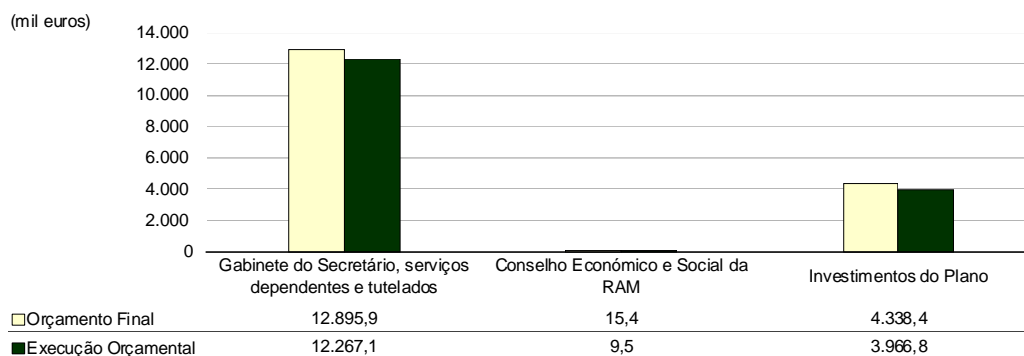
As despesas realizadas pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos (SRRH) têm um peso relativo de 1,2% no conjunto dos encargos da Região de 2008, tendo decrescido relativamente a 2007 em 0,1 pontos percentuais. Em termos absolutos, no período em análise ocorreu um decréscimo real das despesas de 495,4 mil euros.

QUADRO 53 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRRH

Designação	(mil euros)								
	2007			2008			Variação 2007-2008		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
Despesas correntes	12.791,1	76,4	92,2	13.129,2	80,8	93,7	338,1	2,6	
Despesas com o pessoal	5.496,8	32,8	98,1	5.794,6	35,7	98,8	297,8	5,4	
Aquisição de bens e serviços	1.563,1	9,3	64,7	1.596,2	9,8	69,5	33,0	2,1	
Transferências correntes	5.723,7	34,2	97,9	5.693,1	35,0	98,2	- 30,6	- 0,5	
Subsídios	7,5	0,0	100,0	44,9	0,3	100,0	37,4	498,6	
Outras despesas correntes	-	-	-	0,4	0,0	100,0	0,4	-	
Despesas de capital	3.947,7	23,6	97,7	3.114,2	19,2	96,0	- 833,5	- 21,1	
Aquisição de bens de capital	97,9	0,6	59,9	55,6	0,3	36,8	- 42,3	- 43,2	
Transferências de capital	49,8	0,3	63,8	58,6	0,4	62,5	8,8	17,7	
Activos financeiros	3.800,0	22,7	100,0	3.000,0	18,5	100,0	- 800,0	- 21,1	
Total	16.738,8	100,0	93,5	16.243,4	100,0	94,2	- 495,4	- 3,0	

As despesas correntes sofreram um ligeiro aumento, em resultado da variação das *Despesas com o pessoal*, das *Aquisições de bens e serviços* e dos *Subsídios*. Contudo, será de realçar que estes últimos continuam a deter pouca expressão no total das despesas desta Secretaria Regional. Excluindo as *Transferências de capital*, as rubricas incluídas nas *Despesas de capital* registaram diminuições ao nível da execução orçamental, quando comparados os valores de 2008 com os de 2007, nomeadamente a *Aquisição de bens de capital* (-43,2%) e os *Activos financeiros* (-21,1%).

GRÁFICO 21 – DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRRH



As despesas incluídas no capítulo 01 - Gabinete do Secretário Regional, serviços dependentes e tutelados, constituem 75,5% do total desta Secretaria (GRÁFICO 21). O remanescente respeita aos investimentos do Plano e, residualmente, ao Conselho Económico e Social da RAM. De realçar ainda a elevada taxa de execução orçamental da SRRH (94,2% em termos globais).

Na Secretaria Regional dos Recursos Humanos, as despesas afectas ao capítulo 50 totalizaram 3,97 milhões de euros, reflectindo uma taxa de execução de 91,4%. Os programas que mais se destacaram em termos de execução foram: *Apoio a Organizações de Juventude* com 45,9 mil euros e *Digitalização de Equipamentos* com 162,3 mil euros, ambos com 100% de taxa de execução. Seguiu-se as *Acções de apoio junto às Comunidades Madeirenses* com 208 mil euros, o programa *Jovens em Formação* com 188 mil euros e o *Plano Regional de Emprego* com 2,9 milhões de euros. As despesas afectas ao programa *Juventude activa - DRJ* foram de 41,8 mil euros.

Em 2008, a despesa global realizada pelos serviços tutelados pela SRRH foi de 19,6 milhões de euros, dos quais 8,7 milhões de euros estiveram afectos ao IRE e o remanescente aos serviços integrados (Vd. QUADRO 54). Conforme se pode verificar, as *Despesas correntes* que foram de 16,5 milhões de euros, explicam a quase totalidade dos encargos da SRRH.

QUADRO 54 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SRRH

(mil euros)

Descrição	Capítulos			Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Gabinete do Secretário e serviços de apoio	Conselho Económico Social da RAM	Investimentos do Plano						
Despesas correntes	9.265,6	9,5	3.854,1	13.129,2	80,8	8.634,9	99,2	16.484,7	84,1
Despesas com o pessoal	5.778,5	-	16,1	5.794,6	35,7	2.317,9	26,6	8.112,5	41,4
Aquisição de bens e serviços	1.065,6	9,5	521,1	1.596,2	9,8	1.200,4	13,8	2.796,6	14,3
Transferências correntes	2.421,1	-	3.272,0	5.693,1	35,0	3.578,7	41,1	3.992,4	20,4
Subsídios	0,0	-	44,9	44,9	0,3	1.533,0	17,6	1.577,9	8,0
Outras despesas correntes	0,4	-	-	0,4	0,0	5,0	0,1	5,4	0,0
Despesas de capital	3.001,4	0,0	112,8	3.114,2	19,2	67,9	0,8	3.123,5	15,9
Aquisição de bens de capital	0,6	-	55,0	55,6	0,3	61,4	0,7	117,0	0,6
Transferências de capital	0,8	-	57,8	58,6	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Activos financeiros	3.000,0	-	-	3.000,0	18,5	6,5	0,1	3.006,5	15,3
Total geral	12.267,1	9,5	3.966,8	16.243,4	100,0	8.702,8	100,0	19.608,2	100,0

Por agrupamentos económicos, destacam-se as *Despesas com o pessoal* com 8,1 milhões de euros, o que deve-se à natureza das atribuições deste departamento do Governo Regional, os *Activos financeiros* com 3,0 milhões de euros, as *Transferências correntes* com 4,0 milhões de euros (devido às transferências efectuadas pelo IRE para o sector institucional das Famílias e sociedades e quase-sociedades não financeiras) e os *Subsídios* (1,6 milhões de euros, executados na quase totalidade pelo IRE).

8.5. SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL

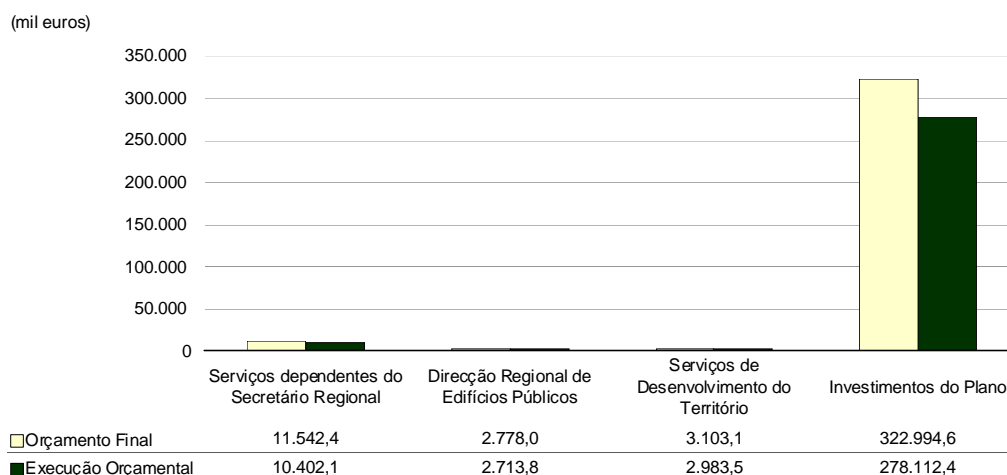
Em 2008, a execução orçamental da Secretaria Regional do Equipamento Social (SRES) ascendeu a 294,2 milhões de euros, ou seja, mais 116,5 milhões de euros do que em 2007. Desta verba, 177,0 milhões de euros foram canalizados para *Despesas de capital*, essencialmente para a *Aquisição de bens de capital*. Os restantes 117,2 milhões de euros ficaram afectos a *Despesas correntes*.

QUADRO 55 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRES

Designação	(mil euros)							
	2007			2008			Variação 2007-2008	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Despesas correntes	68.503,1	38,5	58,3	117.239,0	39,8	95,3	48.735,9	71,1
Despesas com o pessoal	10.419,0	5,9	98,7	9.731,0	3,3	97,1	- 688,1	- 6,6
Aquisição de bens e serviços	56.892,2	32,0	53,9	106.245,3	36,1	95,3	49.353,1	86,7
Transferências correntes	1.169,7	0,7	85,1	1.245,8	0,4	85,1	76,1	6,5
Outras despesas correntes	22,2	0,0	84,7	16,9	0,0	94,3	- 5,3	- 23,9
Despesas de capital	109.198,3	61,5	48,4	176.972,8	60,2	81,4	67.774,6	62,1
Aquisição de bens de capital	105.557,3	59,4	47,8	172.244,2	58,5	82,9	66.687,0	63,2
Transferências de capital	2.141,0	1,2	61,7	1.128,6	0,4	38,2	- 1.012,4	- 47,3
Activos financeiros	1.500,0	0,8	100,0	3.600,0	1,2	53,7	2.100,0	140,0
Total	177.701,4	100,0	51,8	294.211,8	100,0	86,4	116.510,4	65,6

Do QUADRO 55 conclui-se que os acréscimos de despesa, de 2007 para 2008, resultaram essencialmente do aumento das despesas com a *Aquisição de bens de capital* e *Aquisição de bens e serviços* (explicam em 99,6% o aumento total registado).

GRÁFICO 22 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRES



As despesas de capital, continuam a assumir um peso predominante na estrutura da despesa deste departamento, com 60,2 % do total das despesas efectuadas. Por capítulos, sobressai a despesa realizada em investimentos do Plano, continuando a ser visível o esforço prosseguido pelo Governo Regional no sentido de canalizar as verbas para as rubricas de investimento, que em 2008 ascenderam a cerca de 278,1 milhões de euros (GRÁFICO 22).

Das despesas afectas a projectos de investimento, 101,2 milhões correspondem a *Despesas correntes* e 176,9 milhões a *Despesas de capital*. Das *Despesas correntes* destacam-se as *Aquisições de bens e serviços* com 101,1 milhões, correspondente a 99,9% das despesas correntes e a 36,4% das despesas totais do capítulo 50.

Este departamento em 2008, executou mais 115,8 milhões de euros (+71,4%), de despesas do capítulo 50, do que no ano de 2007 e continuou a ser responsável por uma parte considerável do valor global de verbas dos investimentos, 55,0% (+11,4 pontos percentuais comparativamente a 2007).

QUADRO 56 – PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRES

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
CENTRO CIVICO DE S. MARTINHO-DROT	5.017,7	98,4%
REDIMENSIONAMENTO DE INFRAESTRUTURAS ESCOLARES-DREP	5.066,0	60,8%
ESCOLA SECUNDARIA HORACIO BENTO DE GOUVEIA-DREP	5.533,1	100,0%
CONSTRUCAO DE ESCOLAS BASICAS DO 1º CICLO-DREP	5.535,8	80,0%
CONSOLIDACAO E ESTABEL.DE FALESIAS E TALUDES-DROT	6.854,0	95,1%
CONSTR.POLIDESPORTIVO EM ESCOLAS BAS. E SECUNDARIAS-DREP	7.048,2	94,6%
LIGACAO DO NO DA VIA RAPIDA A CIDADE DE CAMARA DE LOBOS-DROT	7.776,0	99,9%
ACESSO AO PARQUE EMPRESARIAL DA RIBEIRA BRAVA-DROT	10.040,2	100,0%
OUTRAS ACCOES,SERVICOS E INTERVENCOES RODOVIARIAS-DROT	25.157,0	95,0%
MODERNIZACAO,CONSTR. E GESTAO INFRAESTR.RODOVIARIAS-GAB.SEC	94.481,7	96,1%
(1) Total dos Projectos	172.509,8	94,2%
(2) Total da SRES	278.112,4	86,1%
(3) Peso dos projectos na SRES	62,0%	

(1) Total dos 10 projectos com maior volume monetário executado

(2) Total do Capítulo 50 da SRES

(3) Peso do (1) sobre o (2)

O QUADRO 56 apresenta um resumo dos projectos que mais se destacaram nesta Secretaria, complementado pela taxa de execução dos projectos no seu conjunto e na Secretaria. Em termos globais, a taxa de execução orçamental dos investimentos do plano deste departamento foi de 86,1%. Os projectos acima indicados detêm um peso de 62,0% no total da estrutura da despesa executada e representam uma evolução no peso de 6,9 pontos percentuais.

Consolidando a despesa realizada em 2008, serviços integrados e serviços e fundos autónomos, continua a destacar-se o valor das despesas afectas a capital (177,0 milhões de euros) e, mais concretamente, a *Aquisição de bens de capital* com uma execução de 172,8 milhões de euros. De

seguida, destaca-se a *Aquisição de bens e serviços* com 106,5 milhões de euros, as *Despesas com o pessoal* com 10,9 milhões de euros e os *Activos financeiros* com 3,6 milhões de euros.

QUADRO 57 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SRES

(mil euros)

Descrição	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Serviços Dep. Secretário Regional	Direcção Regional de Edifícios Públicos	Serviços de Desenvol. do Território	Investimentos do Plano						
Despesas correntes	10.372,7	2.713,4	2.982,0	101.170,9	117.239,0	39,8	1.476,1	72,3	117.471,8	39,9
Despesas com o pessoal	4.162,2	2.670,0	2.898,9	-	9.731,0	3,3	1.189,6	58,3	10.920,6	3,7
Aquisição de bens e serviços	5.001,3	43,4	83,2	101.117,4	106.245,3	36,1	282,0	13,8	106.527,3	36,2
Transferências correntes	1.192,3	-	-	53,5	1.245,8	0,4	-	-	2,5	0,0
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	16,9	-	-	-	16,9	0,0	4,5	0,2	21,4	0,0
Despesas de capital	29,4	0,4	1,5	176.941,5	176.972,8	60,2	565,2	27,7	176.986,9	60,1
Aquisição de bens de capital	24,0	0,4	1,5	172.218,3	172.244,2	58,5	565,2	27,7	172.809,5	58,7
Transferências de capital	5,4	-	-	1.123,2	1.128,6	0,4	-	-	577,4	0,2
Activos financeiros	-	-	-	3.600,0	3.600,0	1,2	-	-	3.600,0	1,2
Total geral	10.402,1	2.713,8	2.983,5	278.112,4	294.211,8	100,0	2.041,4	100,0	294.458,7	100,0

8.6. SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E TRANSPORTES

A execução orçamental da Secretaria Regional do Turismo e Transportes (SRTT) aumentou 20,9% de 2007 para 2008, devido aos acréscimos em todos os agrupamentos económicos das despesas correntes, com excepção das *Transferências correntes* (-11,3%). Ao nível das despesas de capital, a excepção dá-se com o aumento das *Aquisições de bens* (+54,2). A taxa de execução orçamental deste departamento passou de 72,6% em 2007 para 80,5% em 2008.

QUADRO 58 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRTT

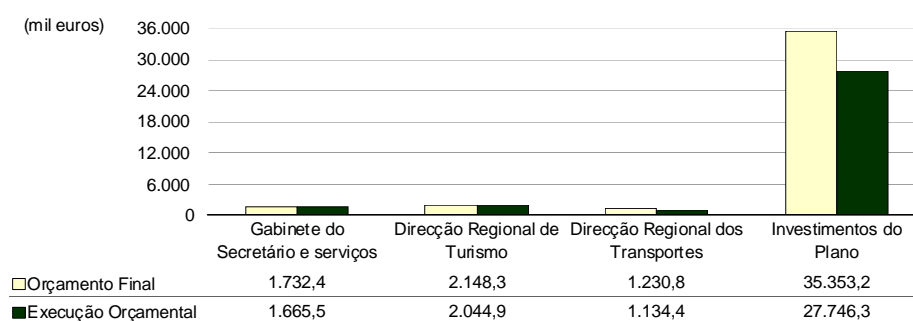
Designação	(mil euros)								
	2007			2008			Variação 2007-2008		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
Despesas correntes	20.617,5	76,5	67,7	27.470,6	84,3	81,9	6.853,0	33,2	
Despesas com o pessoal	3.987,1	14,8	98,3	4.141,1	12,7	96,8	154,1	3,9	
Aquisição de bens e serviços	8.731,5	32,4	68,5	10.285,0	31,6	75,6	1.553,6	17,8	
Transferências correntes	4.099,6	15,2	93,5	3.638,3	11,2	84,4	- 461,3	- 11,3	
Subsídios	3.775,2	14,0	40,9	9.380,3	28,8	83,0	5.605,1	148,5	
Outras despesas correntes	24,2	0,1	66,7	25,9	0,1	75,2	1,6	6,7	
Despesas de capital	6.329,2	23,5	95,2	5.120,5	15,7	73,9	- 1.208,7	- 19,1	
Aquisição de bens de capital	77,4	0,3	37,2	119,4	0,4	67,5	41,9	54,2	
Transferências de capital	301,8	1,1	61,7	187,1	0,6	100,0	- 114,7	- 38,0	
Activos financeiros	5.950,0	22,1	100,0	4.814,0	14,8	73,3	- 1.136,0	- 19,1	
Total	26.946,8	100,0	72,6	32.591,1	100,0	80,5	5.644,3	20,9	

À semelhança do sucedido em 2007, as despesas correntes da SRTT constituem a quase totalidade dos encargos deste agrupamento orgânico, explicadas essencialmente pela *Aquisição de bens e serviços* e pelos *Subsídios* (QUADRO 58). Os acréscimos nas *despesas correntes* decorrem do aumento em *Subsídios* (+5,6 milhões de euros) e em *Aquisição de bens e serviços* (+1,6 milhões de euros). As despesas de capital inversamente diminuíram (-19,1%), por efeito das reduções nas *Transferências de capital* e nos *Activos financeiros*.

No GRÁFICO 23, estão apresentadas as execuções orçamentais por capítulo, verificando-se que todos os agrupamentos orgânicos desta Secretaria Regional registaram taxas de execução próximas dos 100%, à excepção do capítulo 50, com 78,5%.

Em 2008, as despesas com em investimentos do Plano ascenderam a 27,7 milhões de euros, representando um peso de 85,1%, relativamente às despesas totais desta Secretaria. Este valor evidencia parte do aumento das *Despesas correntes* (de 33,2%).

GRÁFICO 23 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRTT



O conjunto dos três maiores projectos, *Sistemas de Gestão de Transportes, Sector Público Empresarial – APRAM, S.A.* e *Iluminações Decorativas*, totalizou 18,9 milhões de euros, correspondendo a 68,1% do total das despesas do capítulo 50 desta Secretaria Regional.

Distribuindo as despesas realizadas em 2008 por serviços tutelados pela SRTT, verifica-se que as despesas mais significativas estiveram afectas ao Capítulo 50 (27,7 milhões de euros), seguindo-se a Direcção Regional de Turismo com 2,0 milhões de euros, o Capítulo 01 com 1,7 milhões de euros e a Direcção Regional dos Transportes Terrestres com 1,1 milhões de euros.

QUADRO 59 - DESPESA ORÇAMENTAL 2008, POR CAPÍTULOS E NATUREZA - SRTT

(mil euros)

Descrição	Capítulos				Total Serviços Integrados	
	01	02	03	50	Valor	Estrutura
	Gabinete do Secretário e serviços de apoio	Direcção Regional de Turismo	Direcção Regional dos Transportes Terrestres	Investimentos do Plano		
Despesas correntes	1.665,2	2.044,9	1.133,5	22.627,0	27.470,6	84,3
Despesas com o pessoal	1.097,0	1.974,5	1.025,5	44,1	4.141,1	12,7
Aquisição de bens e serviços	542,4	70,4	108,0	9.564,2	10.285,0	31,6
Transferências correntes	-	-	-	3.638,3	3.638,3	11,2
Subsídios	-	-	-	9.380,3	9.380,3	28,8
Outras despesas correntes	25,9	-	-	-	25,9	0,1
Despesas de capital	0,3	0,0	0,9	5.119,3	5.120,5	15,7
Aquisição de bens de capital	0,3	-	0,9	118,2	119,4	0,4
Transferências de capital	-	-	0,0	187,1	187,1	0,6
Activos financeiros	-	-	-	4.814,0	4.814,0	14,8
Total geral	1.665,5	2.044,9	1.134,4	27.746,3	32.591,1	100,0

Por classificação económica da despesa, temos um total de 27,5 milhões de euros de natureza corrente e 5,1 milhões de euros de despesas de capital. Nas despesas correntes os gastos foram mais expressivos na *Aquisição de bens e serviços* (10,3 milhões de euros) e nos *Subsídios* (9,4 milhões de euros).

8.7. SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria Regional de Educação e Cultura (SREC), no seguimento do ano anterior, registou uma taxa de execução orçamental superior a 96%. Acompanhado de um acréscimo das despesas realizadas no período em análise (6,8%), o peso relativo desta entidade no total das despesas realizadas pelo Governo Regional aumentou 0,4 pontos percentuais.

QUADRO 60 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SREC

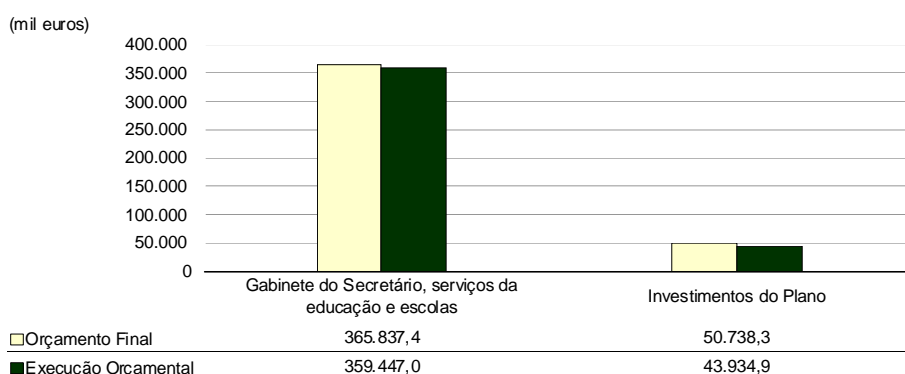
Designação	(mil euros)								
	2007			2008			Variação 2007-2008		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
Despesas correntes	363.841,8	96,4	95,8	389.403,4	96,5	97,7	25.561,6	7,0	
Despesas com o pessoal	264.429,7	70,0	98,8	283.532,7	70,3	99,8	19.103,0	7,2	
Aquisição de bens e serviços	23.077,0	6,1	73,2	28.540,3	7,1	84,7	5.463,4	23,7	
Juros e outros encargos	29,2	0,0	98,6	2,4	0,0	19,0	- 26,8	- 91,9	
Transferências correntes	75.876,0	20,1	95,9	76.680,3	19,0	96,4	804,3	1,1	
Subsídios	419,4	0,1	32,8	508,4	0,1	44,4	89,0	21,2	
Outras despesas correntes	10,5	0,0	7,1	139,3	0,0	92,1	128,7	1.220,6	
Despesas de capital	13.771,6	3,6	77,6	13.978,5	3,5	77,6	207,0	1,5	
Aquisição de bens de capital	4.337,8	1,1	72,8	3.414,6	0,8	61,9	- 923,2	- 21,3	
Transferências de capital	9.433,7	2,5	80,0	10.563,9	2,6	84,6	1.130,2	12,0	
Total	377.613,3	100,0	95,0	403.381,9	100,0	96,8	25.768,6	6,8	

Os encargos correntes assumem a quase totalidade dos encargos desta Secretaria Regional, explicados sobretudo pelas *Despesas com o pessoal*, pelas *Transferências correntes* e pela *Aquisição de bens e serviços* (QUADRO 60). De 2007 para 2008, os aumentos da despesa foram mais significativos ao nível das *Despesas com o pessoal* (19,1 milhões de euros) e da *Aquisição de bens e serviços* (5,5 milhões de euros).

Os valores afectos a *Transferências correntes e de capital*, reflectem o apoio dado quer aos serviços e fundos autónomos, quer a diversas instituições particulares de solidariedade social. Com efeito, em 2008 as transferências correntes para os outros sectores, ascenderam a 76,7 milhões de euros (+1,1%).

Através do GRÁFICO 24 estão expressos os níveis de execução orçamental registados em 2008. Demonstra-se assim, face aos níveis de execução, que apenas foram previstos pelo Governo Regional as verbas necessárias e imprescindíveis ao normal funcionamento dos serviços.

GRÁFICO 24 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SREC



As despesas com investimento executadas pela Secretaria Regional de Educação e Cultura totalizaram, aproximadamente, 43,9 milhões de euros (+1,4%). Os projectos que mais se destacaram, incluídos no programa desta Secretaria Regional, constam do QUADRO 61.

Assistiu-se em 2008 à profusão de iniciativas culturais com comemorações históricas, reforçando-se a aposta no plano de difusão cultural.

QUADRO 61 - PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SREC

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
ARQUIVO REGIONAL(DRAC)	886,9	93,4%
BENEFICIACAO DO MUSEU QUINTA DAS CRUZES(DRAC)	933,7	99,9%
DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO-DRFP	1.499,8	68,4%
APOIO CONSTR REMOD APETREC ESTAB ENSINO REDE PRIVADA-DRPRE	2.328,2	65,1%
ACCIOES DE FORMACAO PROFISSIONAL-EPHTM	3.338,3	84,5%
APOIOS CONCEDIDOS PELO IDRAM PARA PRÁTICAS DESPORTIVAS	26.679,8	98,0%
(1) Total dos Projectos	35.666,6	92,7%
(2) Total da SREC	43.934,9	86,6%
(3) Peso dos projectos na SREC	81,2%	

(1) Total dos projectos com maior volume financeiro executado

(2) Total do Capítulo 50 da SREC

(3) Peso do (1) sobre o (2)

Em 2008, ao nível dos investimentos do Plano, destacam-se as despesas correntes que assumiram 70,5% do total da despesa executada, sendo o remanescente em despesas de capital, com 12,9 milhões. Das despesas correntes, 23,6 milhões de euros, dizem respeito a *Transferências correntes* (-0,7% que no ano transacto). A taxa de execução orçamental deste capítulo foi na generalidade das mais altas (com 86,6% de execução), superior em 3,4% ao ano anterior.

No QUADRO 62 é apresentada a distribuição da despesa total pelos serviços tutelados pela Secretaria Regional de Educação e Cultura, incluindo serviços e fundos autónomos.

As verbas destinadas ao orçamento de funcionamento normal assumem 89,1% do total realizado pelos serviços integrados e 86,8% do total consolidado da SRE. Efectivamente, ao Capítulo 01 estiveram afectos 359,4 milhões de euros, distribuídos, essencialmente, pelas *Despesas com o pessoal* (283,3 milhões de euros) e pelas *Transferências correntes* (53,0 milhões de euros). Nos serviços e fundos autónomos, as despesas correntes (51,6 milhões de euros) continuam a superar as despesas de capital, cujo valor despendido foi de 7,9 milhões de euros.

QUADRO 62 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SREC

(mil euros)

Descrição	Capítulos		Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	50						
	Gabinete Secretário, serviços educação e escolas	Investimentos do Plano	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Despesas correntes	358.412,6	30.990,7	389.403,4	96,5	51.579,9	86,7	399.922,6	96,6
Despesas com o pessoal	283.311,0	221,7	283.532,7	70,3	11.662,2	19,6	295.194,9	71,3
Aquisição de bens e serviços	21.913,2	6.627,1	28.540,3	7,1	16.691,3	28,1	45.231,7	10,9
Juros e outros encargos	2,4	-	2,4	0,0	125,7	0,2	128,0	0,0
Transferências correntes	53.046,8	23.633,5	76.680,3	19,0	22.934,6	38,6	58.554,3	14,1
Subsídios	-	508,4	508,4	0,1	-	-	508,4	0,1
Outras despesas correntes	139,2	0,0	139,3	0,0	166,1	0,3	305,3	0,1
Despesas de capital	1.034,4	12.944,2	13.978,5	3,5	7.885,7	13,3	14.041,7	3,4
Aquisição de bens de capital	595,5	2.819,1	3.414,6	0,8	448,8	0,8	3.863,4	0,9
Transferências de capital	438,8	10.125,1	10.563,9	2,6	7.436,9	12,5	10.178,3	2,5
Total geral	359.447,0	43.934,9	403.381,9	100,0	59.465,5	100,0	413.964,3	100,0

Consolidando a despesa, temos gastos com o pessoal de 295,2 milhões de euros, com as *Transferências correntes* de 58,6 milhões de euros, com a *Aquisição de bens e serviços* de 45,2 milhões de euros e com as *Transferências de capital* de 10,2 milhões de euros. As despesas realizadas nos demais agrupamentos económicos de despesa foram menos significativas.

8.8. SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

Conforme o QUADRO 63 as despesas efectuadas pela Secretaria Regional do Plano e Finanças (SRPF) registaram uma redução de -34,0%, de 2007 para 2008, em consequência da diminuição acentuada com as *Despesas de capital* (-68,5%), para um peso de 34,3% no total deste departamento.

QUADRO 63 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRPF

Designação	(mil euros)								
	2007			2008			Variação 2007-2008		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
Despesas correntes	71.790,7	28,2	88,2	110.483,3	65,7	93,3	38.692,7	53,9	
Despesas com o pessoal	14.583,0	5,7	98,2	15.384,2	9,2	99,3	801,2	5,5	
Aquisição de bens e serviços	8.894,6	3,5	73,4	10.313,9	6,1	88,5	1.419,3	16,0	
Juros e outros encargos	37.195,5	14,6	99,6	47.271,3	28,1	96,5	10.075,8	27,1	
Transferências correntes	8.612,5	3,4	87,8	8.079,4	4,8	92,0	- 533,0	- 6,2	
Subsídios	1.811,7	0,7	28,6	5.202,9	3,1	67,7	3.391,2	187,2	
Outras despesas correntes	693,4	0,3	75,1	24.231,5	14,4	93,9	23.538,1	3.394,6	
Despesas de capital	183.100,0	71,8	92,1	57.638,7	34,3	70,8	- 125.461,3	- 68,5	
Aquisição de bens de capital	30.919,5	12,1	83,4	29.528,4	17,6	81,4	- 1.391,0	- 4,5	
Transferências de capital	36.757,6	14,4	79,6	26.925,5	16,0	62,5	- 9.832,1	- 26,7	
Activos financeiros	900,0	0,4	100,0	300,0	0,2	57,1	- 600,0	- 66,7	
Passivos financeiros	114.523,0	44,9	99,9	884,8	0,5	88,5	- 113.638,2	- 99,2	
Total	254.890,7	100,0	91,0	168.122,0	100,0	84,1	- 86.768,7	- 34,0	

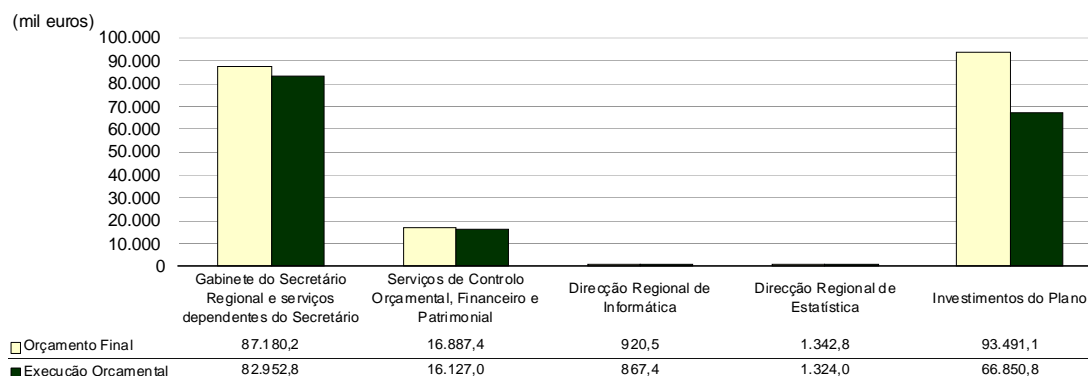
As *Despesas correntes* aumentaram 38,7 milhões de euros, devido aos acréscimos de despesa com *Juros e outros encargos* (+10,1 milhões de euros), *Aquisição de bens e serviços* (+1,4 milhões de euros), *Outras despesas correntes* (+24,2 milhões de euros) e mais residualmente com *Despesas com o pessoal* (+801 mil euros) e com *Aquisições de bens e serviços* (+1,4 milhões de euros). De notar que em 2008 foram registados em *Outras despesa correntes* cerca de 18,5 milhões de euros, respeitantes à entrega da receita de ISP consignada à RAMEDM, com efeitos a partir de 2008 (Decreto Legislativo Regional n.º 23/07, de 13 de Dezembro), e os 5,3 milhões de euros relativos aos encargos de cobrança do IVA.

As despesas de capital, por seu turno, diminuíram 125,5 milhões de euros, fundamentalmente pela diminuição dos *Passivos financeiros* (113,6 milhões de euros), pelo facto de não terem sido registadas operações com efeitos neste agrupamento.

A execução orçamental ao nível do funcionamento normal, em 2008 foi muito próxima dos valores orçamentados, com uma taxa de execução de 95,2%, enquanto no capítulo 50 a taxa de execução orçamental situou-se nos 71,5%. Quanto à distribuição das despesas deste agrupamento orgânico,

apresentada no GRÁFICO 25, demonstra que as verbas inscritas no capítulo 50 assumem 39,8% da estrutura da despesa da SRPF.

GRÁFICO 25 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRPF



A despesa do capítulo 50 apresentou uma diminuição de 8,9 milhões de euros (-11,7%) em relação a 2007. Esta diminuição decorre fundamentalmente das componentes das *Despesas de capital*, que diminuíram 17,8%, em virtude da menor execução orçamental ao nível das *Transferências de capital* (-26,7%), da Aquisição de bens de capital (-5,5%) e das Transferências de capital (-26,7%). Os investimentos realizados que mais se destacaram, pelo seu valor, foram os indicados no QUADRO 64.

QUADRO 64 – PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRPF

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS-DRP	1.208,7	100,0%
MUNICÍPIO DA PONTA DO SOL	1.466,9	61,1%
MUNICÍPIO DE MACHICO	2.017,7	62,6%
MUNICÍPIO DO FUNCHAL	3.382,9	53,9%
APOIO AO FINANCIAMENTO-IHM	3.425,6	90,9%
MUNICÍPIO DE CAMARA DE LOBOS	4.868,6	86,9%
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ	4.898,7	79,2%
MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA	5.145,6	91,9%
APOIO COMPENSATORIO A HABITACAO COM FINS SOCIAIS-IHM	5.202,9	67,7%
INFRA ESTRUTURAS PUBLICAS-DRP	26.263,9	79,6%
(1) Total dos Projectos	57.881,5	77,2%
(2) Total da SRPF	66.850,8	71,5%
(3) Peso dos projectos na SRPF	86,6%	

(1) Total dos 10 projectos com maior volume monetário executado

(2) Total do Capítulo 50 da SRPF

(3) Peso do (1) sobre o (2)

No QUADRO 65 está expressa a distribuição das despesas afectas a todos os serviços tutelados pela SRPF. A despesa total consolidada (170,4 milhões de euros) esteve afectada maioritariamente aos

Capítulos 01 (83,0 milhões de euros) e 50 (66,9 milhões de euros), seguindo-se a despesa com os serviços de controlo orçamental, financeiro e patrimonial (16,1 milhões de euros) e com os serviços e fundos autónomos (6,1 milhões de euros).

QUADRO 65 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SRPF

(mil euros)

Descrição	Capítulos					Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	04	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Gab. Secr. Reg. serv. depend. Secretário Regional	Serviços de controlo orçamental, financeiro e patrimonial	Direcção Regional de Informática	Direcção Regional de Estatística	Investimentos do Plano						
Despesas correntes	81.941,4	14.917,5	867,4	1.324,0	11.433,0	110.483,3	65,7	5.829,0	96,1	112.626,9	66,1
Despesas com o pessoal	2.986,1	10.270,3	810,9	1.299,0	18,0	15.384,2	9,2	3.209,2	52,9	18.593,4	10,9
Aquisição de bens e serviços	3.528,5	4.621,2	56,5	25,0	2.082,7	10.313,9	6,1	1.577,1	26,0	11.891,0	7,0
Juros e outros encargos	47.271,3	-	-	-	-	47.271,3	28,1	-	-	47.271,3	27,7
Transferências correntes	3.950,0	-	-	-	4.129,4	8.079,4	4,8	998,8	16,5	5.392,8	3,2
Subsídios	-	-	-	-	5.202,9	5.202,9	3,1	-	-	5.202,9	3,1
Outras despesas correntes	24.205,5	26,0	-	-	-	24.231,5	14,4	43,9	0,7	24.275,5	14,2
Despesas de capital	1.011,4	1.209,5	-	-	55.417,9	57.638,7	34,3	238,0	3,9	57.745,2	33,9
Aquisição de bens de capital	9,9	1.209,5	-	-	28.309,0	29.528,4	17,6	238,0	3,9	29.766,5	17,5
Transferências de capital	116,6	-	-	-	26.808,8	26.925,5	16,0	-	-	26.793,9	15,7
Activos financeiros	-	-	-	-	300,0	300,0	0,2	-	-	300,0	0,2
Passivos financeiros	884,8	-	-	-	-	884,8	0,5	-	-	884,8	0,5
Total geral	82.952,8	16.127,0	867,4	1.324,0	66.850,8	168.122,0	100,0	6.067,0	100,0	170.372,1	100,0

Na Secretaria Regional do Plano e Finanças destaca-se o peso das despesas correntes, o que se deve aos *Juros e outros encargos* e às *Outras despesas correntes*. Nas despesas de capital sobressai a execução da *Aquisição de bens de capital* e das *Transferências de bens de capital*.

8.9. SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

A Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRA) assume 6,5% do total das despesas, ou seja, 85,3 milhões de euros, verba esta ligeiramente superior à verificada em 2007 (QUADRO 66).

QUADRO 66 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRA

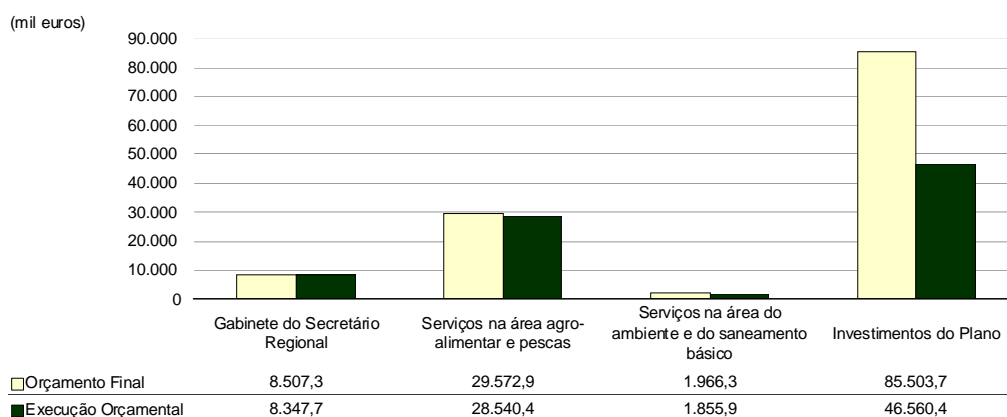
Designação	(mil euros)								
	2007			2008			Variação 2007-2008		
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%	
Despesas correntes	56.295,8	66,0	82,4	59.462,5	69,7	84,8	3.166,8	5,6	
Despesas com o pessoal	31.614,7	37,1	96,6	32.803,4	38,5	97,7	1.188,8	3,8	
Aquisição de bens e serviços	7.464,3	8,8	49,7	7.612,7	8,9	52,9	148,4	2,0	
Transferências correntes	15.246,5	17,9	88,7	7.272,3	8,5	85,3	- 7.974,1	- 52,3	
Subsídios	1.969,1	2,3	58,1	11.739,5	13,8	86,6	9.770,4	496,2	
Outras despesas correntes	1,3	0,0	25,3	34,5	0,0	85,2	33,3	2.663,0	
Despesas de capital	28.974,4	34,0	51,8	25.841,9	30,3	46,6	- 3.132,4	- 10,8	
Aquisição de bens de capital	18.667,3	21,9	52,6	16.914,0	19,8	48,8	- 1.753,3	- 9,4	
Transferências de capital	9.085,4	10,7	48,8	8.190,4	9,6	46,7	- 895,0	- 9,9	
Activos financeiros	1.221,7	1,4	64,6	737,5	0,9	22,8	- 484,2	- 39,6	
Total	85.270,1	100,0	68,6	85.304,5	100,0	67,9	34,3	0,0	

As despesas correntes efectuadas aumentaram 5,6%, a par do aumento do seu peso relativo no total da SRA (+3,7 pontos percentuais). Este aumento prende-se essencialmente com a evolução ocorrida nos *Subsídios* (+9,8 milhões de euros), apesar da diminuição significativa ocorrida na rubrica das *Transferências correntes* (-8,0 milhões de euros).

Nas despesas de capital verificou-se uma diminuição em todas as rubricas, com particular destaque para as *Aquisições de bens de capital* (-1,7 milhões de euros), *Transferências de capital* e *Activos financeiros*, com variações de -9,9 e -39,6%, respectivamente.

Esta Secretaria Regional foi responsável pela execução orçamental de 9,2% das despesas totais realizadas pelo Governo Regional com investimentos do Plano, que em 2008 ascenderam a 46,6 milhões de euros (taxa de execução de 54,5%, inferior em 2,3 pontos percentuais relativamente a 2007). Ao nível do orçamento de funcionamento normal, as discrepâncias entre a execução e os valores orçamentados são menos relevantes, apresentando uma taxa de execução de 96,7%.

GRÁFICO 26 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRA



No QUADRO 67 constam os projectos que mais se destacaram, quer em termos de valor, quer em termos de taxa de execução orçamental.

QUADRO 67 - PRINCIPAIS PROJECTOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS PELA SRA

Designação	Valor (mil euros)	Taxa de execução
APOIO AS CASAS DO POVO E ASSOCIACOES DE DESENV RURAL-DRADR	1.249,0	83,3%
DEST FINAL AGUAS RESID FREG PAUL MAR JARDIM MAR PRAZER-DRSB	1.472,9	57,7%
PROG DE EQUILIBRIO DO SISTEMA DA VALOR AMBIENTE S.A.-VAMB	1.555,3	97,2%
REFORMULACAO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DA ETAR DO CANICO-DRSB	1.695,2	24,3%
DESTINO FINAL AGUAS RESIDUAIS FREG.CALHETA-ARCO CALHETA-DRSB	1.818,8	43,4%
INFRA-ESTRUTURAS DO SISTEMA DA VALOR AMBIENTE S.A.-VAMB	2.257,5	71,7%
DESTINO FINAL DE AGUAS RESIDUAIS DE MACHICO-DRSB	2.749,4	50,8%
AGRICULTURA E DESENV.RURAL-APOIOS NO AMBITO DO PAR-DRADR	5.065,5	65,1%
LABORATORIO REG.DE VETERINARIA E SEGURANCA ALIMENTAR-DRADR	5.311,8	84,2%
EXPLORACAO DO SISTEMA DA VALOR AMBIENTE S.A.-VAMB	8.277,0	92,0%
(1) Total dos Projectos	31.452,3	64,9%
(2) Total da SRA	46.560,4	54,5%
(3) Peso dos projectos na SRA	67,6%	

(1) Total dos 10 projectos com maior volume monetário executado

(2) Total do Capítulo 50 da SRA

(3) Peso do (1) sobre o (2)

Distribuindo a despesa por serviços, sobressai o peso das despesas com investimentos do Plano, com os serviços afectos à área agro-alimentar e pescas e com os serviços e fundos autónomos. As despesas afectas ao Gabinete do Secretário Regional foram de 8,3 milhões de euros, sendo 4,6 milhões de euros destinados a transferências para serviços e fundos autónomos.

Em termos consolidados a despesa ascendeu a 88,9 milhões de euros, dos quais, 61,5 milhões de euros estiveram afectos a despesas correntes e 27,4 milhões de euros a despesas de capital (Vd. QUADRO 68).

QUADRO 68 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SRA

(mil euros)

Descrição	Capítulos				Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	02	03	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Gabinete do Secretário Regional	Serviços na área agro-alimentar e pescas	Serviços áreas ambiente e saneamento básico	Investimentos do Plano						
Despesas correntes	8.333,9	28.537,4	1.855,4	20.735,8	59.462,5	69,7	7.842,3	81,9	61.502,9	69,2
Despesas com o pessoal	2.782,6	27.424,4	1.764,1	832,4	32.803,4	38,5	4.538,0	47,4	37.341,5	42,0
Aquisição de bens e serviço	883,0	1.112,2	91,4	5.526,2	7.612,7	8,9	3.065,6	32,0	10.678,3	12,0
Transferências correntes	4.635,6	-	-	2.636,7	7.272,3	8,5	109,6	1,1	1.580,0	1,8
Subsídios	-	-	-	11.739,5	11.739,5	13,8	30,8	0,3	11.770,3	13,2
Outras despesas correntes	32,8	0,8	-	1,0	34,5	0,0	98,3	1,0	132,9	0,1
Despesas de capital	13,8	3,1	0,4	25.824,6	25.841,9	30,3	1.729,8	18,1	27.425,7	30,8
Aquisição de bens de capita	1,0	3,1	0,4	16.909,5	16.914,0	19,8	1.729,8	18,1	18.643,8	21,0
Transferências de capital	12,9	-	-	8.177,6	8.190,4	9,6	-	-	8.044,4	9,0
Activos financeiros	-	-	-	737,5	737,5	0,9	-	-	737,5	0,8
Total geral	8.347,7	28.540,4	1.855,9	46.560,4	85.304,5	100,0	9.572,1	100,0	88.928,6	100,0

Nas despesas correntes sobressaem as *Despesas com o pessoal* com 37,3 milhões de euros e os *Subsídios* com 11,8 milhões de euros. As despesas com *Aquisição de bens de capital* (18,6 milhões de euros) e com *Transferências de capital* (8,0 milhões de euros), foram as mais significativas ao nível das despesas de capital.

8.10. SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

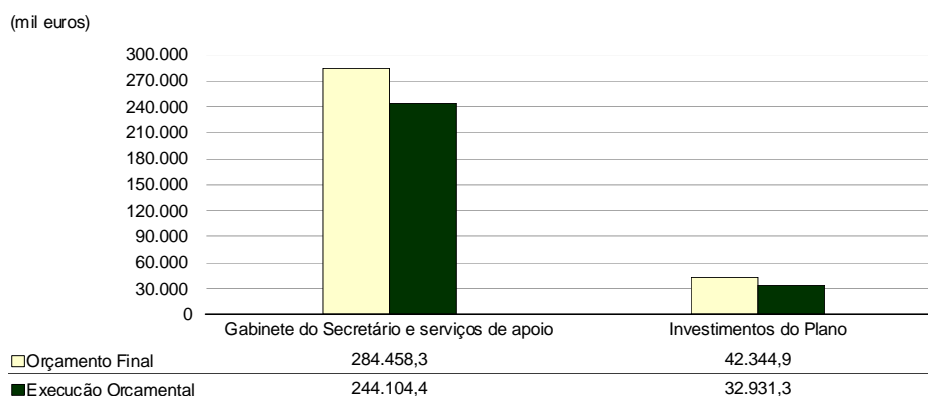
Em 2008, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS) aumentou o valor da sua execução orçamental, em cerca de 2,3%. Neste departamento do Governo Regional as *Transferências correntes* detêm um peso primordial devido ao facto das verbas que são transferidas para os serviços da área da Saúde, onde se inclui o IASAÚDE, IP-RAM, serem canalizadas através deste agrupamento económico.

QUADRO 69 - DESPESAS ORÇAMENTAIS POR NATUREZA 2007/2008 - SRAS

Designação	(mil euros)							
	2007			2008			Variação 2007-2008	
	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	Estrutura	Taxa Execução	Valor	%
Despesas correntes	266.171,4	98,3	89,6	245.461,5	88,6	85,8	- 20.709,9	- 7,8
Despesas com o pessoal	3.468,9	1,3	91,7	2.468,8	0,9	94,9	- 1.000,2	- 28,8
Aquisição de bens e serviços	1.077,9	0,4	52,4	1.384,2	0,5	70,4	306,3	28,4
Transferências correntes	261.624,6	96,7	89,8	241.599,8	87,2	85,8	- 20.024,8	- 7,7
Outras despesas correntes	-	-	-	8,7	0,0	96,5	8,7	-
Despesas de capital	4.507,9	1,7	38,9	31.574,2	11,4	77,6	27.066,3	600,4
Aquisição de bens de capital	1.861,2	0,7	52,1	1.953,1	0,7	32,2	92,0	4,9
Transferências de capital	2.646,7	1,0	33,1	3.871,0	1,4	43,6	1.224,3	46,3
Activos financeiros	-	-	-	25.750,0	9,3	100,0	25.750,0	-
Total	270.679,3	100,0	87,7	277.035,6	100,0	84,8	6.356,3	2,3

Desagregando a despesa de 2008 por serviços temos que a quase totalidade das despesas efectuadas pela SRAS, encontra-se inscrita no capítulo 01 - Gabinete do Secretário e serviços de apoio, cuja taxa de execução orçamental foi de 88,1% (Vd. GRÁFICO 27 e QUADRO 69). Os investimentos do Plano, registaram uma execução orçamental que ascende a 32,9 milhões de euros.

GRÁFICO 27 - DESPESAS ORÇAMENTAIS EM 2008, POR CAPÍTULOS - SRAS



No capítulo dos investimentos do Plano, ocorreu um aumento significativo de 26,6 milhões de euros da execução orçamental, essencialmente, da parte das *Despesas de capital* (+26,8 milhões de euros), em virtude dos Activos financeiros, que explicam 96,2% desse incremento (25,8 milhões de euros). Este facto, decorre do aumento do capital social do Serviço de Saúde da RAM, EPE. As *Despesas correntes* diminuíram ligeiramente em 6,7% (170 mil euros).

Destaque-se os programas desenvolvidos pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais que estiveram afectos ao apoio à construção de quartéis e apoio às associações de bombeiros (8,0 milhões de euros) e a implementação do Plano Director do Hospital Central do Funchal com 1,3 milhões de euros.

QUADRO 70 - DESPESA ORÇAMENTAL CONSOLIDADA 2008, POR NATUREZA - SRAS

(mil euros)

Descrição	Capítulos		Total Serviços Integrados		SFA		Consolidado	
	01	50	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
	Gabinete do Secretário e serviços de apoio	Investimentos do Plano						
Despesas correntes	243.074,0	2.387,4	245.461,5	88,6	238.056,9	98,6	245.852,8	88,7
Despesas com o pessoal	2.468,8	-	2.468,8	0,9	3.918,0	1,6	6.386,8	2,3
Aquisição de bens e serviços	1.238,7	145,5	1.384,2	0,5	59.146,6	24,5	60.530,8	21,8
Juros e outros encargos	-	-	-	-	5.636,0	2,3	5.636,0	2,0
Transferências correntes	239.357,9	2.241,9	241.599,8	87,2	169.333,1	70,1	173.267,4	62,5
Outras despesas correntes	8,7	-	8,7	0,0	23,1	0,0	31,8	0,0
Despesas de capital	1.030,3	30.543,8	31.574,2	11,4	3.466,8	1,4	31.292,1	11,3
Aquisição de bens de capital	5,7	1.947,5	1.953,1	0,7	335,1	0,1	2.288,3	0,8
Transferências de capital	1.024,7	2.846,4	3.871,0	1,4	3.131,6	1,3	7.002,6	2,5
Activos financeiros	-	25.750,0	25.750,0	9,3	-	0,0	22.001,1	7,9
Total geral	244.104,4	32.931,3	277.035,6	100,0	241.523,6	100,0	277.144,9	100,0

Analisando a despesa consolidada, verifica-se que o total executado ascendeu a 277,1 milhões de euros, sendo mais significativas as despesas de natureza corrente (245,9 milhões de euros). Nestas, realçamos o valor afecto a *Transferências correntes* (173,3 milhões de euros) e a *Aquisição de bens e serviços* (60,5 milhões de euros). As despesas de capital foram de 31,3 milhões de euros.

9.

OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS

Nas operações extra-orçamentais, consideram-se as entradas e saídas de fundos da Conta da Região que não são receita orçamental mas que têm expressão na tesouraria do Governo Regional (conforme Decreto – Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro).

Através da Circular n.º 2/ORÇ/2004, de 15 de Janeiro, foi criada a desagregação 05, na Receita e na Despesa, nomeadamente, 17.05 e 12.05, com a designação “*Recursos próprios de terceiros*” de forma a serem consideradas todas as situações que até então estavam incluídas em *Recursos próprios de terceiros* e passíveis de enquadramento no agrupamento das *Operações extra-orçamentais*.

É de referir ainda que, apesar de no Decreto-Lei n.º 26/2002, estar indicado que as *Reposições abatidas nos pagamentos*, ou seja, as receitas resultantes de entrada de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos ocorridos no próprio ano, devem constar das operações extra-orçamentais, no grupo 03. Até ao momento, tal não se tem aplicado à Região, devido a dificuldades em operacionalizar a alteração da contabilização.

No mapa Anexo XXVII são indicadas as *Reposições abatidas nos pagamentos*, em 2008, por departamentos. Esse valor consta ainda do mapa Anexo I – *Conta geral dos fluxos financeiros da Região Autónoma da Madeira* e mapa Anexo XXVIII - *Conta geral das operações de tesouraria e transferência de fundos*. Em 2008, o seu valor ascendeu a 24,2 milhões de euros dos quais 24,1 milhões de euros, estiveram afectos à saída de fundos da Secretaria Regional do Plano e Finanças.

QUADRO 71 - CONTA GERAL DOS FLUXOS DAS OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS DE 2008

ENTRADA	Importâncias (em euros)	SÁIDA	Importâncias (em euros)
Saldo existente em 1 de Janeiro de 2008 de operações extra-orçamentais:	30.859.523,52	Operações extra-orçamentais	289.119.899,60
de contas de ordem	0,00	12.01. Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado	36.791.694,97
de recursos próprios de terceiros e outras	30.859.523,52	12.02. Outras operações de tesouraria	2.056.988,92
		12.03. Contas de Ordem	108.652.140,50
		12.05. Recursos próprios de terceiros	141.619.075,21
Operações extra-orçamentais	274.599.956,94		
17.01. Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado	36.935.978,81	Saldo existente em 31 de Dezembro de 2008 de operações extra-orçamentais:	16.339.580,86
17.02. Outras operações de tesouraria	1.449.541,25	de contas de ordem	0,00
17.04. Contas de Ordem	108.652.140,50	de recursos próprios de terceiros e outras	16.339.580,86
17.05. Recursos próprios de terceiros	127.562.296,38		
Total	305.459.480,46	Total	305.459.480,46

No QUADRO 71 é apresentado o resumo da Conta geral dos fluxos das operações extra-orçamentais de 2008 verificando-se, pela sua análise que, as entradas de fundos relacionadas com estas operações ascenderam a 274,6 milhões de euros e as saídas de fundos a 289,1 milhões de euros. O saldo dos movimentos registados em 2008 foi de 16,3 milhões de euros, para o qual contribuíram, essencialmente, as entradas e saídas de fundos ao nível dos *Recursos próprios de terceiros* (17.05 na Receita e 12.05 na Despesa).

Com efeito, considerando o saldo existente em 1 de Janeiro de 2008, de 30,9 milhões de euros, mais o saldo dos movimentos registados ao longo do ano, temos um saldo existente em 31 de Dezembro de 2008 de 16,3 milhões de euros. À semelhança do sucedido no ano anterior, este saldo está afecto na totalidade a *Recursos próprios de terceiros* e *Outras operações de tesouraria*. O saldo afecto a *Contas de Ordem* é nulo conforme se pode constatar no quadro anterior.

QUADRO 72 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS EM 2008

ENTRADA	Importâncias (em euros)	SAÍDA	Importâncias (em euros)
17. Operações extra-orçamentais:		12. Operações extra-orçamentais:	
<u>17.01. Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado</u>	<u>36.935.978,81</u>	<u>12.01. Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado</u>	<u>36.791.694,97</u>
Caixa Geral de Aposentações	13.136.617,25	Caixa Geral de Aposentações	13.104.146,67
Direcção Regional de Segurança Social	2.957.506,19	Direcção Regional de Segurança Social	2.870.260,78
IRS- Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	18.728.667,24	IRS- Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	18.728.667,24
Outras	2.113.188,13	Outras	2.088.620,28
17.02. Outras operações de tesouraria	1.449.541,25	12.02. Outras operações de tesouraria	2.056.988,92
Desc Venc Funcionários p/ Sentenças Judiciais	179.325,71	Desc Venc Funcionários p/ Sentenças Judiciais	179.277,75
Sindicato de Professores da Região	243.825,47	Sindicato de Professores da Região	243.825,47
Mútua dos Pescadores	312.417,26	Mútua dos Pescadores	297.988,60
Outras	713.972,81	Outras	1.335.897,10
<u>17.04. Contas de Ordem</u>	<u>108.652.140,50</u>	<u>12.03. Contas de Ordem</u>	<u>108.652.140,50</u>
Assembleia Legislativa da Madeira	154.726,35	Assembleia Legislativa da Madeira	154.726,35
Serviços e fundos autónomos da Vice-Presidência do Governo Regional	17.395.306,44	Serviços e fundos autónomos da Vice-Presidência do Governo Regional	17.395.306,44
Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional dos Recursos Humanos	3.446.589,54	Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional dos Recursos Humanos	3.446.589,54
Serviços e fundos autónomos da SR do Equipamento Social	245.402,23	Serviços e fundos autónomos da SR do Equipamento Social	245.402,23
Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional de Educação e Cultura	11.816.573,72	Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional de Educação e Cultura	11.816.573,72
Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional do Plano e Finanças	71.133.220,30	Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional do Plano e Finanças	71.133.220,30
Serviços e fundos autónomos da SR do Ambiente e dos Recursos Naturais	4.091.044,19	Serviços e fundos autónomos da SR do Ambiente e dos Recursos Naturais	4.091.044,19
Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	369.277,73	Serviços e fundos autónomos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	369.277,73
<u>17.05. Recursos próprios de terceiros</u>	<u>127.562.296,38</u>	<u>12.05. Recursos próprios de terceiros</u>	<u>141.619.075,21</u>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	53.595.641,86	Fundo de Equilíbrio Financeiro	53.595.641,86
Fundo Social Municipal	4.815.379,00	Fundo Social Municipal	4.815.379,00
IRS - Transferências correntes	7.771.706,00	IRS - Transferências correntes	7.771.706,00
Finanças Locais-Transferências Juntas de Freguesias	4.157.020,02	Finanças Locais-Transferências Juntas de Freguesias	4.157.020,02
INTERREG	7.583.717,85	INTERREG	23.223.275,01
Diversos	49.638.831,65	Diversos	48.056.053,32
Total geral	274.599.956,94	Total geral	289.119.899,60

A desagregação dos movimentos relativos a estas operações, efectuados durante o ano de 2008, consta do QUADRO 72.

Nas *Operações de tesouraria*, destacam-se os movimentos relacionados com a retenção e entrega de verbas afectas ao “IRS – *Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares*”, que totalizaram 18,7 milhões de euros, seguindo-se as operações relacionadas com a Caixa Geral de Aposentações que foram de 13,1 milhões de euros.

Os movimentos expressos nas *Outras operações de tesouraria* (17.02 e 12.02) foram menos significativos: 1,4 milhões de euros nas entradas e 2,1 milhões de euros nas saídas.

Os movimentos registados ao nível das *Contas de ordem* saldaram-se ao longo do ano, ou seja, a entradas de fundos no valor de 108,7 milhões de euros corresponderam saídas de fundos no mesmo valor. Neste agrupamento destacam-se os movimentos de receitas próprias efectuados pelos serviços e fundos autónomos tutelados pelo Plano e Finanças, Vice-Presidência do Governo Regional e Educação e Cultura.

Nos capítulos 17.05 e 12.05 - *Recursos próprios de terceiros*, têm maior peso os movimentos relacionados com as transferências para os municípios que totalizam 51,9% das entradas e 46,7% das saídas. Seguem-se os fundos comunitários em saldo nos cofres do Instituto de Desenvolvimento Regional (cerca de 32,1 milhões de euros) e o INTERREG (7,6 milhões de euros de entradas registadas no Capítulo 17.05 e 23,2 milhões de euros saídos, subagrupamento 12.05).

10. SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

A Conta dos Serviços e Fundos Autónomos do ano económico de 2008, apresentou os reflexos das modificações efectuadas ao nível destes Serviços, no âmbito da orgânica do X Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Neste sentido, o Centro de Estudos de História do Atlântico deixou de depender da Secretaria Regional do Turismo, passando essa tutela a ser exercida pela Secretaria Regional da Educação e Cultura.

A nível da Secretaria Regional do Plano e Finanças, o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) sucedeu ao Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (IFC). Para além de assegurar na íntegra nas atribuições do IFC, o IDR viu alargado o seu leque de competências, com destaque para as atribuições que lhe são cometidas na execução das políticas de desenvolvimento regional (área do planeamento) e na gestão dos programas de cooperação territorial aplicados à Região.

O IDR enquanto autoridade de gestão dos dois novos Programas Operacionais Regionais (FEDER e FSE) da Madeira, integrados no QREN, tem competência para efectuar os pagamentos respeitantes à contrapartida comunitária do financiamento dos projectos apresentados pelos diversos promotores, sendo que, um pequeno universo destes são entidades que, pela sua natureza, estão impossibilitados de manifestar estas verbas como receitas do Orçamento da Região. Este instituto, continua a assegurar esta operação de manifestação das receitas dos pagamentos de fundos comunitários, com a ressalva de se ter introduzido, agora, melhorias no circuito processual, visando a sua desburocratização e simplificação, visando maior celeridade na sua execução, com claros reflexos quer na “*performance*” da execução dos PO, quer em garantir a chegada do financiamento às entidades em tempo útil.

Assim, a partir de 2008 assistimos então a uma redução dos valores constantes na componente PIDDAR do Orçamento da Região, resultante do facto do IDR ter deixado de inscrever nas receitas e nas despesas do seu orçamento privativo, os projectos (POPRAM III-FEDER, POPRAM III-IFOP, POPRAM III-FEOGA). Passaram apenas a se concretizar através das operações extra-orçamentais, mais precisamente através dos recursos próprios de terceiros, manifestando-os à mesma nos cofres do Governo Regional, através do circuito de contas de ordem.

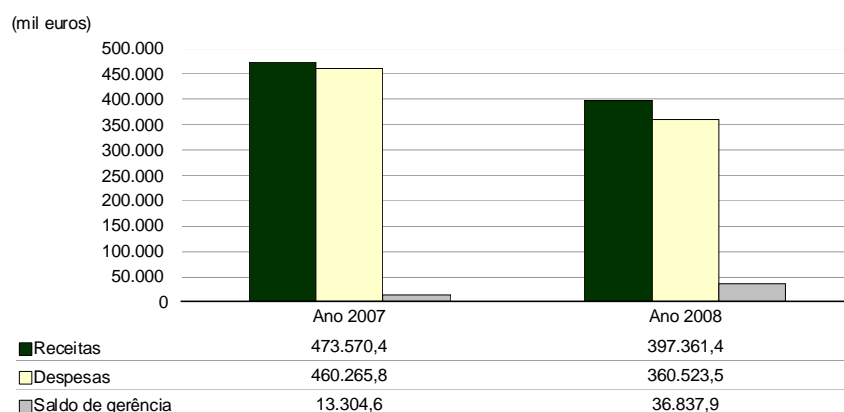
Na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos (DRGDR), criado pelo Decreto-Legislativo Regional n.º 27/2003/M, pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, foi extinta com a publicação do Decreto-Legislativo Regional n.º 22/2008/M, de 23 de Junho, sucedendo-lhe o Instituto

de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM a partir do dia 30 de Junho de 2008, resultante da fusão da Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos, Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública e Serviço Regional de Prevenção da Toxicodependência.

O IASAÚDE, IP-RAM, tem por missão proceder à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação, planeamento e avaliação em saúde, bem como assegurar a gestão dos recursos humanos e financeiros, da formação profissional, das instalações e equipamentos, dos sistemas e tecnologias de informação do Serviço Regional de Saúde e dos serviços da administração directa e indirecta, à tutela da SRAS.

Nos valores totais que se apresentam nos mapas das receitas e das despesas dos SFA, anexos ao presente relatório, não se consideraram os montantes das *Operações extra-orçamentais*. Na sequência da aplicação do classificador económico das receitas e despesas públicas, estabelecido através do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, passou a distinguir-se das receitas de capital os *Recursos próprios comunitários*, as *Reposições não abatidas nos pagamentos* e o *Saldo de gerência anterior, de receitas próprias*.

GRÁFICO 28 - RECEITAS E DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2007-2008)



O valor das receitas dos Serviços e Fundos Autónomos, em 2008, foi superior ao das despesas, apurando-se um saldo para a gerência seguinte, de receitas próprias, no valor de 36,8 milhões de euros (GRÁFICO 28).

10.1. RECEITA

Em 2008 a receita efectiva dos serviços, institutos e fundos autónomos totalizou o valor de 397,4 milhões de euros, traduzindo um decréscimo de 16,1% face à execução de 2007 o que reflectiu por um lado, o facto do Instituto de Desenvolvimento Regional ter passado a contabilizar os projectos POPRAM III-FEDER, POPRAM III-IFOP e POPRAM III-FEOGA em Recursos próprios de terceiros, e por outro a diminuição das receitas do Fundo de Gestão para os Programas da Direcção Regional de Pescas (-74,9%). Esta quebra ficou a se dever, de entre outros factores, à conclusão de todos os projectos no âmbito do programa IFOP, em Dezembro de 2007, nomeadamente o *Projecto dos Recifes*, cujo peso orçamental era significativo no total da execução do referido orçamento privativo.

As receitas da Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos e do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM diminuíram, no seu conjunto, cerca de 40,8 milhões de euros (-14,6%), relativamente às que se registaram em 2007 nessa Direcção Regional. O Instituto de Desenvolvimento Regional, pelas razões já atrás descritas, viu também o valor das suas receitas diminuírem em cerca de 91,6% relativamente à gerência de 2007.

As receitas dos Fundos Escolares, no seu conjunto, diminuíram em 2008, cerca de 1,4 milhões de euros.

Contraopondo-se a esta evolução será de destacar o aumento das receitas cobradas pelo Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira (+13,0 milhões de euros), bem como o aumento das receitas do Instituto de Desenvolvimento Empresarial (+6,8 milhões de euros), do Instituto Regional de Emprego (+1,9 milhões de euros), da Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural — PAR (+1,6 milhões de euros), da Assembleia Legislativa da Madeira e do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira (cada um deles com um aumento de, aproximadamente, 0,9 milhões de euros), e do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira (+530,4 mil euros). O Laboratório Regional de Engenharia Civil e o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira apresentaram também aumentos das suas receitas, respectivamente de 377,3 e de 99,4 mil euros.

As receitas correntes totais, no valor de 346,2 milhões de euros, registaram uma diminuição de 8,3%, relativamente ao total arrecadado no ano precedente, o que se deveu essencialmente ao decréscimo verificado nas *Transferências correntes*, provenientes da *Administração Regional* (-20,7 milhões de euros), *sociedades e quase-sociedades não financeiras* (-22,0 milhões de euros) e *instituições sem fins lucrativos* (-10,4 mil euros).

As receitas de capital dos SFA ascenderam a cerca de 38,1 milhões de euros em 2008. Representaram cerca de 9,6% da receita total deste subsector e foram inferiores em 51,3 milhões de euros, comparativamente a 2007, devendo-se, especialmente, ao decréscimo de 54,8 milhões de euros verificado no registo das *Transferências do Resto do mundo - União Europeia* e ainda à diminuição das receitas obtidas com os Activos Financeiros (-448,0 mil euros).

O valor do Saldo da gerência anterior, de receitas próprias, foi superior ao que se registou em 2007 em cerca de 6,7 milhões de euros.

O QUADRO 73 mostra a estrutura das receitas dos Serviços e Fundos Autónomos por classificação económica em 2007 e 2008.

QUADRO 73 – RECEITA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (2007-2008)

Designação	(mil euros)					
	2007		2008		Variação 2008 / 2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas correntes						
Impostos directos	734,3	0,2	1.973,1	0,5	1.238,7	168,7
Impostos directos	426,2	0,1	1.087,6	0,3	661,4	155,2
Taxas, multas e outras penalidades	5.482,0	1,2	10.774,1	2,7	5.292,1	96,5
Rendimentos da propriedade	232,8	0,0	487,6	0,1	254,8	109,5
Transferências correntes	362.805,6	76,6	322.676,3	81,2	- 40.129,4	- 11,1
Venda de bens e serviços correntes	5.801,0	1,2	6.714,8	1,7	913,8	15,8
Outras receitas correntes	2.040,2	0,4	2.471,3	0,6	431,2	21,1
Soma	377.522,1	79,7	346.184,7	87,1	- 31.337,4	- 8,3
Receitas de capital						
Venda de bens de investimento	3,3	0,0	5,1	0,0	1,8	53,3
Transferências de capital	87.360,6	18,4	36.501,0	9,2	- 50.859,6	- 58,2
Activos financeiros	2.027,4	0,4	1.579,4	0,4	- 448,0	- 22,1
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	s./s.
Outras receitas de capital	7,4	0,0	0,5	0,0	- 6,9	- 93,1
Soma	89.398,7	18,9	38.086,0	9,6	- 51.312,6	- 57,4
Recursos próprios comunitários	-	-	-	-	-	s./s.
Reposições não abatidas nos pagamentos	463,8	0,1	205,8	0,1	- 258,0	- 55,6
Saldo da gerência anterior (de receitas próprias)	6.185,8	1,3	12.884,8	3,2	6.699,1	108,3
Total receitas	473.570,4	100,0	397.361,4	100,0	- 76.209,0	- 16,1
Saldo da gerência anterior (de operações de tesouraria e RPT)	6.736,0		3.646,9		- 3.089,1	- 45,9
Operações extra-orçamentais	213.403,1		307.607,0		94.203,9	44,1
Total	693.709,4		708.615,2		14.905,8	2,1

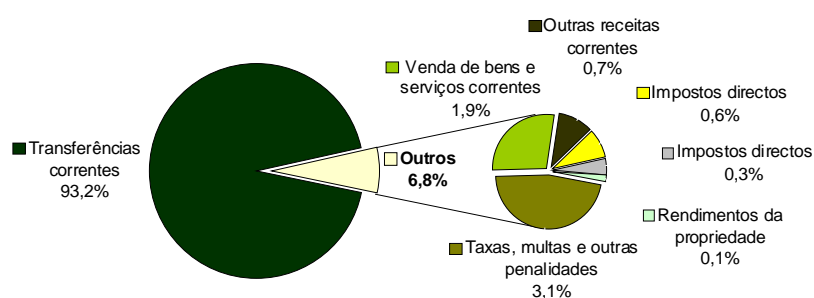
De referir mais uma vez que, na sequência da aplicação do classificador económico das receitas e das despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro — passou-se a distinguir o capítulo das *Operações extra-orçamentais*, onde se englobam as operações que apenas têm expressão na tesouraria, não sendo consideradas receita orçamental. São elas as *Receitas do Estado*, as *Operações de tesouraria*, as *Reposições abatidas nos pagamentos*, as *Contas de ordem* e ainda os *Recursos próprios de terceiros*.

Em 2008, o capítulo 17 - *Operações extra-orçamentais*, foi de 307,6 milhões de euros, tendo um aumento de 94,2 milhões de euros, relativamente a 2007 e isto devido à nova forma de registo dos projectos POPRAM III-FEDER, POPRAM III-IFOP, POPRAM III-FEOGA efectuada pelo IDR, a partir de 2008. O agrupamento das *Contas de ordem*, com 108,7 milhões de euros, representou 35,3%

deste capítulo e o dos *Recursos próprios de terceiros*, com 191,1 milhões de euros, o dobro do valor do ano anterior, constituiu cerca de 62,1% do mesmo.

A estrutura das receitas correntes e de capital dos SFA pode ser observada através dos gráficos seguintes. As *Transferências correntes* constituem 93,2% das *Receitas correntes* (GRÁFICO 29) e as *Transferências de capital* cerca de 97,7% da componente capital da receita. Nestas rubricas estão inscritas as verbas transferidas da Administração Regional, da Administração Central, Local e Segurança social, das instituições sem fins lucrativos e famílias, do resto do mundo (UE) e ainda de outros sectores onde se incluem as sociedades e quase-sociedades financeiras e as não financeiras.

GRÁFICO 29 – RECEITAS CORRENTES DOS SFA EM 2008



Em 2008, as *Transferências* totais para os SFA perfizeram 359,2 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 20,2% comparativamente ao valor registado do ano anterior. Tal se ficou a dever, fundamentalmente, à diminuição dos valores das transferências de capital da UE (-54,8 milhões de euros) e isto dada a nova forma de registo desses fundos pelo Instituto de Desenvolvimento Regional. Os montantes transferidos pela Região para a cobertura de outras despesas correntes de funcionamento normal e para as despesas correntes de investimentos do plano sofreram também diminuições de 22,7 milhões de euros e de 171,5 mil euros, respectivamente. As transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos diminuíram também em 10,4 mil euros. Para as sociedades e quase-sociedades não financeiras as transferências correntes foram também, em 2008, inferiores em cerca de 22,0 milhões de euros.

As transferências correntes e de capital para a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos e para o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais IP-RAM sofreram uma diminuição, no seu conjunto, de 41,5 milhões de euros em 2008, menos 14,8% que em 2007.

O Fundo de Gestão para os Programas da Direcção Regional de Pesca também viu o total das suas transferências diminuírem em 76,6% relativamente a 2007, cerca de 1,5 milhões de euros.

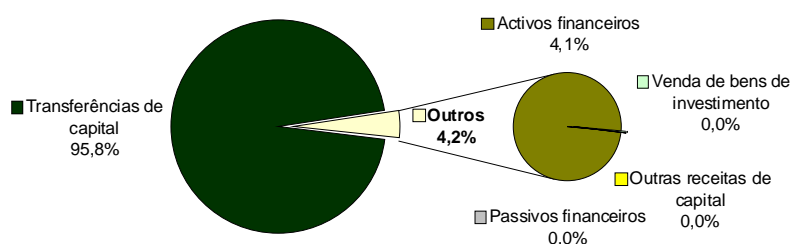
As transferências correntes e de capital dos Fundos Escolares diminuíram em quase 1,0 milhão de euros, no ano de 2008.

A Assembleia Legislativa da Madeira também sofreu uma diminuição das transferências, correntes e de capital, de aproximadamente 618,6 mil euros, enquanto as do Centro de Estudos de História do Atlântico diminuíram em cerca de 18,5 mil euros.

As transferências recebidas pelos restantes SFA, em 2008, foram de valor superior às do ano anterior. Destacam-se os aumentos destas receitas no Instituto de Desenvolvimento Empresarial (+7,2 milhões de euros), no Instituto Regional de Emprego (+2,1 milhões de euros) e na Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural—PAR (+1,5 milhões de euros). O FET—M não beneficiou de qualquer valor de transferências, correntes ou de capital, neste ano.

Os serviços que em 2008 mais beneficiaram de *Transferências correntes* do Orçamento Regional foram a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos e o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais IP-RAM, no conjunto com 235,9 milhões de euros, ou seja 75,6 % do total dessas transferências, o Instituto de Desporto da RAM, com 25,6 milhões de euros, (8,2%) e a Assembleia Legislativa da Madeira, com 16,5 milhões de euros (5,3%). Em conjunto, estes serviços absorveram cerca de 89,2% do valor total corrente transferido do ORAM.

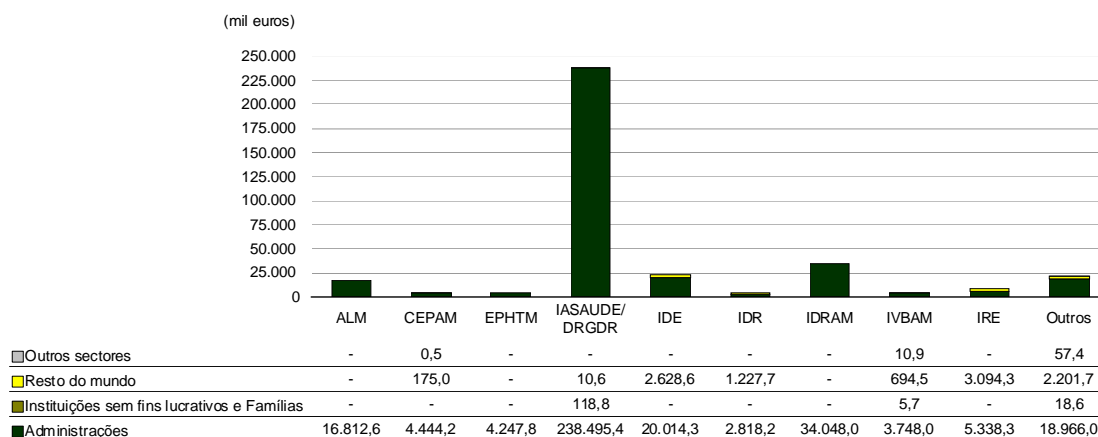
GRÁFICO 30 – RECEITAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2008



No que respeita às *Transferências de capital* do Governo Regional o Instituto de Desporto da RAM, com 7,4 milhões de euros, aparece em primeiro lugar, equivalente a 48,1% do total das transferências da Administração Regional. Destacam-se ainda o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, com cerca de 2,6 milhões de euros (16,9%), o mesmo que a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos e o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais IP-RAM, com 2,6 milhões de euros (16,5%), o Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira, com 1,2 milhões de euros (7,7%), o Laboratório Regional de Engenharia Civil, com 551,2 mil euros (3,6%) e a Assembleia Legislativa da Madeira com 323,7 mil euros (2,0%). Por fim, destacam-se o Instituto de Desenvolvimento Regional, com 131,6 mil euros, o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira, com 93,8 mil euros e o Conservatório—Escola Profissional das Artes da Madeira, com 61,8 mil euros.

As transferências do Orçamento da Região Autónoma foram, grosso modo, as principais fontes de financiamento destes organismos em 2008, contribuindo no total corrente e de capital, para 82,4% do total das receitas.

GRÁFICO 31 – TRANSFERÊNCIAS PARA OS SFA EM 2008



Se considerarmos como receitas próprias todas as receitas cobradas, as obtidas da venda de bens e serviços, as transitadas da gerência anterior e se adicionarmos aqui as comparticipações oriundas de diferentes sectores (com exclusão das Transferências da Administração Regional) nos projectos desenvolvidos e da responsabilidade dos SFA, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial aparece em primeiro lugar, com cerca de 21,0 milhões de euros, dos quais 16,1 milhões de euros dizem respeito às participações nacional e comunitária, em projectos co-financiados e transferidos pelos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central, e 2,6 milhões de euros às verbas provenientes da União Europeia e relativas às comparticipações dos projectos inscritos no PIDDAC e no PIDDAR.

QUADRO 74 – RECEITAS TOTAIS DOS SFA, DEDUZIDAS DAS TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO REGIONAL - 2008

(unid.: mil euros)

Designação	RECEITAS DED. TRANSF. GR	RECEITAS TOTAIS	%
	(1)	(2)	(1)/(2)
Assembleia Legislativa da Madeira	3.451,4	20.264,0	17,0
Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural - PAR	2.365,2	2.366,9	99,9
Fundo de Estabilização Tributário da RAM - FET-M	18.791,3	18.791,3	100,0
Fundo de Gestão para Acompanhamento dos Programas da Formação Profissional	4.087,9	4.096,5	99,8
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	21.038,7	24.945,8	84,3
Instituto de Desenvolvimento Regional	2.637,4	5.455,6	48,3
Instituto do Desporto da RAM	1.748,1	34.836,9	5,0
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira	1.314,0	5.046,1	26,0
Instituto Regional de Emprego	3.400,1	8.738,1	38,9
Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira	1.543,1	4.462,0	34,6

Destacaram-se, em seguida, o Fundo de Estabilização Tributário da RAM, com cerca de 18,8 milhões de euros, o Fundo de Gestão para Acompanhamento dos Programas da Formação Profissional com 4,1 milhões de euros de receitas próprias, em que 52,6% correspondem a fundos comunitários (comparticipações dos projectos inscritos no PIDDAC e no PIDDAR), a Assembleia Legislativa da Madeira e o Instituto Regional de Emprego com cerca de 3,5 milhões de euros e de 3,4 milhões de euros, respectivamente. O Instituto de Desenvolvimento Regional, mercê da nova forma de contabilização dos seus fundos, passou a registar, em 2008, um valor bastante inferior e que foi de, aproximadamente 2,6 milhões de euros.

Distinguem-se ainda, com receitas superiores ao milhão de euros, as registadas pela Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural-PAR, com 2,4 milhões de euros, pelo Serviço Regional de Protecção Civil com 1,5 milhões de euros, e finalmente pelo Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato com aproximadamente 1,3 milhão de euros.

O Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais IP-RAM juntamente com a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos atingiram cerca de 1,0 milhão de euros destas receitas.

No que diz respeito às *Operações extra-orçamentais*, o seu valor total apresentou um aumento de cerca de 94,2 milhões de euros, ou seja, de mais 44,1%, fundamentalmente pelo acréscimo apresentado nos Recursos Próprios de Terceiros, mais 95,9 milhões de euros, o dobro do ano anterior, devendo-se este facto à alteração da contabilização dos fundos dos projectos do IDR a partir de 2008.

10.2. DESPESA

As despesas totais realizadas pelos Serviços e Fundos Autónomos, em 2008, ascenderam a cerca de 360,5 milhões de euros, valor este inferior às receitas em cerca de 36,8 milhões de euros e que constituiu o valor do saldo de receitas próprias que transitou para o ano seguinte.

O QUADRO 75 permite apreciar a distribuição da despesa dos Serviços e Fundos Autónomos em 2007 e 2008, por classificação económica, e a sua variação. As despesas totais dos SFA registaram, em 2008, uma diminuição de aproximadamente 99,7 milhões de euros, menos 21,7% relativamente ao ano anterior.

QUADRO 75 - DESPESA GLOBAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS EM 2008

(mil euros)

Designação	2007		2008		Variação 2008 / 2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas correntes						
Despesas com o pessoal	33.772,4	7,3376	35.784,1	9,9256	2.011,7	6,0
Aquisição de bens e serviços	99.932,0	21,7	84.930,4	23,6	- 15.001,7	- 15,0
Juros e outros encargos	3.323,5	0,7	5.761,7	1,6	2.438,2	73,4
Transferências correntes	231.266,2	50,2	201.696,0	55,9	- 29.570,2	- 12,8
Subsídios	1.323,3	0,3	1.563,8	0,4	240,4	18,2
Outras despesas correntes	361,2	0,1	378,0	0,1	16,9	4,7
Soma	369.978,7	80,4	330.114,0	91,6	- 39.864,7	- 10,8
Despesas de capital						
Aquisição de bens de capital	4.759,2	1,0	3.687,0	1,0	- 1.072,1	- 22,5
Transferências de capital	77.786,7	16,9	18.262,8	5,1	- 59.524,0	- 76,5
Activos financeiros	7.741,2	1,7	8.459,7	2,3	718,5	9,3
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	s./s.
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	s./s.
Soma	90.287,1	19,6	30.409,5	8,4	- 59.877,6	- 66,3
Total despesas	460.265,8	100,0	360.523,5	100,0	- 99.742,3	- 21,7
Operações extra-orçamentais	216.492,3		280.622,0		64.129,7	29,6
Total	676.758,1		641.145,5		- 35.612,6	- 5,3

No exercício de 2008, as despesas totais diminuíram em muitos dos SFA relativamente a 2007, exceptuando-se o Instituto Regional de Emprego, com um aumento de 1,9 milhões de euros, o Fundo de Estabilização Tributário da RAM e a Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural — PAR, com aumentos de 1,2 e de 1,1 milhões de euros, respectivamente. Com aumentos inferiores ao milhão de euros destacam-se ainda o Serviço Regional de Protecção Civil, com mais 681,3 mil euros, o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, o Laboratório Regional de Engenharia Civil e o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira com acréscimos de 534,4, de 373,2 e de 142,7 mil euros, respectivamente.

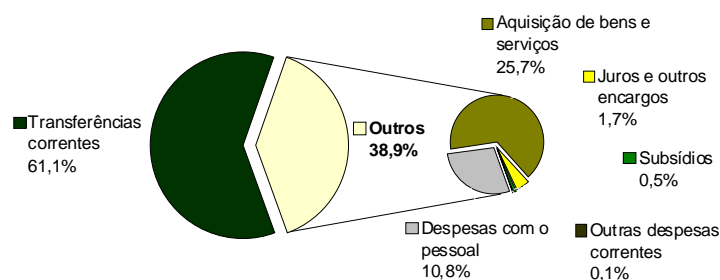
As diminuições mais significativas apresentam-se, em primeiro lugar e destacando-se das dos restantes, no Instituto de Desenvolvimento Regional, no valor de 59,8 milhões de euros, justificada pela nova forma de contabilização dos seus projectos a partir de 2008. Seguem-se a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos e o Instituto de Administração de Saúde e Assuntos Sociais — IP-RAM cujas despesas, no total, diminuíram 41,5 milhões de euros em 2008. Na Assembleia Legislativa da Madeira, no Fundo de Gestão para os Programas da Direcção Regional das Pescas e no Fundo de Gestão para Programas de Formação Profissional, as despesas diminuíram respectivamente de 1,5, de 1,3 e de 1,1 milhões de euros.

Os Fundos Escolares viram, no total, as suas despesas diminuídas em cerca de 1,2 milhões de euros (-8,9%).

No que diz respeito às Operações extra-orçamentais e de igual modo que na receita, o seu valor total aumentou de cerca de 64,1 milhões de euros, ou seja, de mais 29,6%.

O GRÁFICO 32 evidencia a distribuição da despesa corrente dos Serviços e Fundos Autónomos em 2008, por agrupamento.

GRÁFICO 32 - DESPESAS CORRENTES DOS SFA EM 2008



As *Despesas com o pessoal* totalizaram cerca de 35,8 milhões de euros e representaram 10,8% das despesas correntes. Para este valor contribuiu a fusão da Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública e do Serviço Regional de Prevenção da Toxicodependência, serviços simples, no novo Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, a partir do dia 30 de Junho de 2008.

A entidade autónoma que em 2008 apresentou maiores encargos nesta área foi a Assembleia Legislativa da Madeira, com cerca de 7,3 milhões de euros. Destacaram-se em seguida, pelo seu valor, o Instituto do Desporto da RAM e o Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira, cada um deles com aproximadamente 4,2 milhões de euros, a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira e o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, respectivamente com 2,9 e 2,8 milhões de euros, a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos e o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM com 2,7 milhões de euros no seu

conjunto e ainda o Instituto Regional de Emprego e o Instituto de Desenvolvimento Regional com 2,3 e 2,0 milhões de euros, respectivamente. Representaram, no conjunto, cerca de 79,6% desta parcela das despesas correntes.

As despesas com a *Aquisição de bens e serviços* em 2008 apresentaram um total de cerca de 84,9 milhões de euros, registando um decréscimo relativamente a 2007, de 15,01%. Representaram 25,7% das despesas correntes totais. Em primeiro lugar, aparece a Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos e o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM que somaram 58,8 milhões de euros, correspondendo a 69,2% do total desta parcela e cerca de 24,8% das suas receitas correntes.

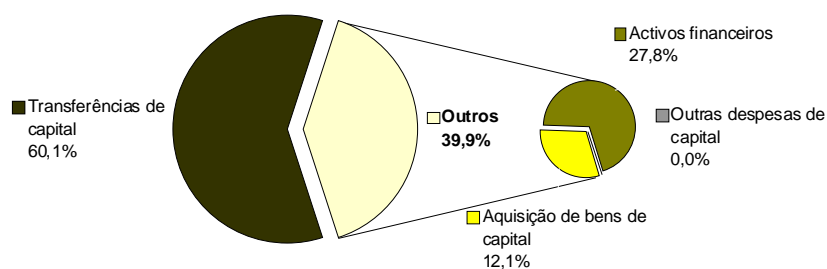
Os Fundos Escolares viram as despesas com a *Aquisição de bens e serviços* diminuir em cerca de 1,3 milhões de euros, menos 9,9% do que no ano de 2007, totalizando cerca de 11,8 milhões de euros em 2008.

Distinguem-se em seguida, o Instituto do Desporto da RAM e a Assembleia Legislativa da Madeira com cerca de 2,3, de 2,2 milhões de euros. A Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira e o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira cada um deles com valores próximos dos 2,0 milhões de euros.

As *Transferências correntes* efectuadas pela Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos representaram a quase totalidade desta parcela corrente, ou seja 83,8%, destinando-se quase que inteiramente a Sociedades e quase-sociedades não financeiras. As transferências efectuadas pelo Instituto do Desporto da RAM, pela Assembleia Legislativa da Madeira, pelo Instituto Regional de Emprego, e pelo Fundo de Gestão para o Acompanhamento de Programas de Formação Profissional somaram cerca de 31,0 milhões de euros e representaram, em conjunto, cerca de 15,4% do total desta rubrica da despesa corrente.

As despesas de capital dos SFA distribuíram-se pelas rubricas de Transferências de capital – 60,1%, pelos Activos financeiros – 27,8% e pela Aquisição de bens de capital – 12,1% (GRÁFICO 33).

GRÁFICO 33 - DESPESAS DE CAPITAL DOS SFA EM 2008



As despesas de capital do Instituto de Desenvolvimento Empresarial aparecem em primeiro lugar, com 16,1 milhões de euros (53,1% das despesas de capital totais) seguindo-se as do Instituto do Desporto da RAM, cerca de 7,4 milhões de euros (24,5% das despesas de capital) e as da Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos e do Instituto de Administração de Saúde e Assuntos Sociais — IP-RAM, que somaram cerca de 2,6 milhões de euros (8,4% das despesas de capital).

No Instituto de Desenvolvimento Empresarial estas despesas são distribuídas quase que igualmente por Activos Financeiros (aproximadamente 52,4%) e por Transferências (cerca de 47,6%), nomeadamente para as Sociedades e quase-sociedades não financeiras, cerca de 6,0 milhões de euros e para a Administração regional e central, num total de 1,7 milhões de euros. Já no Instituto do Desporto as despesas de capital são constituídas praticamente por Transferências para instituições sem fins lucrativos.

A Direcção Regional de Agricultura – PAR apresentou em Aquisição de bens de capital o valor de 1,5 milhões de euros, correspondendo à totalidade das suas despesas de capital.

Com um total das despesas de capital inferior ao milhão de euros serão de referir ainda o Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira, com 914,7 mil euros, o Laboratório Regional de Engenharia Civil, com 565,2 mil euros, a Assembleia Legislativa da Madeira, com 219,4 mil euros, o Parque Natural da Madeira e o Conservatório — Escola Profissional das Artes da Madeira, com 144,3 e 99,3 mil euros, respectivamente, e por fim a Direcção Regional de Pescas – MAR-RAM/IFOP, com 81,3 mil euros. Nestes serviços as despesas de capital concentraram-se na Aquisição de bens de capital, com excepção do Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira, cujo total se distribuiu pelas Transferências de Capital (64,1%) e pela Aquisição de bens de capital (35,9%).

As despesas de capital dos Fundos Escolares totalizaram 343,2 mil euros correspondendo todo este valor a Aquisição de bens de capital. Aumentaram em cerca 31,7% relativamente ao ano 2007.

Os *Activos financeiros*, no valor total de 8,5 milhões de euros corresponderam, grosso modo, as despesas do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, com 99,9% deste valor. O valor remanescente, de 6,5 mil euros, registou-se no Instituto Regional de Emprego.

As Operações extra-orçamentais registaram, de igual modo que na receita, um aumento de 64,1 milhões de euros, seja de 29,6% em relação ao ano de 2007.

11. DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

11.1. DÍVIDA DIRECTA

11.1.1. CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

De acordo com o n.º 2 do art.º 117.º da Lei n.º 67-A/2007 de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2008) em conjugação com o disposto no art.º 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2-A/2008/M de 16 de Janeiro (Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2008), foi o Governo Regional autorizado a aumentar o seu endividamento líquido até ao montante de 50 milhões de euros, através da contracção de empréstimos destinados ao financiamento da contrapartida nacional dos projectos co-financiados por fundos comunitários, em termos e condições a definir através de despacho do Ministro de Estado e das Finanças. O referido financiamento não chegou a ser autorizado pelo Ministério das Finanças.

No entanto, tendo a Região aderido ao Programa Pagar a Tempo e Horas, ao abrigo do disposto no artigo 128.º da Lei n.º 67.º-A/2007 de 31 de Dezembro e no art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 41/2008 de 10 de Março, foram contraídos, no âmbito do referido programa, um empréstimo obrigacionista no montante de 154 000 000,00 euros, junto do consórcio formado pelos bancos DEPFA e DEXIA, e um empréstimo no montante de 102 666 666,00 euros junto da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, cujo produto se destinou ao pagamento de dívidas a fornecedores e à redução do prazo médio de pagamentos.

Para ocorrer a necessidades pontuais de tesouraria durante o ano de 2008, foi contratado, nos termos do disposto na Resolução n.º 1376/2007 do Conselho do Governo de 6 de Dezembro, um empréstimo na modalidade de conta corrente, junto do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, o qual, no cumprimento das normas aplicáveis, encontrava-se encerrado em 31 de Dezembro de 2008.

11.1.2. ENCARGOS COM A DÍVIDA

No ano de 2008 a despesa orçamental decorrente de encargos com a dívida totalizou 47,25 milhões de euros, correspondendo 99,9%, ou seja, 47,19 milhões de euros, a pagamento de encargos com juros e 0,06 milhões de euros a outras despesas.

**QUADRO 76 - AMORTIZAÇÕES, PAGAMENTOS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA DÍVIDA, POR ENTIDADES CREDORAS
(SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008)**

(euros)				
Entidades credoras	Amortizações	Juros	Outras despesas	TOTAL
BANCOS				
<i>Encargos decorrentes de Empréstimos:</i>				
BEI	0,00	3.183.625,98	0,00	3.183.625,98
DEPFA e CAI / CACEIS	0,00	11.284.487,60	0,00	11.284.487,60
ABN	0,00	-9.503.947,43	0,00	-9.503.947,43
BES	0,00	441.359,41	0,00	441.359,41
CGD /DEPFA /CAI	0,00	7.339.033,52	0,00	7.339.033,52
BBVA	0,00	29.688,80	0,00	29.688,80
DEPFA /DEXIA/CGD	0,00	0,00	21.250,00	21.250,00
Abatimentos das receitas c/ juros resultantes de saldos bancários	0,00	-1.526.117,45	0,00	-1.526.117,45
<i>Outros:</i>				
BANIF	0,00	0,00	116,90	116,90
BCP	0,00	0,00	86,25	86,25
BPI	0,00	0,00	40,81	40,81
Banco Santander Totta, S.A.	0,00	0,00	271,22	271,22
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) S.A.	0,00	0,00	424,31	424,31
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	0,00	0,00	6.271,10	6.271,10
OUTRAS ENTIDADES				
<i>Encargos decorrentes de Empréstimos:</i>				
INTERBOLSA SOC.GESTORA DE SISTEMAS, S.A.	0,00	0,00	1.610,45	1.610,45
EURONEXT LISBON - SOC. GESTORA MERCADOS, S.A.	0,00	0,00	3.375,00	3.375,00
<i>Outros:</i>				
Moody's Investors Service, Ltd	0,00	0,00	22.700,00	22.700,00
OUTROS CREDORES	0,00	35.946.054,86	0,00	35.946.054,86
TOTAL	0,00	47.194.185,29	56.146,04	47.250.331,33

Neste montante de juros da dívida, parte significativa – 76,2% ou 35,9 milhões de euros – corresponde a despesa com o pagamento de juros a “Outros Credores”. A parte remanescente de juros pagos, corresponde a encargos com juros de empréstimos, que totalizaram 11,2 milhões de euros e corresponderam a 23,8% do montante global de encargos totais com juros da dívida. Neste total de encargos com juros de empréstimos teve particular efeito:

- a) A dedução do valor da diferença entre fluxos pagadores e recebedores decorrentes das operações de cobertura de risco de taxa de juro contratadas sobre empréstimos em carteira, e correspondente ao valor do saldo entre os fluxos pagadores da Região ao ABN e do ABN à Região (-9,5 milhões de euros), o qual se traduziu no abatimento, em igual valor, ao montante total de encargos com juros da dívida directa;

- b) E o abatimento das receitas de juros credores gerados pelos saldos bancários das contas de Depósitos à Ordem (-1,5 milhões de euros) aos encargos com juros de empréstimos, efectuado nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2-A/2008/M de 16 de Janeiro (Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2008).

11.1.3. TAXA DE JURO IMPLÍCITA DA DÍVIDA DIRECTA

A taxa de juro implícita da dívida da Região em 2008 – 1,9% – apresentada na coluna 4 do QUADRO 77 (dada pelo valor do rácio total de juros pagos e a média da dívida no início e fim do ano) manteve-se face ao valor da taxa de juro implícita da dívida registada em 2007 (1,9%), uma vez que apesar do montante de juros ter aumentado, o stock de dívida aumentou proporcionalmente, registando as duas variáveis acréscimos percentuais semelhantes, de 26,8% e 26,6%, respectivamente. Como podemos observar na mesma coluna do quadro, a taxa de juro implícita da Região registou em 2008, tal como já tinha sucedido em 2007, o valor mais baixo desde o ano de 2000.

QUADRO 77 - VARIAÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA DIRECTA DA REGIÃO

(unid.: milhões de euros)

ANOS	STOCK DE DÍVIDA MÉDIO	JUROS	TAXA JURO IMPLÍCITA	VARIAÇÃO JUROS	CONTRIBUIÇÕES PARA A VARIAÇÃO DOS JUROS		
					Efeito de Stock	Efeito preço	Efeito cruzado
2000	401	14,4	3,60%				
2001	428	19,6	4,60%	5,2	1,0	3,9	0,3
2002	444	17,1	3,90%	-2,5	0,7	-3,1	-0,1
2003	443	11,1	2,50%	-6,0	0,0	-6,0	0,0
2004(*)	461	11,8	2,60%	0,8	0,4	0,3	0,0
2005(*)	478	10,5	2,20%	-1,3	0,4	-1,7	-0,1
2006	478	12,8	2,70%	2,2	0,0	2,2	0,0
2007	478	8,9	1,90%	-3,9	0,0	-4,0	0,0
2008	607	11,2	1,90%	2,4	2,4	0,0	0,0

(*) Em 2004, 2005 e 2007 por via dos arredondamentos o somatório dos efeitos não totaliza a variação dos juros

Os encargos com juros associados à dívida directa da Região passou de 8,9 milhões de euros em 2007 para 11,2 milhões de euros em 2008, correspondente a um acréscimo em valor absoluto de cerca de 2,4 milhões de euros, acréscimo explicado na sua totalidade pelo efeito stock (2,4 milhões de euros).

11.1.4. SALDO DA DÍVIDA DIRECTA

O valor da dívida directa da Região reportado a 31 de Dezembro de 2008 totalizava 734 919 256,00 euros, valor que face ao valor da dívida no início do ano (478 252 590,00 euros) registou um acréscimo de 256 666 666,00 euros, correspondente ao valor dos empréstimos acima referenciados, contraídos no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas.

QUADRO 78 - DÍVIDA DA RAM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Unid.: mil euros			
Instituições de crédito/designação do financiamento	Garantia	Prazo	Montante
1. Empréstimos Obrigacionistas			
1.1. CGD, CAI e DEPFA / Emp."Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2013"	-	10 anos	156.884
1.2. DEPFA e CALYON / Emp."Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2018"	-	12 anos	243.410
1.3. DEPFA, DEXIA / Emp."Obrig. Tx. Variável com vencimento em 2013"	-	5 anos	154.000
2. Crédito Directo			
2.1. BES / Emp.l.p.	-	10 anos	12.959
2.2. B.E.I. / Emp.l.p.	-	25 anos	65.000
2.3. DIRECÇÃO -GERAL DO TESOURO E FINANÇAS / Emp.l.p.	-	10 anos	102.667
TOTAL			734.919

Por modalidades de crédito, a dívida directa da Região era representada, em parte significativa, por empréstimos obrigacionistas – 75,4% ou 554,3 milhões de euros – sendo a parte remanescente, no valor de 180,6 milhões de euros, correspondente a empréstimos contraídos na modalidade de crédito directo.

Quanto ao prazo dos empréstimos que constituíam a carteira de dívida directa da Região, exceptuados os casos do empréstimo BEI de financiamento do projecto “Desenvolvimento Madeira 2000-2006”, com prazo de 25 anos, os restantes empréstimos foram contratados por prazos entre 5 e 12 anos. Por último, deve referir-se que desde 2007, com a amortização do empréstimo “RAM 97 – 1.^a à 3.^a séries”, a dívida directa da Região deixou de beneficiar de garantia do Governo da República.

11.2. DÍVIDA INDIRECTA

A dívida pública indirecta da Região Autónoma da Madeira, em 31 de Dezembro de 2008, atingiu 1.174,3 milhões de euros, o que, relativamente à mesma data do ano anterior, representa um acréscimo de cerca de 10 milhões de euros, em valor absoluto, e uma variação de 0,86%, que compara com o aumento observado em 2007 de 137,5 milhões de euros, ou seja, de 13,4% (vide Anexos XXXVII e XLII).

Daquele montante, ficaram por utilizar 0,6 milhões de euros, tendo sido efectivamente utilizados 1.172,8 milhões de euros.

O mapa da situação dos avales concedidos pela Região Autónoma da Madeira, com reporte a 31 de Dezembro de 2008, evidência, ainda, que no decurso do ano 2008, foram utilizados 40,4 milhões de euros de financiamentos avalizados pela Região e que as amortizações registaram o valor aproximado de 4,7 milhões de euros.

Da análise da distribuição das responsabilidades indirectas da Região Autónoma da Madeira por actividades económicas (vide Anexo XLII) constata-se, a partir do ano 2002, uma diminuição gradual, relativa e absoluta, dos avales prestados ao sector primário em relação aos demais sectores de actividade económica. No final do ano 2008, os avales atribuídos ao sector primário têm uma expressão muito reduzida, representando, somente, 0,8% do total do universo ou 9,1 milhões de euros.

A partir de 2005, o sector secundário inverteu a sua evolução, verificando-se no final do ano 2008 e relativamente ao valor apurado no início do ano, um aumento das garantias pessoais prestadas pela Região, no valor de 9 milhões de euros (5,3%), embora não tão significativo como o verificado nos anos 2005 (90 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 266,1% em relação ao início do ano), 2006 (33,6 milhões de euros ou acréscimo de 27% em relação ao início do ano) e 2007 (11,3 milhões de euros ou acréscimo de 7,2% em relação ao início do ano). O seu peso no total das responsabilidades indirectas da Região, com referência a 31 de Dezembro de 2008, é de 15,2%.

Embora com um crescimento menos acentuado, o sector terciário continua a destacar-se dos restantes, em termos absolutos e relativos, pese embora o acréscimo tenha sido bem inferior ao verificado nos anos anteriores: 1,4 milhões de euros (0,14%) em relação ao início do ano, tendo registado no ano 2007 um aumento de 128,7 milhões de euros (15%). Representa 84% das responsabilidades indirectas da Região, com referência a 31 de Dezembro de 2008.

No decurso do ano de 2008 (vide Anexo XXXVIII), os novos avales prestados pela Região atingiram cerca de 14,8 milhões de euros (redução de 132,2 milhões de euros face ao ano anterior), dos quais 75,7% ou 11,2 milhões de euros correspondem a garantias de financiamentos contraídos por empresas públicas.

Foram 4 as entidades que no ano 2008 usufruíram do aval da Região, estando incluídas no sector primário, no saneamento e gestão de resíduos e na área do desporto. A “VALOR AMBIENTE - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.” é a empresa que mais se evidencia nos avales concedidos pela Região no ano 2008 (9,7 milhões de euros), seguindo-se a “Associação de Futebol da Madeira” (3,2 milhões de euros), e a “GESBA - Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda.” e a “AQUAILHA - Aquacultura, Lda.” com 1,5 milhões de euros e 0,4 milhões de euros, respectivamente.

Em 2008, foram cobradas comissões sobre avales prestados pela Região no valor 221,6 mil euros (vide Anexo XLI). Por outro lado, a Região Autónoma da Madeira foi reembolsada em 641,2 mil euros, respeitante a acordos de regularização de dívidas celebrados com os beneficiários de avales que se viram impossibilitados de cumprir os créditos bancários avalizados pela Região (vide Anexo XXXIX). O acréscimo de receita registado no ano 2008 face ao ano anterior atingiu 378,7 mil euros (78,2%).

No que respeita à execução de avales concedidos, a Região Autónoma da Madeira efectuou o pagamento de 905,8 mil euros (vide Anexo XL), tendo celebrado acordo de regularização de dívida para reaver essa importância, sendo que nos casos em que tal não se proporcionou foram accionados ou estão a ser preparados os respectivos processos judiciais.

12. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA REGIONAL

À semelhança da Conta da Região Autónoma da Madeira de 2007, este relatório inclui uma parte relativa às acções de controlo interno sobre a administração financeira da Região.

A Lei de Enquadramento do Orçamento da Região — Lei n.º 28/92, de 1 de Setembro — não prevê tal como ocorre com o artigo 63.º da Lei n.º 91/2001 o cumprimento do dever de prestar informação sobre os resultados do funcionamento do sistema e dos procedimentos do controlo interno das operações de execução do orçamento. No entanto, seguindo uma recomendação da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, o relatório sobre a conta da Região Autónoma da Madeira inclui uma referência ao controlo interno, que abrange fundamentalmente, a actuação da Inspeção Regional de Finanças (IRF).

12.1. ACTIVIDADES PREVISTAS

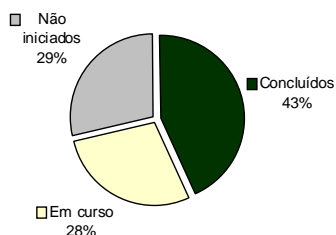
A IRF previu para 2008 um programa de auditorias dirigidas ao funcionamento dos sistemas e procedimentos de controlo interno das operações de execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira implementados por serviços da administração pública regional. Para esse efeito, e com as necessárias adaptações para a realidade regional, foram utilizadas as normas e as metodologias estabelecidas a este propósito pelo Conselho Coordenador do Sistema de Controlo da Administração Financeira do Estado.

Não se faz referência às acções da IRF no domínio dos projectos co-financiados pelos fundos comunitários, por estes controlos não fazerem parte do SCI, mas do SNC (Sistema Nacional de Controlo) especificamente estabelecido para este efeito.

Foram previstas para 2008, 6 acções de controlo dirigidas aos serviços da administração pública regional e uma no âmbito das entidades beneficiárias de apoios financeiros da Região, das quais duas eram transitadas do ano anterior.

Ficaram concluídos em 2008, três controlos e iniciados outros dois que se encontravam em curso no final de 2008. Não foram iniciados, por outro lado, 2 controlos.

GRÁFICO 34 – ACTIVIDADES DE CONTROLO IRF (2008)



À semelhança das inspeções que integram o SCI o objectivo destas auditorias consiste em avaliar os sistemas e os procedimentos de controlo interno das operações de execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, instituídos pelos organismos executores, verificando a sua adequação e operacionalidade e a apresentação de recomendações que possam contribuir para a melhoria do sistema e colmatar eventuais fragilidades detectadas.

12.2. ACTIVIDADES REALIZADAS 2008

No seguimento dos trabalhos efectuados em 2007, tendo em atenção a revisão da matriz de risco aprovada pelo Conselho Coordenador do Sistema de Controlo da Administração Financeira do Estado, foi reformulado o trabalho resultante da aplicação da matriz de risco aos serviços da administração pública regional. Para este efeito e com base nos elementos constantes da matriz, foi realizado um questionário aos serviços da administração pública para efeitos de uma análise preliminar ao sistema de controlo interno existente.

Em 2008, ficou concluída a auditoria ao Instituto Regional de Emprego. À semelhança das entidades que integram o SCI esta acção destinou-se a avaliar o sistema e os procedimentos de controlo interno instituídos nas áreas financeira e patrimonial, das operações de execução do Orçamento da Região, se os mesmos eram adequados e estavam operacionais, e apresentar recomendações que pudessem corrigir eventuais deficiências. Para este efeito, foram as metodologias e orientações já referidas, sem prejuízo de eventuais adaptações atentas as especificidades próprias da Região, nomeadamente, quanto aos termos de referência estabelecidos pelo Conselho Coordenador do SCI. A IRF teve, ainda, que estabelecer, atentas as áreas em análise, instrumentos próprios que serviram para os trabalhos de auditoria.

Em conformidade com o plano da IRF para 2008, foram, por outro lado, iniciadas mais duas auditorias neste âmbito, ao Instituto de Desenvolvimento Empresarial e ao Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais – IASAÚDE, IP-RAM e que estavam em curso no final de 2008.

Ainda no âmbito dos serviços da administração pública regional a IRF realizou uma avaliação ao sistema de controlo interno da DRA relativamente aos subsídios atribuídos às casas do povo.

A auditoria teve por objectivo verificar se os procedimentos de controlo instituídos pela Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural na atribuição e acompanhamento dos subsídios atribuídos pelo Governo Regional às casas do povo eram adequados e se estavam a ser aplicados.

Relativamente aos apoios financeiros dados pela Região, foi realizada uma auditoria à Casa do Povo do Curral das Freiras, cujo objectivo foi verificar a boa aplicação dos subsídios atribuídos pelo Governo Regional e a respectiva contabilização.

12.3. ANÁLISE GLOBAL DAS DEFICIÊNCIAS IDENTIFICADAS

As auditorias realizadas incidiram sobre as áreas da qualidade dos sistemas de gestão e controlo da execução orçamental quanto aos sistemas de informação; a qualidade dos sistemas e os procedimentos de controlo interno das operações de execução do Orçamento quanto a despesas.

As acções de auditoria realizadas e concluídas em 2008, permitiram verificar deficiências em algumas áreas relativamente aos serviços e entidades. As principais deficiências verificaram-se nos sistemas de controlo interno, sistemas de informação, e sistemas informáticos.

Áreas	Deficiências / Insuficiências
Controlo interno	Inexistência de um manual de controlo interno, apesar de existirem manuais de procedimentos para algumas áreas;
	Inexistência de uma expressa definição das responsabilidades funcionais pela realização das diferentes tarefas, conferências e controlos.
	Inexistência de uma expressa definição dos circuitos dos documentos.
	Inexistência de uma adequada segregação de funções e rotação de funções, em algumas áreas.
	Deficiências na organização de arquivos.
Sistemas informáticos	Falta de integração entre as aplicações informáticas utilizadas nas diferentes áreas.
	Deficiente utilização do sistema informático na área da contabilidade patrimonial.
	Falta de formação nas áreas de contabilidade

Áreas	Deficiências / Insuficiências
	patrimonial e informática.
Gestão financeira /orçamental e patrimonial	Ausência de procedimentos relativos a balanços à tesouraria através da contagem física do numerário e dos documentos sob a responsabilidade do tesoureiro.
	Incompleta inventariação de bens de imobilizado, bem como falta de identificação de alguns bens (por codificação), não permitindo um controlo efectivo dos bens existentes.
	Falta de registo de alguns movimentos contabilísticos.
	Violação do princípio contabilístico da especialização.
	Inexistência de ficheiro individual dos bens de imobilizado.
	Inexistência de regulamentos onde constem os procedimentos a seguir no âmbito de contratos-programa para apoio a despesas de funcionamento.
	Falta de definição de critérios escritos para a validação da despesa no âmbito de contratos-programa para apoio a despesas de funcionamento.
	Deficiências na validação da despesa no âmbito de contratos-programa para apoio a despesas de funcionamento.
	Não verificação da duplicação de apoios públicos.

As irregularidades detectadas foram objecto de recomendações, tendo sido repostas as importâncias indevidamente pagas, apesar de serem pouco significativas, bem como corrigidas as deficiências verificadas.

O principal impacto das auditorias realizadas verificou-se ao nível de procedimentos adoptados pelos serviços os quais foram corrigidos antes de as próprias auditorias estarem concluídas. Embora as importâncias repostas não fossem significativas, a correcção de procedimentos terá efeitos financeiros em anos seguintes.

12.4. OUTRAS ACTIVIDADES DE CONTROLO

Prosseguindo o acatamento de recomendação da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, ao Sistema de Controlo Interno no âmbito da Administração Regional Directa a Conta da Região Autónoma da Madeira passou a integrar um capítulo dedicado a este assunto. A este propósito foi auditado pela Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas o Circuito da Despesa em 2008, conforme relatório n.º 8/2008-FS/SRMTTC.

O controlo interno visa a implantação de procedimentos com o objectivo de prevenir a ocorrência de erros e irregularidades ou minimizar as suas consequências.

No âmbito das competências orgânicas da Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade, definidas pelo Decreto Regulamentar Regional 19/2003/M, compete a esta Direcção Regional elaborar e executar o orçamento e a contabilidade da RAM, controlar a legalidade das despesas públicas e autorizá-las para pagamento.

Organicamente a Direcção de Serviços de Contabilidade é constituída pelos Departamentos de Controlo da Despesa (DCD) e de Controlo de Vencimentos (DCV). Esta Direcção tem como competências a conferência, verificação e autorização para pagamento das despesas públicas, o registo e escrituração das contas correntes com as dotações orçamentais, subsídios ou outras despesas. O Departamento de Controlo da Despesa é constituído pela Secção de Verificação (SVD), Secção de Autorização para Pagamento (SAP), Secção de Empreitadas (SE) e Secção de Controlo e Registo (SCR). Relativamente ao Departamento de Controlo de Vencimentos, este é constituído pela Secção de Vencimentos (SV), Secção de Ajudas de Custo e Horas Extraordinárias (SACHE) e Secção de Controlo de Recibos (SCR).

Tendo presente o processo de melhoria da qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados, em conformidade com os requisitos da regularidade e legalidade das operações, nesta Direcção de Serviços foram implementadas medidas de racionalização de custos na elaboração dos processos de despesa, com uma melhoria do sistema de controlo interno sobre as entradas e autorizações dos respectivos processos de despesa.

No âmbito da actividade da Direcção de Serviços de Contabilidade, foram verificados e autorizados para pagamento 32 117 Processos de Despesa de todo o universo dos serviços simples da Administração Regional directa, e devolvidos 1152 Processo de Despesa que, por motivos diversos, não estavam instruídos por forma a que pudessem ser autorizados para pagamento.

Na SAP foi implementado um sistema que controla, através da criação de um registo informático diário, todos os processos de despesa que deram entrada na DROC e que foram autorizados diariamente, o que permite um controlo mais rigoroso dos processos que estão nos serviços. A criação deste registo informático permitiu ainda a eliminação das guias de remessa e do triplicado dos processos de despesa, dado que o envio dos registos aos serviços permite informar electronicamente

as entradas dos processos e as autorizações desse mesmo dia. Na SVD e na SAP foi criada uma base de dados das guias de devolução dos processos de despesa, com indicação do motivo da respectiva devolução.

Relativamente aos procedimentos de controlo interno no DCV, em 2008, foram implementadas medidas de simplificação e de racionalização de recursos, com um impacto directo nos consumos internos, para a emissão dos recibos, e na ocupação de espaço para arquivo, dado que actualmente a cópia dos recibos de vencimento são arquivados em ficheiros informáticos que permitem a sua consulta em qualquer momento.

A Direcção de Serviços de Contabilidade procedeu à análise e verificação de todas as despesas autorizadas para pagamento pela Administração Regional, tendo procedido à devolução dos processos de despesa que não cumpriam os requisitos para o efeito.

13. FUNDOS COMUNITÁRIOS - RAM

13.1. EXECUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

O POPRAM III encontra-se em fase de encerramento, estando a ser envidados esforços no sentido do aproveitamento integral dos recursos disponíveis. O Programa apresenta uma taxa de execução global face ao programado de 99,9%, sendo que, ao nível das suas Componentes, é o IFOP que regista a taxa de execução mais elevada (100,6%) e o FEOGA-O aquele que, por sua vez, apresenta a menor taxa (96,8%).

QUADRO 79 – EXECUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS 31-12-2008

Designação		Programação			Execução até 31/12/2008			
Programa	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Tx Execução Fundo
1	2	3	4	5	6	7	8	(8/5)
2000 - 2006								
POPRAM III (2000-2006)	Total	1.246.666.987,00	1.144.137.690,00	741.447.621,00	1.218.748.393,39	1.159.263.230,55	740.474.818,79	99,9%
	FEDER	945.886.404,00	873.643.845,00	521.711.621,00	929.561.297,07	890.194.141,79	524.100.411,22	100,5%
	FSE	132.705.314,00	129.789.917,00	110.321.000,00	132.754.180,40	129.114.930,10	109.747.690,80	99,5%
	FEOGA-O	143.705.589,00	117.633.164,00	91.953.000,00	131.413.106,01	117.490.671,73	89.053.797,30	96,8%
	IFOP	24.369.680,00	23.070.764,00	17.462.000,00	25.019.809,91	22.463.486,93	17.572.919,47	100,6%
PIC INTERREG III-B Açores - Madeira - Canarias	FEDER	171.015.724,00	168.585.637,00	145.363.358,00	137.903.644,91	136.723.729,72	115.190.800,98	79,2%
Fundo de Coesão II	F. Coesão	301.045.200,00	301.045.200,00	201.627.890,00	257.099.980,00	257.099.980,00	168.249.120,00	83,4%
2007-2013								
QREN-Intervir +	FEDER	449.952.603,00	449.952.603,00	320.549.004,00	11.336.747,66	11.336.747,66	5.978.095,77	1,9%
QREN-Rumos	FSE	156.051.471,00	156.051.471,00	125.000.000,00	5.917.201,00	5.796.876,00	4.644.584,00	3,7%
QREN-POVT - EIXO V	Fundo de Coesão	142.857.000,00	142.857.000,00	100.000.000,00	4.175.000,00	4.175.000,00	2.922.000,00	2,9%

O Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III-B Espaço Açores Madeira Canárias encontra-se igualmente em fase de encerramento a execução global reportada a 31-12-2008 situa-se em 79%. De salientar que este nível de execução corresponde à despesa certificada, não reflectindo portanto toda a despesa validada pelos órgãos de gestão do Programa ate ao final do ano em análise, já que por opção foi adiada a certificação para o 1º semestre ano de 2009. É expectável que o encerramento do Programa seja feito com um bom nível de absorção de verbas.

No âmbito do Fundo de Coesão II (período 2000-2006) foram aprovados 6 projectos – 3 na área do ambiente, 2 na área dos transportes e um de assistência técnica. O ritmo de execução existente na generalidade dos projectos é bastante bom, o que permite antever a total absorção plena dos montantes aprovados.

O Programa Intervir+ apresentou no ano de 2008 uma taxa de execução global face ao programado de 1,9%. Tais resultados são fortemente influenciados pelo facto de, neste ano, coexistirem financiamentos no âmbito do QCAIII e QREN, procurando-se, naturalmente, aproveitar todos os recursos disponibilizados pelo POPRAM III, cujo período de operacionalidade se encontra em fase final.

O Programa Rumos apresenta uma taxa de execução face à programação de 3,7%, que resultou fundamentalmente de duas ordens de razão:

- A data de aprovação de candidaturas foi sucessivamente adiada, por razões que se prenderam com a definição e estabilização de todo o conjunto normativo que regula a implementação e aplicação do FSE e do próprio Sistema de Gestão e Controlo do Programa;
- A execução reflecte ainda a tardia implementação dos procedimentos necessários à verificação das despesas apresentadas pelos beneficiários, nomeadamente ao nível do Sistema de Informação, uma vez que só no último trimestre de 2008 é que a empresa responsável pela concepção do Sistema disponibilizou uma versão que reúne as condições efectivas para a sua operacionalidade.

O POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território - é um dos Programas Temáticos do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, que faz da Valorização do Território a sua prioridade de intervenção assente na melhoria das acessibilidades e da mobilidade territorial, no reforço da conectividade internacional, na protecção e valorização do ambiente, na qualificação dos sistemas urbanos e ainda na estruturação das redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

Aquele Programa Operacional está estruturado em 10 Eixos Prioritários sendo que os investimentos a implementar na RAM poderão beneficiar de co-financiamento do Fundo de Coesão no âmbito do POVT, especificamente através Eixo V - Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma da Madeira, cuja gestão compete ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) na sequência de contrato de Delegação de Competências celebrado em Junho de 2008.

De realçar que no último trimestre do ano de 2008 foi aprovado o primeiro projecto no âmbito do Eixo V do POVT, "Ligação em Via-Expresso ao Porto do Funchal", da responsabilidade da RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A. - com um montante de investimento elegível no valor de 30.534 mil euros e um apoio Fundo de Coesão no valor de 21.374 mil euros, tendo já dado entrada na RAM no final do ano, por conta deste projecto uma verba total de 4.893 mil euros.

O Programa Operacional de Cooperação Transnacional Espaço Madeira Açores Canárias (MAC) foi aprovado pela Decisão C (2007) 4243, em 18 de Setembro de 2007 e prevê, à semelhança do Programa anterior, o apoio para as três regiões insulares atlânticas NUTS II de Espanha e Portugal.

No ano em análise foi lançada a primeira convocatória para os Eixos 1 e 2 do Programa relativos à “Promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Sociedade da Informação” e “Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos”, através da publicação do aviso de abertura de candidaturas no JORAM II Série, nº 165, de 1 de Setembro de 2008, cuja aprovação se prevê para o 1º semestre de 2009.

13.2. CONTROLOS REALIZADOS EM 2008

O Instituto de Desenvolvimento Regional criado através do Decreto Legislativo Regional nº 18/2007/M publicado no JORAM, em 12 de Novembro, tem por missão a coordenação das actividades de planeamento e de monitorização do modelo de desenvolvimento regional bem como a coordenação e gestão da intervenção dos fundos comunitários na RAM. Entre as suas atribuições destaca-se “Assegurar uma correcta articulação na aplicação dos fundos comunitários na RAM”, sendo de referir que o IDR sucede nas atribuições, nos direitos e obrigações ao extinto IFC, pelo que no âmbito das suas competências, deverá garantir o controlo da aplicação dos recursos comunitários na Região.

No que concerne ao controlo a exercer no âmbito da execução das Intervenções Operacionais, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/2000 (que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1260/99, do Conselho de 21 de Junho), foi instituído o Sistema Nacional de Controlo do QCA III. Este sistema é constituído por organismos que em articulação deverão exercer o controlo a três níveis, correspondendo o primeiro nível a uma forma de controlo interno, o segundo nível a uma forma de controlo externo e o alto nível à coordenação global do sistema de controlo, sendo este último, da responsabilidade da Inspeção Geral de Finanças.

O controlo de primeiro nível é assegurado pelos órgãos de gestão das Intervenções Operacionais, e no caso da RAM é o Gestor do POPRAM III, que através de uma estrutura de funções segregadas, assegura a fiscalização de candidaturas e de projectos, efectuando a verificação física e financeira, tanto nos locais de realização do investimento e das acções, como junto das entidades detentoras dos originais dos processos técnicos e documentos de despesa.

Assim, de acordo com a Portaria n.º 191/2008, que aprova a organização interna do Instituto de Desenvolvimento Regional publicada no JORAM em 24 de Outubro, no âmbito das competências definidas para a Direcção da Unidade de Controlo, deverá ser assegurado “o acompanhamento e o controlo dos projectos co-financiados pela União Europeia, na esfera de competências da Autoridade de Gestão, no que respeita à intervenção dos fundos comunitários na Região, bem como assegurar transitoriamente o exercício de controlo de 1.º nível no âmbito dos fundos estruturais e de coesão, sem prejuízo da necessária segregação de funções.”

No que respeita ao controlo de segundo nível, inclui a análise e a avaliação do sistema de controlo de primeiro nível, no sentido de testar a eficácia deste, para além de verificações relativamente às decisões adoptadas pelos órgãos de gestão das Intervenções Operacionais, bem como verificações nos beneficiários finais, e caso seja necessário, poderão realizar eventuais controlos cruzados. As entidades que actuam neste âmbito são as coordenadoras de cada Fundo Estrutural, nomeadamente no âmbito do FEDER, o Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional (IFDR), no FSE o Instituto

de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), no FEOGA-O e IFOP a Inspeção Geral da Agricultura e Pescas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

É de realçar que no âmbito do controlo de segundo nível, poderão ser realizados protocolos com as Inspeções Regionais no sentido de, em articulação com as respectivas entidades coordenadoras nacionais, as Inspeções Regionais efectuarem controlos. Na RAM, a Inspeção Regional de Finanças é a entidade com protocolos para o exercício dessas funções.

O reporte que seguidamente se apresenta é referente a controlos externos realizados em 2008 pelas entidades coordenadoras da cada Fundo Estrutural, pela Inspeção Regional de Finanças, enquanto entidade protocolada, bem como pela Inspeção-Geral de Finanças e ainda pelas Instâncias Comunitárias.

No 1º semestre de 2008, foram realizadas 5 acções de controlo pelas entidades de controlo de 2.º nível (Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional – 1 e Inspeção Regional de Finanças – 2) e ainda pelas entidades comunitárias nomeadamente a DG FISH e a DG EMPLOI. Foram abrangidos todos os fundos estruturais: o FEDER (1 acção de controlo), o FSE (1 acção de controlo), o FEOGA-O (1 acção de controlo) e o IFOP (2 acções de controlo), conforme se pode observar no Quadro I em anexo.

Quanto a estes controlos realizados no 1º semestre de 2008, já foi recepcionado o relatório final referente à Auditoria do IFDR - Acção de *Follow-up*, não existindo recomendações específicas para o POPRAM III.

Salienta-se ainda que já foi emitido o Relatório Final referente ao controlo efectuado pela IRF no âmbito do IFOP. Refira-se que, conforme a conclusão do Relatório Final, verificou-se uma correcção financeira pouco significativa, tendo-se efectuado a Audiência Prévía e a entidade em questão, já devolveu a verba conforme comunicado pelo IFAP.

Aguarda-se os Relatórios Finais relativos à auditoria da DG FISH e a DG EMPLOI. Não foi recepcionado também o projecto de relatório da IRF no âmbito do FEOGA-O, no ano de 2008.

No 2º semestre de 2008, foi realizada no período de 18 a 22 de Agosto, 1 acção de controlo pelo IGFSE junto da EAT do Gestor, nomeadamente a um projecto da Assistência Técnica, bem como sobre várias questões a acompanhar designadamente o ponto de situação do Controlo Interno no âmbito da contratação pública, e situações pendentes de regularizações nos controlos do 1.º nível. Refira-se que em Dezembro, foi recepcionado o respectivo projecto de relatório, aguardando-se o relatório final.

Acresce ainda referir que no 2º semestre, foi efectuada pela IRF uma Auditoria no âmbito do IFOP e que teve início em Novembro de 2008, tendo-se verificado também uma Auditoria da IGF - Auditoria de "*follow-up*" das recomendações e propostas formuladas em anteriores acções de controlo - com início em Novembro, no âmbito do FSE e do FEDER. Relativamente a estas Auditorias aguardam-se os respectivos projectos de relatório.

Todos os controlos efectuados em 2008, encontram-se identificados no quadro abaixo, e conforme se pode observar é reportado um ponto de situação relativo ao estado de cada controlo.

QUADRO 80 - CONTROLOS DE OUTRAS ENTIDADES EM 2008

31-12-2008						
Controlo	Fundo	Entidade Responsável	Mês de referência	Nº de Projectos	Ponto de Situação	
Follow-up da Acção de Controlo Específica - Procedimentos adoptados para a verificação do cumprimento das regras de contratação pública	FEDER	IFDR	Fevereiro	-	Relatório	Final recepcionado em 17/07/08
Auditoria a projectos IFOP	IFOP	DG Fish	Março	7	Projecto de versão portuguesa recepcionado em 07/10/08. Aguarda-se o Relatório Final	Relatório
Auditoria de Certificação de Despesas	FSE	DG Emploi	Abril	3	O Projecto de Relatório recepcionado em 20/11/08. Aguarda-se o Relatório Final	Relatório
Acção de controlo ao POPRAM III- Componente IFOP	IFOP	IRF	Maio	4	Relatório	Final recepcionado em 14/10/08
Acção de controlo ao POPRAM III- Componente FEOGA	FEOGA	IRF	Maio	5	Aguarda-se o Projecto de Relatório	
Auditoria de Certificação de Despesas	FSE	IGFSE	Agosto	1	Projecto de Relatório recepcionado em 22/12/08. Aguarda-se o Relatório Final	Relatório
Acção de controlo ao POPRAM III- Componente IFOP	IFOP	IRF	Novembro	5	Aguarda-se o Projecto de Relatório	
Auditoria de "follow-up" das recomendações e propostas formuladas em anteriores acções de controlo - IGF	FSE	IGF	Novembro	-	Aguarda-se o Projecto de Relatório	
	FEDER	IGF	Novembro	-	Aguarda-se o Projecto de Relatório	

Fonte: IDR

Importa salientar que no âmbito da Gestão de Devedores, tem decorrido o processo de recuperação de verbas indevidamente pagas, quer como resultado da actividade dos Gestores de Componente e do Sistema de Incentivos, quer como resultado da acção de entidades de Controlo Nacionais e Comunitárias, tendo-se efectuado a recolha, o tratamento e comunicação de irregularidades no âmbito do SNC, de acordo com as Normas da Gestão de Devedores.

Como nota final, importa realçar no contexto do Controlo interno, que tem sido uma constante o controlo da duplicação de ajudas. A este propósito, interessa referir que as candidaturas aprovadas no âmbito do POPRAM III, são submetidas aos membros da Unidade de Gestão para parecer,

fazendo parte da Unidade de Gestão os Gestores de todas as Componentes do POPRAM III. As candidaturas propostas são disponibilizadas aquando da convocatória aos membros da Unidade de Gestão, através do site do IDR, na área reservada aos membros da Unidade de Gestão. Assim, uma vez que os Gestores de todas as componentes do POPRAM III, são membros efectivos das reuniões da Unidade de Gestão, têm acesso a todas as candidaturas apresentadas podendo efectuar o cruzamento da informação.

Refira-se ainda em relação ao controlo de duplicação de ajudas no âmbito de outros Programas, o Despacho do Secretário Regional do Plano e Finanças já publicado no JORAM em 21/11/2001, que determina que seja dado conhecimento prévio ao Gestor do POPRAM III, de todas as intenções de candidatura a co-financiamento, independentemente do Programa/Iniciativa/Ação a que se candidata. Acresce ainda que, semestralmente, o Gestor do POPRAM III, solicita aos Gestores dos P.O. Sectoriais e às Iniciativas Comunitárias a que a Região tem acesso, as listagens das candidaturas apresentadas e aprovadas. Estas Listagens são enviadas aos Gestores de Componentes do POPRAM III para efeitos de verificação de eventuais situações de duplicação de ajudas ou até de complementaridade de apoios comunitários em comparação com as candidaturas apresentadas ao POPRAM III.

Refira-se ainda no que concerne à questão do controlo de duplicação de ajudas, o procedimento adoptado pelas estruturas de apoio técnico, relativamente à confirmação da existência de carimbos relativos a cada P.O., nos documentos originais de despesa e de quitação, constituindo outro processo de controlo de eventuais duplicações de ajudas.

13.3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA NO ANO 2008 PELO CONTROLO DE 1.º NÍVEL, NO ÂMBITO DO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 438/2001, DA COMISSÃO, DE 2 DE MARÇO

O controlo de 1º nível é da responsabilidade do Gestor do POPRAM III, o qual conta para o efeito com uma estrutura de controlo segregada da gestão e dos pagamentos – Unidade de Controlo, do Instituto de Desenvolvimento Regional que contempla a Unidade de Acompanhamento e Controlo a Unidade de Planificação e Monitorização.

A esta estrutura compete a execução do controlo de 1º nível relativamente às componentes FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP, do POPRAM III e do Fundo de Coesão na RAM.

No decorrer do ano 2008 procedeu-se à realização de 37 acções de controlo de 1º nível, no âmbito do artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001, da Comissão, de 2 de Março, abrangendo 14 projectos no âmbito da componente FEDER, 14 no âmbito do FSE, 4 na componente FEOGA-O e 5 do IFOP.

A despesa controlada nesse período (com trabalho de campo concluído até 31/12/2008) totalizou o montante de cerca de 49,29 milhões de Euros, contribuindo em cerca de 4,04% para a taxa de cobertura do Programa, enquanto que a despesa controlada acumulada a 31 de Dezembro de 2008, no montante de 245,28 milhões de Euros, representa uma taxa de cobertura de 20,13% face à execução do Programa no período de 2000-2008.

QUADRO 81 - ESFORÇO DE CONTROLO DE 1º NÍVEL (TOTAL DAS ACÇÕES DE CONTROLO REALIZADAS) 2000-2008

Fundo Estrutural	Nº de projectos controlados até à data	Despesa Controlada em 2000 - 2008	Execução acumulada do POPRAM III em 31 de Dezembro de 2008	Despesa Controlada em 2008	Esforço de Controlo (1º Nível) em 31 de Dezembro de 2008
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)/(3)
Total FEDER	84	209.861.830,42	929.561.297,07	39.606.317,78	22,58%
Total FSE	101	11.881.029,05	132.754.180,40	2.693.858,61	8,95%
Total FEOGA-O	32	15.532.829,60	131.413.106,01	3.641.178,09	11,82%
Total IFOP	15	8.006.081,16	25.019.809,91	3.345.856,00	32,00%
TOTAL	232	245.281.770,23	1.218.748.393,39	49.287.210,48	20,13%

Nota : O quadro contempla todas as auditorias cujo trabalho de campo se encontra concluído, incluindo as que têm os relatórios em fase de execução.

Da totalidade dos controlos efectuados, no período 2000-2008 (214) com emissão de relatórios finais, até finais de 2008, a despesa verificada atingiu o montante de 237,14 milhões de Euros, o que representa 19,46% da execução acumulada até 31 de Dezembro de 2008, no montante de 1.218,75 milhões de Euros.

QUADRO 82 - - ESFORÇO DE CONTROLO DE 1º NÍVEL (TOTAL DAS ACÇÕES DE CONTROLO CONCLUÍDAS) 2000-2008

Fundo Estrutural	Nº de projectos controlados até à data	Despesa Controlada em 2000 - 2008	Execução acumulada do POPRAM III em 31 de Dezembro de 2008	Despesa Controlada em 2008	Esforço de Controlo (1º Nível) em 31 de Dezembro de 2008
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)/(3)
Total FEDER	79	205.750.155,30	929.561.297,07	39.442.178,94	22,13%
Total FSE	89	10.345.288,66	132.754.180,40	1.525.556,52	7,79%
Total FEOGA-O	32	15.532.829,60	131.413.106,01	5.003.075,83	11,82%
Total IFOP	14	5.509.046,15	25.019.809,91	3.345.856,00	22,02%
TOTAL	214	237.137.319,71	1.218.748.393,39	49316667,29	19,46%

Nota: O quadro contempla todas as auditorias com Relatório Finais concluídos.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADSE	Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
ALM	Assembleia Legislativa da Madeira
BCE	Banco Central Europeu
CE	Comissão Europeia
CGA	Caixa Geral de Aposentações
DGCI	Direcção Geral de Contribuições e Impostos
FBCF	Formação bruta de capital fixo
IABA	Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas
IDT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
IP	Investimentos do Plano
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas
IRS	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
IS	Imposto do selo
ISP	Imposto sobre produtos petrolíferos
ISV	Imposto sobre veículos
IT	Imposto sobre o tabaco
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
OE	Orçamento do Estado
OFN	Orçamento de Funcionamento Normal
ORAM	Orçamento da Região Autónoma da Madeira
PDE	Procedimento dos Deficits Excessivos
PDES	Plano de Desenvolvimento Económico e Social
PEC	Programas de Estabilidade e Crescimento

PIB pc	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAR	Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional
p.p.	Pontos percentuais
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAM	Região Autónoma da Madeira
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SRA	Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais
SRAS	Secretaria Regional dos Assuntos Sociais
SREC	Secretaria Regional da Educação e Cultura
SRES	Secretaria Regional do Equipamento Social
SRPF	Secretaria Regional do Plano e Finanças
SRRH	Secretaria Regional dos Recursos Humanos
SRTT	Secretaria Regional do Turismo e Transportes
UE	União Europeia
VAB	Valor acrescentado bruto
VP	Vice-Presidência do Governo Regional

Secretaria Regional do Plano e Finanças, Junho 2009